

REVISTA DISCENTE
PLANÍCIE CIENTÍFICA
V.5, N.1, JAN./JUN. 2023

REVISTA DISCENTE PLANÍCIE CIENTÍFICA

Revista do curso de Ciências
Sociais do Instituto de Ciências da
Sociedade e Desenvolvimento
Regional da Universidade Federal
Fluminense
V.5, N.1, JAN./JUN. 2023

Apoio Institucional

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal Fluminense /
Instituto de Ciências da Sociedade
e Desenvolvimento Regional
Departamento de Ciências Sociais
Rua José do Patrocínio, n.º 71,
Centro, Campos dos Goytacazes –
RJ – CEP: 28300000

EQUIPE TÉCNICA

Editora

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Revisores

Ana Carolina Isidório Repolês
Larissa Barbosa Finamore
Wilson de Carvalho Silva Araújo

Periodicidade

Semestral

Contatos

E-mail:

revistaplaniciecientifica@gmail.com

Site: periodicos.uff.br/planiciecientifica

Diagramação

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Identidade Visual e Capa

Luiz Felipe Jordão Souza

Foto: Lucas Coelho

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Carlos Eugênio Soares de Lemos

Universidade Federal Fluminense

Prof.ª Dr.ª Claudete Gomes Soares

Universidade Federal da Fronteira Sul

Esther de Souza Alferino

Universidade Estadual do Norte Fluminense

Prof. Dr. Flávio Lins Rodrigues

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.ª Dr.ª Giuliana Franco Leal

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Guilherme Ferreira Vargues

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof.ª Dr.ª María Del Carmen Villarreal Villamar

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.ª Dr.ª Marta Mourão Kanashiro

Universidade Estadual de Campinas

Vanessa Marins Amado Henriques

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

PARECERISTAS AD HOC

A editoria da Revista Discente Planície Científica agradece a todas e todos que colaboraram com a emissão de pareceres a fim de nos auxiliar na escolha e na editoração dos trabalhos que compõem esta edição.

Apresentação

Faz cinco anos que a nossa Revista está no ar! Durante este tempo, diversas alunas e alunos passaram pela equipe. Alguns já viraram até mestres e doutorandos! Uma alegria.

Outro dia precisei procurar registros meus na UFF/Campos e encontrei uma foto de uma reunião do corpo editorial, que deve ter acontecido no começo de 2019, quando a Planície Científica nascia!



Foto: Arquivo pessoal

Naquele ano, fizemos o lançamento da primeira edição em um Seminário em junho e foi lindo demais! Desde então, não paramos, a equipe mudou, saía uns e outras, entravam umas e outros e, seguimos.

Mas vieram os efeitos da pandemia, os desafios para alunos/as que chegaram, cada vez mais discentes saíam, sem que ninguém entrasse...e a sobrecarga de trabalho das professoras supervisoras! Cada edição tornou-se mais difícil, mais exigente, e o processo editorial cada vez mais árduo...

Hoje, final de 2023, estou conduzindo sozinha a Revista, e não dá para ser assim. Não deve ser assim e, por isso, este clima saudoso e que já assinala uma despedida.

Teremos, além deste número, mais duas edições, sendo a próxima feita pela Profa. Jacqueline, que já foi editora supervisora e voltará para organizar um dossiê.

Depois disso, farei mais uma edição e depois, muito provavelmente este projeto vai entrar em suspensão, por isso não estamos mais recebendo submissões. Mas até lá, ainda temos produções intelectuais bastante interessantes para você, leitora ou leitor.

Este número não é um dossiê no sentido estrito, mas há um tema que atravessa a entrevista, o artigo especial, a resenha e as contribuições da Seção Solano Trindade: a questão de gênero, ou melhor, as perspectivas que são abertas pela contribuição de autoras que estão

construindo as epistemologias feministas e resgatando a produção intelectual de mulheres, que historicamente ficou invisibilizada.

Como o trabalho de cuidado, e sua invisibilidade, que ganhou ressonância ao compor o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio do Brasil, no segundo semestre de 2023.

“O que eles chamam de amor nós chamamos de trabalho não pago”, escreveu a Silvia Federici. Esta denúncia incomoda bastante. Há quem veja nisso uma ofensa a “família tradicional” e ao papel da mulher sociedade, tal como algumas crenças religiosas insistem em propagar. Mas esta denúncia é incontornável, porque está cada vez mais visível a sobrecarga de trabalho (laboral, doméstico, emocional, entre outros) que as mulheres assumem e que, com muita frequência, o fazem sem ser remuneradas para isso.

De acordo com o relatório da Oxfam de 2020, meninas e mulheres do mundo todo trabalham 12,5 bilhões de horas, todos os dias, em atividade de cuidado que não são remuneradas. A Organização estima que a não remuneração deste trabalho permite a geração de pelo menos “US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global – mais de três vezes o valor da indústria de tecnologia do mundo”¹.

Atravessada por estes e outros debates, quis trazer nesta edição, elementos que nos ajudem a enfrentar esta realidade. Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Michelle Franco Redondo, pesquisadora do Care², que nos brindou com uma entrevista super interessante, apresentando de forma bastante simples a perspectiva teórica do Care, suas pesquisas sobre o tema.

Como artigo especial, temos o trabalho da Karen Felipe Fernandes que é fruto de sua pesquisa de conclusão de curso, que buscou compreender a percepção de mulheres sobre a divisão sexual do trabalho dentro e fora da pandemia de Covid-19 no Brasil e as consequências em suas rotinas

Agradeço ainda o Paulo Jackson Gomes de Souza que fez uma ótima resenha do livro “Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX” que foi organizado por Verônica Daflon e Bila Sorj. Publicado em 2021, a obra recupera a produção de cientistas

¹ O relatório “Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade” está acessível no sítio eletrônico: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/tempo-de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade/>.

² Lendo a entrevista, o leitor ou a leitora vão conhecer Michelle e as pesquisas que se articulam no Care e na análise do trabalho de cuidado.

sociais mulheres, que apesar de trazerem contribuições relevantes, ficaram “esquecidas”, porque não traduzidas e/ou não publicadas, sobretudo em português.

Estou muito feliz pelos/as/es alunos/as/es que aceitaram o convite de mandarem suas criações artísticas que foram produzidas no âmbito da disciplina de Relações de Gênero, que eu ministrei no primeiro semestre de 2023: Esperança Paes Ferreira, Maria Heloisa Kort-Kamp e Tarcísio de Castro Souza Rodrigues Magalhaes, vocês arrasaram. Muito obrigada por aceitarem publicar as imagens que fizeram como atividade de avaliação do curso!

Os poemas de Vitoria Ribeiro de Azevedo Dias e Helena da Conceicao Silva Ferreira foram dois presentes lindos que recebi, e que vieram trazer mais beleza para esta edição.

Além destes trabalhos e obras que compõem o tema eleito para organizar a publicação, também temos três textos de tema livre. Temos um artigo de Daiana Junqueira Moreira intitulado “História e usos da memória em São Francisco de Itabapoana” e dois relatos de pesquisa. O primeiro de Mayara Gama Machado, “A rede agroecológica de Campos dos Goytacazes: uma experiência colaborativa entre a UENF, os assentamentos e a feira agroecológica” e o segundo de Jullyana Souza Rodrigues, cujo título é “Estágio supervisionado: o primeiro olhar do aluno em direção à docência durante a pandemia de Covid-19”. Publicamos também o resumo expandido do Trabalho de Conclusão de Curso “Memórias discentes de um grêmio estudantil: gestão, democracia e juventudes” de Larissa Martins Fernandes Amaral

Espero que apreciem a leitura.

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Campos dos Goytacazes, 14 de dezembro de 2023

O trabalho de cuidado como campo de pesquisa

Entrevista com *Michelle Franco Redondo*¹

GISELE ALMEIDA: Tua formação de pós graduação foi feita na França, e vemos que você tem dois trabalhos de dissertação de mestrado. O primeiro de 2009, intitulado “Au pair: Une nouvelle version pour une vieille forme de domination?” (Au pair: uma nova versão de uma antiga forma de dominação?) e o segundo, de 2010, “Au pair: care et Pouvoir: Brésiliennes au pair en France: une étude de cas (Au pair: care e poder: brasileiras au pair na França: um estudo de caso) que teve como objetivo compreender as relações de poder que delineiam o programa au pair, a partir do caso das brasileiras na França. Você poderia nos contar como foi que começou teu interesse com a temática do programa “au pair”.

MICHELLE REDONDO: Isso mesmo. Fiz o Master 1 e o 2 na França e depois validei meu diploma pela Unicamp no Brasil, inclusive a Profa. Dra. Rosana Baeninger [Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas], que foi sua orientadora, fez parte da comissão que validou meu diploma. O interesse pelo tema “au pair” veio da minha própria experiência como participante desse programa. Um dia, um professor, ao ler meu trabalho se lembrou de um verso de uma fábula do La Fontaine: “J'étais là; telle chose m'advint”, que pode ser traduzido por: “Eu estava lá, e isso aconteceu comigo”. Acho que é bem por aí. Eu cheguei na França em 2008, como participante do programa au pair, brinco dizendo que, uma vez na casa da família de acolhida, a pulga sociológica me mordeu e eu comecei a me questionar sobre o funcionamento do programa e sobre a experiência de outras brasileiras. Dessa maneira, comecei a questionar o que o “au pair” nos contava sobre nossa organização social, sobre as relações de classe, de sexo e de raça e, desse prisma, passei a refletir sobre o trabalho doméstico e o cuidar que o envolve. Eu não conseguia passar o meu dia sem me colocar questões a respeito da minha experiência e minha necessidade de investigar foi se impondo a mim mesma. (“J'étais là; telle chose m'advint”). Foi assim que me lancei no primeiro ano de mestrado, que não é obrigatório para brasileiros, portanto, eu também podia utilizá-lo para aprimorar a língua. Neste momento, além da leveza de não estar em um curso obrigatório, eu tinha uma orientadora que falava português, a Helena Hirata. Neste contexto, as coisas pareciam simples. No entanto, foi aí que eu senti a perda de alguns dos meus privilégios: o de dominar uma língua, o de não precisar trabalhar fora e dentro do espaço doméstico, o de não precisar cuidar de alguém além de mim. De maneira direta, eu cuidava da criança e de maneira indireta dos outros membros da família (pais e irmãos). Assim, eu fui entendendo uma outra realidade, fui tomando consciência do que era realizar o trabalho doméstico/do cuidar para terceiros e, de

¹ Michelle é doutora em Ciência Política pela Université Paris 8 Saint-Denis (França) e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Brasil). Mestre em Sociologia pela Université Paris 8 - Saint-Denis (2008-2010) e pela Universidade Estadual de Campinas (2015). Graduada em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia e Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil (2001-2005). É pós-doutoranda no Centre de Recherches Sociologiques et Politiques - CRESPPA à Paris e membra do Laboratoire d' Études de genre et de sexualité -LEGS. Ambos ligados à Universidade de Paris 8.

uma maneira bem particular, fui sentindo na pele o que era a dupla ou tripla jornada de trabalho. Neste contexto, eu comecei uma trajetória etnográfica com algumas particularidades. A mais evidente delas, é que diferente das “etnografias clássicas” eu estava indo ao encontro dos meus pares (as outras garotas brasileiras que estavam na França como au pair) e não de um outro grupo. Eu iria descobri-las, mas a nossa realidade tinha o mesmo contorno: estrangeiras na França, dentro de um programa dito de intercâmbio cultural. A nossa realidade no Brasil nos levava a migrar por este meio, isso não era um acaso, nós fazíamos parte de um mesmo grupo, que migrava nem como estudantes, nem como trabalhadoras. Estávamos “entre dois”, o que isso significava? Sua pesquisa, Gisele, ao apresentar o perfil dos imigrantes brasileiros na França, auxilia nessa resposta. Enfim, minhas semelhanças com o grupo o qual eu estudava exigiu um outro tipo de rigor com a pesquisa, que mais tarde, culminou em uma autossocioanálise.

GISELE ALMEIDA: O que é o “care”? E o “Care”? Você explica esta distinção em seus textos, poderia resumir as distinções entre os termos e seus usos com letra minúscula e maiúscula?

MICHELLE REDONDO: Essa é uma distinção que eu procuro fazer entre o momento que eu me refiro à perspectiva teórica e entre o momento que falo do objeto de estudo. O Care, com letra maiúscula, não se refere ao trabalho do cuidado/do cuidar ou ao trabalho do doméstico. O uso da letra maiúscula anuncia a perspectiva teórica utilizada como ferramenta para analisar o objeto do estudo. No caso, o care, com letra minúscula, ou seja, o cuidar e o cuidado que são muitas vezes, anunciados na expressão “trabalho doméstico” constituem o objeto de estudo. Fazer essa diferenciação com as letras maiúsculas e minúsculas, ao meu ver, é importante para evidenciar com qual perspectiva-teórica estamos trabalhando, para que, enquanto pesquisadores, nos posicionemos e sejamos localizados. Como em outras perspectivas teóricas, há um trabalho na construção do Care, um debate intelectual. Esta perspectiva toma como base nossa vulnerabilidade e nossa interdependência, nela as emoções são levadas em conta, ela preza pela descrição e tem uma pergunta norteadora. Portanto, ir para o campo, analisar e descrever os fatos tendo como base o Care, implica em considerar novos pontos de vistas, ter uma outra conduta de pesquisa, que, por sua vez, resulta em colocar em evidência outros aspectos. Se não fosse assim, não seria algo novo, mas apenas a tradução do português para o inglês da palavra cuidado e cuidar ou, ainda, no caso da minha pesquisa, apenas a substituição do termo “trabalho doméstico” por trabalho do care. Portanto, acredito que seja importante evidenciar que estamos conscientes das diferenças que surgem quando a análise é realizada com base na perspectiva do Care e que não estamos apenas aderindo à uma mudança no vocabulário. Preciso dizer que não deixo de ver a solução fácil para a diferenciação da perspectiva do objeto nos textos em português, que seria utilizar Care para a perspectiva teórica e o “cuidar e cuidado”, para o objeto de estudo. Dessa forma, deixando de lado o “care” com letra minúscula. No entanto, nos textos que escrevi até agora levei em consideração que estou falando de um campo de pesquisa

novo e quis deixar clara a minha filiação com a escola francesa e feminista, utilizando o termo também em inglês para “cuidar e cuidado”.

GISELE ALMEIDA: Lendo seus trabalhos, fica muito evidente que o “care” e o “poder”, vistos de forma articulada, trazem à tona uma denúncia dos efeitos perversos do sistema sexo/gênero hegemônico, na medida em que a politização do cuidar e do cuidado revela as bases do patriarcalismo. Estou correta nesta consideração? Poderia comentá-la?

MICHELLE REDONDO: Está correta, sim. Podemos dizer que desde a sua origem o Care revela as bases do patriarcado. Naquele momento, Carol Gilligan (a psicóloga que nos ofereceu as bases para a construção da perspectiva do Care) mostrou que um tipo de raciocínio, (o qual foi, mais tarde, associado ao care) era considerado como inferior a um outro raciocínio. De acordo com esses parâmetros, e com base nas amostragens utilizadas, concluía-se que o desenvolvimento moral das mulheres era inferior ao dos homens. Ao mostrar que não se tratava de uma questão de inferioridade, mas apenas de uma outra forma de pensar que precisava ser considerada, Gilligan começa a dar espaço a essa “voz diferente” que é sufocada pelas bases do patriarcalismo e a denunciar os efeitos perversos do sistema sexo/gênero hegemônico, como você disse. Então, por etapas, podemos observar que: 1- o fato da pesquisa sobre desenvolvimento moral - na qual Gilligan estava envolvida - constatar que um número maior de homens tomava decisões baseadas em princípios racionais, universais e lógicos-dedutivos, enquanto as mulheres, decidiam a partir de princípios baseados na experiência singular, com uma abordagem contextual e também preocupando-se com a manutenção da relação, já era um retrato da nossa organização social. 2- Estudos acadêmicos olharem para essa constatação e apresentarem o raciocínio lógico-dedutivo como superior, e não o baseado nas relações, é mais um reflexo desse sistema sexo/gênero hegemônico e da sua perversão. Naquele contexto, não foi questionado o porquê havia um número maior de mulheres do que de homens pensando de maneira relacional. Sobre esse fato, faço um parêntese para evidenciar a importância da Sociologia que, por princípio, ao se interessar pelos fenômenos sociais, fará esse tipo de questionamento e, por consequência mostrará as relações sociais que culminam na diferença apresentada e nas opressões que elas refletem. É dessa forma que, deixamos de lado a ideia de determinismo biológico, da disposição natural à fazer algo, do instinto e apontamos para as diferenças entre aquilo que é atribuído ao masculino e ao feminino na forma como somos educados. Na trajetória da perspectiva do Care, é o que relatamos como a passagem do care como uma predisposição para uma atividade, evidenciando-o como algo que se aprende e é influenciado pelas condições sociais do indivíduo. Dessa forma, chegamos ao ponto 3- a politização do care e denuncia-se, não apenas as desigualdades da relação social sexo/gênero, mas também o de classe e o de raça.

GISELE ALMEIDA: Atualmente, tem sido bastante considerada a perspectiva interseccional, que combina as vias de opressão trazidas pela classe/raça/gênero. Qual a

maior contribuição, na tua concepção, que a teoria do Care pode trazer para uma pesquisa que pense sobre as experiências das mulheres de forma interseccional?

MICHELLE REDONDO: Ao meu ver, a grande contribuição da perspectiva do Care para pensar as experiências das mulheres de forma interseccional está exatamente na sua proposta de base que é colocar o cuidado e o cuidar no centro da nossa organização social. Uma das formas para que isso ocorra é perguntar: “Quem cuida do que e como?”. O que quero dizer é que esta pergunta também vai nos apresentar a classe, a raça e o gênero de quem realiza os cuidados e, portanto, notaremos que a experiência do cuidar e do cuidado é atravessada por essas relações sociais. Como desdobramento desse questionamento/raciocínio, eu proponho a “medida do cuidar e do cuidado”. Isso quer dizer que a quantidade de pessoas que cuidam de você, que te prestam serviços, retrata o seu lugar na pirâmide social, os seus privilégios. Todos nós precisamos de cuidados. Mas, quem pode usufruir dos serviços de uma cozinheira, de uma passadeira, de uma copeira, de uma faxineira e de uma babá? Quem pode contar com uma faxineira e com uma babá? Quem na sua velhice ou na velhice dos seus próximos pode pagar por uma cuidadora ou por uma enfermeira? Quem não pode contar com nada disso? No retrato social que temos no Brasil, sabemos que as famílias que usufruem da possibilidade de pagar por esse tipo de serviço são compostas, na maioria das vezes, por brancos; enquanto as mulheres negras, se organizam de outra maneira para atender as demandas do mercado de trabalho. Inclusive, na maioria dos casos, são elas as “cuidadoras” dessas famílias brancas. Então, é fato que os serviços recebidos em nome do cuidar e o cuidado nos permitem “medir” as diferenças entre os grupos sociais. Todos nós precisamos de cuidado, mas como isso se materializa nas nossas vidas é reflexo das nossas diferenças sociais. Assim, a perspectiva do Care, ao colocar o cuidado e o cuidar no centro da análise sociológica, retrata as diferenças entre as mulheres (para quem via de regra o cuidado é designado).

GISELE ALMEIDA: Na tua tese de doutorado, intitulada “Trajectoires du care : de jeune fille au pair à nounou”, você analisa um “percurso” bastante comum de jovens mulheres que foram/vão para a França pelo programa de intercâmbio au pair e depois desvinculam-se do programa para trabalharem como babás. Poderia comentar o que esta trajetória te revelou sobre o trabalho do care?

MICHELLE REDONDO: Revelou uma das razões pelas quais o trabalho do care não é reconhecido: a nossa dificuldade em se identificar com os socialmente (mais) vulneráveis. Com foco no campo da pesquisa, e em outras palavras, a pesquisa revelou que temos uma dificuldade de nos identificar como trabalhadoras do care e essa dificuldade influencia no não reconhecimento do trabalho por elas realizado, pois ela é um dos fatores que mantêm esse tipo de trabalho invisível. Como você bem disse, o programa au pair é um programa de intercâmbio. É assim que ele é divulgado, e eu gosto de dizer, que é assim que ele é vendido. Vende-se a ideia de intercâmbio, no entanto é preciso considerar a existência do “mercado do care”. Este mercado, no qual os países desenvolvidos recebem mão-de-obra de outros

países para a realização de trabalhos do cuidar e do cuidado, é o contexto no qual o programa au pair está inserido, e portanto, se desenvolve. Neste contexto, o programa au pair também é uma resposta à necessidade de mão de obra, sem que ela seja assim nominada. Isto não quer dizer que as pessoas que participam do programa não sabem que irão cuidar de crianças, que estarão retribuindo a hospedagem e a alimentação que recebem com o cuidado dos filhos do casal. Mas, elas fazem isso imersas em um discurso que as afastam da ideia de serem trabalhadoras domésticas. Esse discurso se constrói pela forma já conhecida de invisibilizar o trabalho do cuidado e do cuidar: o afeto imerso na ideia de família. Dentro desta lógica, a pessoa será recebida/tratada como um membro da família, ela realizará tarefas domésticas como outro membro da família deveria fazer. Não é por acaso que não se recebe um salário por parte da família, mas sim uma mesada, e, que, portanto, as nomenclaturas utilizadas não são babá ou patrões, mas sim “au pair” e família de acolhida. Além disso, as participantes do programa partem para estudar e não para trabalhar, como eu disse, o cuidar das crianças é apenas uma forma “natural” de estar com a família. Portanto, o programa au pair consegue suas adeptas sem dizer que as participantes são trabalhadoras domésticas. Esse fato já mostra que há um interesse em se distinguir desse tipo de trabalhadora. Essa resistência em ser vista como trabalhadora doméstica poderia ser contestada, uma vez que as garotas passam a realizar o trabalho de cuidar de crianças sem o discurso “au pair” para camuflá-lo. Mas, a pesquisa sobre as trajetórias das imigrantes au pair que passam a realizar a mesma atividade fora do programa, mostra a sutileza das representações sociais e confirma o interesse em se distinguir das trabalhadoras domésticas. Nesse sentido, vemos outro aspecto que o estudo sobre au pair nos aponta: quando um grupo que não faz parte das representações das trabalhadoras domésticas realiza o mesmo serviço que elas, as pessoas e a atividade exercida recebem outras nomenclaturas. Para melhor compreender como o estudo da trajetória de “au pair à nounou” revelou nossa dificuldade de se identificar com os mais socialmente vulneráveis é preciso considerar três aspectos. Em primeiro lugar, como vimos, as brasileiras estudadas não chegam na França como trabalhadoras imigrantes, mas estudantes; em segundo lugar, é importante evidenciar que no Brasil, de acordo com as tendências sociológicas, estas brasileiras não trabalhariam como domésticas e, em terceiro lugar, elas encontram na França um grupo de mulheres que cuidam de crianças que são diferentes das representações das trabalhadoras domésticas brasileiras: as estudantes. Isso não quer dizer que no Brasil, não haja pessoas que cuidam de crianças e estudem ao mesmo tempo, no entanto, na França é comum estudantes cuidarem de crianças. Faz parte de uma gama de trabalhos nomeados de *job étudiant* (trabalho de estudante). Ao considerar o caso das imigrantes estudantes-brasileiras e as condições apresentadas, eu categorizei esse tipo de emprego como “trabalho-vetor”, aquele que leva a pessoa de um lugar para outro. Ser trabalhadora doméstica não é o destino dessas brasileiras, pois desde as suas origens no Brasil elas não fazem parte do grupo socialmente designado como o de trabalhadoras domésticas. Portanto, as participantes do programa “au pair” possuem uma trajetória que as mantém distantes da representação das trabalhadoras domésticas. Elas são estudantes que continuam a realizar a mesma atividade que as trouxeram à França, mas diferente das babás (convencionais) que elas conhecem no seu país e que encontram na França, elas não realizam

esse trabalho de maneira integral ou por “destino social”. Neste contexto, elas continuam a se distinguir das trabalhadoras domésticas e prezam por isso. Com essa constatação, afirmei que temos uma dificuldade de nos identificarmos com e como os mais socialmente vulneráveis. Essa nossa dificuldade, mantém, por muitas vezes, o trabalho invisível (como é também o caso das mulheres que cuidam da casa e dos filhos) e certamente aumenta a dificuldade de reconhecer o trabalho do care. A estudiosa americana Joan Tronto apresenta a dificuldade de se reconhecer vulnerável como um dos fatores para o não reconhecimento do trabalho do care. Ela diz que por não querermos nos ver como vulneráveis, não reconhecemos que precisamos do outro e isto faz com que não valorizemos o trabalho que nos é dedicado. Tronto está falando da vulnerabilidade ontológica, aquela que nos é intrínseca enquanto seres humanos. O estudo sobre a trajetória de au pair à nounou me permitiu trabalhar com a vulnerabilidade no seu sentido social, aquela que se apresenta devido às forças sociais que nos distinguem. Assim, foi possível afirmar que a dificuldade de se reconhecer vulnerável, enquanto seres humanos, se soma a dificuldade de se reconhecer socialmente vulnerável e, ambas fazem parte de um sistema de dificuldades para o reconhecimento do trabalho do care.

GISELE ALMEIDA: A pandemia de Covid-19 nos trouxe desafios pessoais e intelectuais incontornáveis. Do ponto de vista das tuas pesquisas, como você mesma analisou, ela evidenciou que o trabalho doméstico é essencial. Este reconhecimento foi positivo? Em termos da luta contra as desigualdades de gênero, há alguma reverberação política que você tenha notado?

MICHELLE REDONDO: O reconhecimento (em si) do trabalho doméstico como essencial é positivo, no entanto levando em conta o contexto da pandemia se torna algo difícil de se comemorar. Dizer para as trabalhadoras domésticas que seu trabalho é essencial e, por isso, elas devem arriscar sua saúde para assegurar a organização cotidiana dos seus padrões é dizer que suas vidas valem menos do que o conforto que entregam às famílias para as quais trabalham. É evidente que considerando a interdependência na qual vivemos e o quanto o trabalho doméstico é essencial, pensar que um médico, que necessita ir trabalhar durante a pandemia, precisa de ajuda na sua casa faz sentido. No entanto, quando tomamos em conta o salário de um médico, sua condição de vida, em especial o acesso aos serviços de saúde, e os comparamos com o de uma empregada doméstica, notamos que há uma GRANDE diferença entre esses dois profissionais. Estas diferenças, além de servirem para ilustrar a ideia de vulnerabilidade social, nos ajudam a refletir sobre a falta de empenho para diminuir as injustiças sociais. Ou seja, embora nossa vulnerabilidade ontológica estivesse sendo colocada em evidência com o vírus transmissor da Covid-19 e, a priori, todos poderiam ser atingidos por ele, esse fato toma outras proporções devido à vulnerabilidade social que nos diferencia uns dos outros. Para diminuir essa vulnerabilidade poderiam ser discutidas as condições de trabalho e o quanto as empregadas domésticas recebiam para arriscar suas vidas indo trabalhar para aqueles que ganham mais do que elas, e isso não foi feito. Além disso, embora o exemplo dos médicos (enquanto trabalhadores essenciais) tenha

sido usado para elucidar o quanto era fundamental as trabalhadoras domésticas continuarem a trabalhar, sabe-se que mesmo as famílias que não são compostas por trabalhadores essenciais queriam continuar a receber os serviços domésticos. Assim, definir o trabalho doméstico como essencial no contexto da pandemia foi um reflexo da nossa herança escravocrata e das desigualdades sociais que as culminaram. Em termos da luta contra as desigualdades de gênero e a reverberação política desse momento da pandemia, eu acredito que o interesse do governo federal em construir uma política integral de cuidados é um exemplo. Não que seja uma relação direta de causa e efeito, nem sei se dentro de uma luta há como se fazer esse tipo de associação, mas certamente, dentro de um processo de luta, quando uma verdade é escancarada (e a essencialidade dos cuidados foi escancarada pela pandemia), há um desdobramento de eventos que a levam em conta. Dessa forma, ao saber que o governo tem o objetivo de elaborar um plano nacional de cuidados e uma política nacional de cuidados, não posso deixar de pensar que isso tem relação com nossa experiência durante a pandemia e a evidência da importância do(s) cuidado(s) nas nossas vidas. A temática da prova do ENEM, que seleciona quem entrará na universidade, é outro exemplo da tentativa de colocar em evidência o trabalho invisível realizado por milhares de pessoas.

GISELE ALMEIDA: Por último, gostaria que você falasse um pouco do projeto que resultou na publicação do livro “Prosas feministas em tempos de pandemia” que você, juntamente com Ana Elisa Cruz Corrêa e Luciana Henrique da Silva organizaram. Como foi que nasceu a ideia do livro?

MICHELLE REDONDO: A ideia do livro nasceu da vontade de unir em outro formato aquilo que a gente discutiu em *live* durante a pandemia no canal que fizemos no YouTube chamado Prosas Feministas. Também posso dizer que o livro é resultado da amizade que tenho com Ana Elisa Cruz Corrêa e o cuidado que temos uma com a outra. Cuidado este que se expandiu para outras pessoas, em especial à Luciana Henrique da Silva, e que uniu nossos interesses em comum. Tudo começou com uma conversa por videochamada na qual a Ana Elisa e eu falávamos sobre os acontecimentos que envolviam as trabalhadoras domésticas no Brasil e a Covid-19. Ana é uma estudiosa marxista-feminista e, portanto, dividimos as angústias sobre as condições das trabalhadoras, sobre as desigualdades de classe e sobre como poderíamos fazer algo para refletir a respeito das condições sociais que nos envolvem. Mesmo que nossos estudos tivessem nos preparado para saber que a luta de classes não teria trégua NEM em um contexto pandêmico, estávamos inconformadas com a insensibilidade que podíamos ver na relação entre patrões e trabalhadoras domésticas no Brasil. As reflexões sobre o que acontecia no público também se viam no privado e, vice-versa, atravessavam nossa discussão e nos levavam a questionar como aquela conversa privada poderia se tornar pública. Assim, entramos naquilo que estava acontecendo no momento, as “*lives*”, dentro de um projeto de extensão. Foi como uma espécie de contra-ponto para tentar fazer algo dentro dessa dinâmica público/privado e também exercer nosso papel como professoras/pesquisadoras para além dos muros institucionais. A ideia era que fossem prosas como estávamos fazendo entre a gente e que, dessa maneira, fizéssemos a articulação prática

do conhecimento científico com as necessidades da comunidade. A Ana Elisa e a Luciana orientavam estudantes que fizeram parte do projeto. Entre junho de 2020 e setembro de 2021 foram realizados oito encontros virtuais. Foi uma experiência muito enriquecedora e, completamente nova para mim. Sair do privado, ou da sala de aula para discutir as coisas em *live* não é um processo instantâneo, envolve todo um aprendizado. Naquele momento, era uma novidade e foi um grande desafio. Uma vez terminado o ciclo das *lives*, surgiu a necessidade de “organizar” todas aquelas discussões de maneira mais acessível para quem se interessa pelo assunto. O tempo dedicado a assistir uma *live*, não é o mesmo que o de ler um artigo, e a forma como as ideias são apresentadas no artigo se encadeiam de maneira diferente de uma *live*. Transformar nossas *lives* em artigos era como apresentar à sociedade o resultado documental daquela experiência e facilitar o seu acesso. Foi assim que, em parceria com o marxismo²¹ surgiu o e-book: “Prosas feministas em tempo de Pandemia”. Nele falamos sobre o care, a interseccionalidade, o feminismo e sobre a produção de autoras importantes para essas temáticas como Sílvia Federici, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Roswitha Scholz, Helena Hirata, entre outras. Nós contamos com a participação de autoras brasileiras e francesas, professoras e estudantes. É uma produção internacional e não-hierárquica, e eu o vejo como algo positivo que a gente fez daquele momento tão duro, que mostrou tantas injustiças. Ele pode ser acessado gratuitamente pelo link: <https://marxismo21.org/prosas-feministas-em-tempos-de-pandemia/>

O TRABALHO INVISÍVEL: PERCEPÇÕES DE MULHERES SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO DENTRO E FORA DA PANDEMIA

INVISIBLE WORK: WOMEN'S PERCEPTIONS OF DOMESTIC WORK INSIDE AND OUTSIDE THE PANDEMIC

TRABAJO INVISIBLE: PERCEPCIONES FEMENINAS DEL TRABAJO DOMÉSTICO DENTRO Y FUERA DE LA PANDEMIA

Karen Felipe Fernandes¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender a percepção de mulheres sobre a divisão sexual do trabalho dentro e fora da pandemia de Covid-19 no Brasil e as consequências em suas rotinas dentro do cenário vivenciado. Para contextualizar o tema, foi feita uma revisão bibliográfica, trazendo autores que expõem a fragilidade e as desigualdades que permeiam acerca desta divisão dentro da sociedade capitalista e ocidental. Deste modo se propôs entender as diferentes demandas e interseccionalidades vividas, buscando compreender a forma que foram ou não afetadas durante a pandemia, com ênfase na naturalização da desigualdade de gênero. A metodologia utilizada neste trabalho tem caráter qualitativo, foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas com dez mulheres que se dividem em dois bairros de classe social popular, na cidade de Campos dos Goytacazes e que vivenciam, em suas subjetividades, essas adversidades, como o aumento da sobrecarga. A partir disso, buscou-se autoras feministas que possuem contribuições acerca do tema, para a análise das entrevistas e de todos os levantamentos abordados durante a pesquisa. Dessa forma, as reflexões nos levam a considerar as dinâmicas familiares em relação à temática e como estas se mantêm antes e durante a pandemia, além das possíveis consequências para o período pós-pandêmico.

Palavras chave: Trabalho doméstico feminino; Pandemia; Divisão sexual do trabalho.

Abstract: This article aims to understand the perception of women about the sexual division of labor within and outside the Covid-19 pandemic in Brazil and the consequences in their lives within the scenario experienced. To contextualize the theme, a literature review was conducted, bringing authors who expose the fragility and inequalities that permeate about this division within the capitalist and Western society. Thus, it was proposed to understand the different demands and intersectionalities experienced and seeking to understand the way they were or were not affected during the pandemic, with emphasis on the naturalization of gender inequality. The methodology used in this work has a qualitative character, semi-structured interviews were applied, with ten women who live in two neighborhoods of popular social class in the city of Campos dos Goytacazes and who experience, in their subjectivities, these adversities, such as the increase of overload. From that, feminist authors who have contributions about the theme were sought for the analysis of the interviews and the analysis of all the surveys approached during the research. Thus, the reflections lead us to consider the family dynamics in relation to the theme and how it remains before and during the pandemic, in addition to the possible consequences for the post-pandemic period.

¹ Graduada em Ciências Sociais (Bacharel) pela Universidade Federal Fluminense. Email: karenff@id.uff.br

Key words: Female domestic work; Pandemic; Sexual division of labor.

Resumen: Este artículo pretende comprender las percepciones de las mujeres sobre la división sexual del trabajo dentro y fuera de la pandemia de Covid-19 en Brasil y las consecuencias para sus rutinas en este escenario. Para contextualizar el tema, se realizó una revisión bibliográfica que reúne autores que exponen la fragilidad y las desigualdades que permean esta división dentro de la sociedad capitalista y occidental. De esta forma, nos propusimos comprender las diferentes demandas e interseccionalidades vividas y buscamos entender cómo fueron o no afectadas durante la pandemia, con énfasis en la naturalización de la desigualdad de género. La metodología utilizada en este trabajo es cualitativa; se realizaron entrevistas semiestructuradas con diez mujeres de dos barrios de bajos ingresos en la ciudad de Campos dos Goytacazes que, en sus subjetividades, experimentan estas adversidades, como el aumento de la carga. Posteriormente, se buscaron autoras feministas con contribuciones al tema para el análisis de las entrevistas y todos los estudios abordados durante la investigación. De esta manera, las reflexiones nos llevan a considerar las dinámicas familiares con respecto al tema y cómo se mantienen antes y durante la pandemia, así como las posibles consecuencias para el período postpandémico.

Palabras clave: Trabajo doméstico femenino; Pandemia; División sexual del trabajo.

INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho é um tema abordado por diversos pesquisadores, embora as noções tenham mudado com o passar do tempo e se moldado com as questões atuais da sociedade. Assim, este trabalho tem como objetivo compreender a percepção de mulheres sobre a realização e divisão do trabalho doméstico dentro e fora da pandemia de Covid-19 e o decorrente isolamento social. Dada à pandemia que se instaurou mundialmente, surgiram questionamentos sobre as consequências para a rotina das mulheres, dentro desta pesquisa, com um recorte de classe popular. A ideia deste tema partiu do questionamento: como essas mulheres (responsáveis pelo trabalho reprodutivo da casa) estão enfrentando a pandemia no Brasil?

A metodologia que será aplicada neste trabalho possui caráter qualitativo, sendo realizada com entrevistas, a partir de um roteiro previamente elaborado, com dez mulheres que foram selecionadas em bairros “vizinhos” do município de Campos dos Goytacazes. As entrevistas ocorreram parte presencialmente e parte pelo aplicativo WhatsApp, conforme preferência das entrevistadas, seguindo todos os protocolos de segurança exigidos pela OMS (Organização Mundial de Saúde) em consideração ao momento pandêmico que ainda era vivenciado, tendo sido realizadas as entrevistas durante os meses novembro e dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

Quanto a estruturação, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira seção foi realizada uma contextualização e revisão bibliográfica, onde foram utilizadas principalmente autoras feministas, como embasamento teórico desta pesquisa, discorrendo sobre os conceitos de gênero, divisão social e sexual do trabalho, seguindo para entendermos a dicotomia entre público e privado, além das questões familiares brasileiras. Ademais, será abordado o momento de pandemia que foi vivenciado e algumas questões já destacadas em pesquisas recentes sobre as consequências do período para a vida das mulheres serão apontadas. Em seguida, as entrevistadas serão apresentadas, dando destaque para os trechos de suas falas, ressaltando suas percepções sobre a divisão do trabalho doméstico. Por fim, será feita uma análise das questões que mais se destacaram nas entrevistas, à luz da bibliografia consolidada sobre o tema.

GÊNERO E DIVISÃO DO TRABALHO

A questão do gênero é um tema com grandes debates e discussões, sendo o papel social da mulher frequentemente analisado e abordado. O gênero é entendido como uma construção social, onde papéis são internalizados e designados a homens e mulheres desde os seus nascimentos, de forma coercitiva, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (Beauvoir, 1967, p. 9). O papel da mulher na sociedade é moldado com base nas divisões existentes entre os sexos, sendo assim, as circunstâncias em que vivem as mulheres e os homens na sociedade não são produtos de fatores biológicos e sim fruto de construção social (Kergoat, 2009, p. 67) sendo o homem antes de tudo enxergado como sujeito e a mulher como objeto, como “o outro”. Dentro do aspecto gênero existem divisões sociais e sexuais que são discutidas por diversos autores.

A denominada “divisão social do trabalho” parte do modo em que a sociedade pensa o trabalho, tendo como definição a divisão do trabalho não só com base no gênero, mas também na raça e na classe social. É a forma em que a sociedade realiza a divisão hierárquica do trabalho, priorizando funções específicas e inferiorizando outras, dando assim uma valoração maior para profissionais de determinadas áreas, mesmo em uma empresa onde se conta com trabalhadores de diversos ramos, é notável a separação entre esses profissionais e em quais desses são depositados mais prestígios dentro da sociedade. Assim, a divisão social do trabalho, para Marx e Engels (1987), segue essa hierarquização, e para legitimar o seu poder, no que ele chama de “relação de dominação”, as classes dominantes vão se ater

do aparato do Estado, a partir das instituições que são criadas e estabelecidas como reprodutoras dessa força e relação de poder coercitiva.

Portanto, podemos entender que a partir desta compreensão de gênero e divisão social do trabalho, a “divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder” (Hirata, 2002, p. 280), que é responsável por designar as mulheres à esfera reprodutiva e ao espaço privado e os homens a esfera produtiva e ao espaço público. Todas essas questões referentes às divisões desiguais estão presentes na cidade contemporânea e não apenas em contextos históricos. Como Beauvoir (1970) afirma, não existe um momento histórico onde as opressões das mulheres começaram, ela sempre esteve perante a sociedade. Sendo assim, foi se tornando possível a definição de conceitos para apresentar essa divisão, frutos também das discussões e reivindicações dos movimentos feministas. Segundo Beauvoir,

A divisão dos sexos é um dado biológico, e não um momento da história humana. É no seio de um *mitsein* original que sua oposição se formou e ela não a destruiu. O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolúvelmente uma à outra: nenhum corte por sexos é possível na sociedade. Isso é o que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro (Beauvoir, 1970, p. 13-14).

A divisão sexual do trabalho é estruturada como uma das principais desigualdades de gênero, quando relacionada à hierarquização do trabalho. Assimilada como uma divisão do trabalho social que é decorrente das relações sociais entre os sexos (Hirata; Kergoat, 2007), é colocada ainda como um fator prioritário para a sobrevivência dessa relação. Esta forma em particular, da divisão social do trabalho, é definida pelas autoras Hirata e Kergoat (2007) com dois princípios, o de separação e o hierárquico, onde o primeiro é a noção de que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o segundo é a ideia de que um trabalho de um homem possui mais valor do que o de uma mulher. Elas destacam que esses princípios são considerados como válidos em todas as sociedades conhecidas. As autoras explicam que essa separação é legitimada dentro da ideologia naturalista, que é responsável por “rebaixar o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais em papéis sociais sexuados” que acabam por remeter ao que é chamado no texto de “destino natural da espécie” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 600). Assim, é definido que a divisão sexual não é imutável e que mesmo sendo inegável que as condições femininas melhoraram em alguns aspectos, as distâncias entre esses grupos são ainda muito grandes: “Essa distinção entre princípios e modalidades e a insistência sobre a noção de distância é que permitem

desconstruir o paradoxo de que falávamos no início: tudo muda, mas nada muda” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 600).

Essa divisão sexual do trabalho consiste em imputar as mulheres ao campo reprodutivo e os homens ao produtivo, em um modelo capitalista e ocidental. O trabalho reprodutivo e de cuidado não se restringe apenas aos cuidados da casa, mas também com as crianças, idosos, doentes, marido, entre outros, é todo aquele trabalho que é visto e chamado de “não trabalho”, que é feito sempre para o outro e não para si mesma. Além do estabelecimento que os homens desempenhem os trabalhos profissionais com maior valorização social. É importante ressaltar que a execução da feminilidade e a “obrigação da maternidade e reprodução” está diretamente ligada a divisão sexual do trabalho que limita o lugar da mulher, garantindo o acesso dos homens ao corpo e à capacidade reprodutora do sexo feminino, através da família heteronormativa e monogâmica, imputando a mulher ao campo reprodutivo. Configuração de família construída no sistema patriarcal² garantindo ao homem o papel de dominação e a submissão física e cultural feminina. Sendo o que foge a essa, caracterizada como anômalo, pois o que quer que seja que se distancia aos padrões impostos, é definido como errôneo e está imposto a julgamentos ou até mesmo exclusão.

Antropólogos estruturais-funcionalistas³ compreendem a casa em oposição à rua, sendo o espaço público marcado pela economia, política, o trabalho, a casa entendida como o oposto. Schouten (2002) aponta em seu texto esses dois espaços como “dentro de casa e fora de casa”, onde o primeiro espaço é atribuído para as mulheres e o fora de casa para os homens, sendo essa a divisão entre o espaço público e o privado. Essa divisão existe e é apontada como sendo tanto nas sociedades rurais do mediterrâneo, que foram exemplificadas, como na sociedade moderna, urbana e industrial. A autora aponta como o espaço público é minado para as mulheres e que mesmo em alguns espaços que são “tipicamente femininos” possuem as limitações para mulheres específicas (Schouten, 2002, p. 24). A autora questiona também a ideia de poder da mulher dentro da esfera privada, a casa, que mesmo em casos que a mulher é a responsável pela manutenção do “poder” da

² Sistema responsável por colocar os homens em relação de poder sobre as mulheres: A compreensão do patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, traz que a dominação não é presente apenas na esfera familiar ou no âmbito trabalhista, política etc. O patriarcalismo como um sistema compõe a dinâmica social como um todo, estando internalizado no inconsciente coletivo e individual de homens e mulheres, enquanto uma categoria social (Morgante; Nader, 2014, p. 3).

³ Antropólogos estruturais-funcionalistas compreendem as sociedades em um modelo teórico e analítico que parte da análise da estrutura social, entendendo estas como frutos de relações e funções sociais entre pessoas. “[...] como sendo análogos aos sistemas orgânicos, o que levaria a necessidade de compartilharem os mesmos métodos. Advém daí suas concepções de estrutura social e função” (Sabino; Carvalho, 2013, p. 220).

casa, a que cuida do dinheiro e de outros aspectos, ela não é excluída da violência e da demonstração de poder do homem e tem sua voz negada. Ela afirma, contudo, que esta relação entre espaço privado e poder não é unânime entre pesquisadores.

O que é concluído atualmente não é mais uma “exclusão” da mulher na esfera pública e sim as desvantagens que as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam quando adentram na mesma. Devemos pontuar também que essas desvantagens não são as mesmas e nem são compreendidas apenas pelo gênero, a raça e a classe são características principais para a perpetuação das desigualdades que não podem ser deixadas de fora na análise, pois mesmo a divisão sexual do trabalho tendo como sua questão o gênero e o papel da mulher, essas mulheres são afetadas de diferentes formas e contextos.

A autora Michelle Rosaldo (1995) traz pontos importantes em seu texto e trabalha com a noção de “dominação masculina” para apresentar algumas discussões, ela aponta que divergindo de alguns antropólogos que argumentam sobre lugares de privilégios da mulher, “as formas culturais e sociais humanas sempre têm sido subjugadas pela dominação masculina” (ROSALDO, 1995, p. 8). Rosaldo afirma não querer dizer que o homem reina por direito e nem que as mulheres são vítimas passivas de um mundo definido por eles, mas sim que as vastas oportunidades para prestígios e influências pública, entre diversas outras citadas, são reconhecidas como privilégio e direito masculino. Segundo a autora:

A dominação masculina é evidenciada, acredito, quando observamos que as mulheres em quase todos os lugares têm a responsabilidade diária de alimentar e cuidar das crianças, dos maridos e parentes; enquanto que as obrigações masculinas tendem a ser menos regulares e mais baseadas em laços extras familiares, certamente o trabalho do homem em casa não vai ser sancionado pela força da esposa. Mesmo nos casos de grupos onde a violência física é evitada, os homens dizem “ela é uma boa pessoa, não preciso bater nela”, ao passo que nenhuma mulher evoca ameaças físicas quando se refere ao trabalho de seu marido (Rosaldo, 1995, p. 9-10).

Outro aspecto a ser considerado refere-se às disparidades existentes nas competições profissionais, visto que quando o trabalho doméstico é realizado em tempo integral pelas mulheres, elas enfrentam uma discrepância em relação à maioria dos homens em seu tempo disponível para investir em sua carreira profissional, seja ela qual for. Quando as responsabilidades não são divididas e sobrecarregam apenas uma pessoa nas relações, resultando em diversos desgastes, tanto físicos, como emocionais, além de prejudicar a demanda e a produtividade (Biroli, 2018). Em muitos casos também é vista a inserção precarizadas da mulher no mercado de trabalho, que é também responsável pelos desgastes citados, porém a classe e a raça são fatores fundamentais para essa observação.

Ao pensarmos todas essas questões em relação ao mercado de trabalho formal, as mulheres saem em desvantagem na competição, o que dificulta o desenvolvimento de uma carreira. Podemos citar a falta de apoio psicológico e de políticas públicas que contemplem essas questões, o que aumenta a disparidade nas competições, onde o trabalho reprodutivo influencia diretamente no trabalho profissional, produtivo (Biroli, 2018). A divisão sexual do trabalho traz concepções como o reforço da ideia de que a mulher é a principal responsável pelo trabalho doméstico e respectivamente a desvalorização dessa atividade como um trabalho propriamente dito, quando comparado ao trabalho atribuído aos homens (Kergoat, 2009).

No Brasil, a partir de meados do século XX, começou a ser interpretado e compreendido por estudiosos como antropólogos e sociólogos o fato de que a família é uma instituição social, o que anteriormente não era aceito como verdade, pois a família era compreendida como uma constituição natural, denominada a partir do biológico e do consanguíneo. A autora Maria Isabel M. de Almeida que em seu livro “Maternidade: um destino inevitável?” (1987) busca analisar as configurações de famílias e entender sobre as “modificações nas formas de controle e autoridade vigentes no interior da família de classe média brasileira nas últimas 3 décadas” (Almeida, 1987, p. 11), observando a partir da maternidade o processo de modernização e a estruturação social do sujeito. Almeida traz o conceito de anomia, cunhado por Durkheim (1897), que explica o desequilíbrio entre as normas sociais que guiam as sociedades. Dessa forma, a modernização traria um desequilíbrio nas normas antigas, causando uma perda gradativa de poder no seio organizador da família, ressaltando a pluralização e acentuando a já discutida divisão sexual do trabalho.

Sendo assim, os arranjos familiares, e as estruturas sociais, culturais e econômicas, além da hierarquia presente nas famílias do século XIX e XX, a partir do século XXI, sofrem mudanças. Hoje é compreendido que esses arranjos familiares não partem apenas do pressuposto do consanguíneo e do que era visto como tradicional, mesmo que algumas ideologias conservadoras ainda apontem isto. No Brasil, a maior parte das famílias não consiste nesses arranjos “tradicionais”. Segundo os dados do IBGE (2018), 12 milhões de mães, monoparentais⁴, cerca de 37% da população, criam seus filhos sozinhas e grande parte dessas se encontram em situação de extrema pobreza, o que faz com que essas mulheres se

⁴ Família Monoparental Feminina é o grupo familiar composto pela mulher mãe e seus filhos. Neste arranjo familiar geralmente é a mulher a única responsável pela sustentabilidade econômica da família (Brito, 2008).

desdobrem para a manutenção e para a sobrevivência da família, com as funções dos trabalhos domésticos e de prover o lar. Grande parte das crianças não contam com o nome do genitor no registro, assim como uma porcentagem que mesmo sendo registrada, o pai não assume o papel de fato e responsabilidade sobre a criança.

A classe média e a elite brasileira têm historicamente adotado a prática de contratar empregadas domésticas, o trabalho feminino remunerado, para realizarem as tarefas da casa e de cuidados, como os realizados por babás. No meio dessas famílias, ocorre terceirização do trabalho reprodutivo, predominantemente executado por mulheres de baixa renda e negras (Gonzalez, 1984). Sendo assim, a partir desse trabalho nascem vínculos, questões e problemáticas a serem abordadas e questionadas. As denominadas empregadas domésticas, como dito, são em sua maioria mulheres negras. Para muitas delas, esse trabalho representa a única oportunidade de emprego disponível, sendo esse um lugar de uma estruturação baseada no racismo e no sexismo, onde são posicionadas em uma hierarquia onde essas só podem e devem estar em designados trabalhos, aqueles de servirem e não serem vistas:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. [...] Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta [...] Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal? (Gonzalez, 1984, p. 224-233).

Segundo Jurema Brites (2007), a diferença entre os casais que contratam os serviços domésticos, é que mesmo com a terceirização do trabalho são as mulheres, as patroas que são responsáveis por definir e designar as tarefas as empregadas. Os homens se eximem desse serviço, como em qualquer outro trabalho reprodutivo, mesmo nessas famílias de classe média, a divisão entre as mulheres serem responsáveis pelo trabalho reprodutivo e os homens os responsáveis pelo trabalho produtivo e responsável pelo financeiro, ainda é muito presente.

A divisão das funções nas famílias de classe social mais baixa, geralmente funciona de uma maneira diferente. Como exemplificado no texto de Cynthia Sarti (1994), é comum que o pai e a mãe trabalhem fora de casa, e sejam remunerados por isso, seja um trabalho formal ou informal, assim se o casal possui filhos, geralmente é a filha mulher, mais velha,

que cuida dos afazeres domésticos e dos cuidados com seus outros irmãos. Sarti argumenta que alguns autores trazem que com a urbanização e modernização do Brasil, essa relação de poder onde a figura masculina, paterna, é o chefe da casa, perdeu o sentido, mas indica que outros estudos contradizem esse argumento, definindo que o papel central ainda é do homem, reafirmando a autoridade masculina presente na família patriarcal. Esse domínio se mostra na medida em que, perante a sociedade, uma família onde não há um homem como provedor é desqualificada e fragilizada.

Um dos fatores que divergem entre as famílias de classes sociais diferentes é que nas famílias pobres a chamada “moral e honra do homem” tem um peso social mais forte com as questões financeiras. O fato de em muitas conjunturas não conseguir ser o provedor como o desejado ou se deparar com empecilhos para manter a esposa e seus filhos faz com que os homens sejam os que mais discutem e argumentem sobre a pobreza familiar. Como citado por Sarti:

As dificuldades encontradas para manter o padrão de desempenho que se espera do homem na família pobre, por sua condição de trabalhador e pobre, faz com que a dimensão da pobreza no contexto familiar apareça mais explicitamente no discurso masculino, já que os homens se sentem os responsáveis pelos rendimentos familiares. É sobre ele que recai mais forte o peso do fracasso. É o homem quem falta com sua obrigação quando o dinheiro não dá. Assim, é que na tentativa de "conferir dignidade ao cotidiano sem relevo" destacam-se as qualidades morais que sustentam o homem que é homem nas situações de dificuldade, estruturais em suas vidas.” (Sarti, 1994, p. 73)

A casa e a família são fatores distintos dentro da análise, onde se estabelece uma hierarquia, a casa passa a ser identificada como a mulher, sendo esta responsável pela manutenção dos cuidados da casa e da família, e o homem, visto como provedor e o que possui o poder dentro da hierarquia familiar, é o responsável pela mediação da família com o mundo externo. Dentro dessa divisão entre casa e família, também é pressuposto que o homem sendo aquele responsável por prover o dinheiro, a mulher é aquela que controla o mesmo para os cuidados do lar e dos filhos, em muitos casos se desdobrando para que esta função seja possível, principalmente em famílias pobres. Segundo Sarti, a casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como o homem e a mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa, a casa está, portanto, contida na família” (Sarti, 1994, p. 77).

No meio desses arranjos, podemos compreender como tradicionalmente, no Brasil, ocorre a divisão do trabalho doméstico na família, com base nas constituições sociais e

econômicas e em uma hierarquia que persiste desde quando começou a se analisar as sociedades e as configurações familiares. Com o patriarcado, responsável pelas mediações em meio ao externo, ainda hoje, as famílias são perpassadas pela dominação masculina, onde a casa, mesmo não sendo em sua maioria constituída por famílias compreendidas como “tradicionais”, ainda é controlada por meio dessa divisão, tanto social quanto sexual do trabalho.

Se a vulnerabilidade da mulher está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem, fragilizando-a em face deste mundo que, por sua vez, reproduz e reitera as diferenciações sexuais, o status central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. Este fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve. (Sarti, 1994, p. 83).

A PANDEMIA DE COVID-19 E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Com o avanço do vírus Sars-Cov-2 e a doença conhecida popularmente como Covid-19, que promoveu a instauração de uma pandemia global, podemos analisar diferenças nos contextos dos cotidianos vividos pelas mulheres, para entender suas percepções sobre o trabalho doméstico e de cuidados durante a pandemia. No que se refere à pandemia no Brasil e a situação das mulheres, conseguimos pensar em inúmeros elementos, em como essas foram e continuam sendo afetadas de modo direto pelo desemprego, pela sobrecarga de trabalho reprodutivo e de cuidado, sendo muitas dessas mulheres mães solas e sem aparato, seja sem rede de apoio ou estabilidade financeira. Com o fechamento das escolas, por causa dos protocolos de segurança com a pandemia, o que acontece é uma nova realidade, onde essas mulheres não conseguem desempenhar o papel da realidade doméstica e de cuidados com os filhos e ao mesmo tempo o trabalho produtivo, pois se encontram praticamente 24 horas dentro de casa. Esses impactos sociais e econômicos são responsáveis pelo sentimento de sobrecarga vivido por essas mulheres, para além da preocupação com o vírus e o medo da doença e suas consequências (Borges, 2020).

Segundo os dados do IBGE⁵ (2018), as mulheres gastam, em média, mais de 60 horas por semana em trabalhos domésticos não remunerados, no Brasil. Borges (2020) pontua como, em primeira perspectiva, a pandemia expõe a dimensão da fragilidade que é intrínseca

⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Oubu2b>. Acesso em: 22 jan. 2022.

a nossa condição humana e como isso escancara a necessidade dos trabalhos de cuidados domésticos para a sobrevivência das estruturas sociais, sendo esses contínuos e necessários com uma relação de interdependência (Borges, 2020, p. 269). A autora define a atividade de cuidar, como a atividade que “sustenta a vida e a reprodução social⁶”. A pandemia traz uma realidade a emergir e mostra como as estruturas sociais e as desigualdades, sejam elas de classe, raça ou gênero, estão mais alarmantes do que em tempo algum, não apenas no Brasil, mas globalmente, já que o mundo se encontra em crise social, política e econômica.

O trabalho doméstico é visto diversas vezes como um ato de amor e carinho, dentro do casamento, como um cuidado, apesar de ter custos altos. É necessário entender que quando se constitui o capitalismo e a acumulação, constitui-se o trabalho não pago e a exploração das mulheres, pois o trabalho reprodutivo foi designado a ser não remunerado:

O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração (Federici, 2019, p. 42-43).

A violência de gênero é colocada nas mais sutis vivências, como a da obrigação com os afazeres do lar, de cuidar de todos e fazer para todos, onde assim se anula como mulher e se torna apenas a esposa, a mãe, a dona de casa, a empregada e a responsável por todas as questões vividas e sofridas na família (Hirata; Kergoat, 2007). Sendo assim, a nossa vivência como mulher é marcada por violências, sejam elas sutis ou explícitas, das mais diversas, que moldam os lugares que nos cabem.

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia (pensemos no nome de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le Torchon Brûlé**) se desdobrará em uma dupla dimensão: “estamos cheias” (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido (Hirata; Kergoat, 2007).

⁶ A reprodução social é aquela reprodução da vida que depende do cuidado: "a questão da reprodução, compreendida como o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente, [...]" (Federici, 2019, p. 20).

Assim, as primeiras pesquisas desenvolvidas durante a pandemia já previam que com o isolamento social e os fechamentos de escolas e creches, a sobrecarga e a jornada das mulheres teriam um aumento significativo (Siqueira, et al., 2020), então essa divisão sexual do trabalho que já era inerente na sociedade, potencializou-se ainda mais, com outras demandas. (Monticelli, 2021, p. 91)

A partir das considerações acima e a fim de conhecer a percepção de mulheres sobre a divisão do trabalho doméstico durante a pandemia, a pesquisa foi realizada na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, nos bairros IPS e Parque São Benedito, adotando uma metodologia de pesquisa qualitativa, com entrevistas realizadas a partir de um roteiro previamente elaborado e com a amostragem bola de neve, que utiliza cadeias de referências (Vinuto, 2014). O objetivo da pesquisa é compreender as percepções das mulheres sobre a realização e a divisão do trabalho doméstico fora e dentro do período de pandemia. Assim, foram realizadas as entrevistas em parte pessoalmente (segundo todos os protocolos contra a Covid-19) e parte pelo aplicativo de comunicação WhatsApp, por chamada de voz e áudios, somando ao todo dez mulheres entrevistadas. Todas as entrevistas foram realizadas durante os meses dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

Abaixo serão apresentadas cada uma das entrevistadas⁷, ressaltando alguns trechos que se destacaram em suas entrevistas.

1) Bruna tem 35 anos, ensino médio e técnico completo, declara-se como branca, tem uma filha de 5 anos e trabalha formalmente como técnica de enfermagem em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Durante a entrevista, Bruna relata sua rotina e os cuidados com a filha:

O dia que estou trabalhando acordo cedo, vou trabalhar, meu marido leva minha filha pra escola e busca, ele não está trabalhando no momento. O dia que não trabalho minha rotina é cuidar da casa e dela. Faço todos os serviços domésticos. Eu e meu marido fazemos os cuidados da minha filha, quando ele tá em casa, normalmente ele cozinha e eu limpo. A minha filha passa a tarde toda na escola (Bruna).

Relata se sentir cansada e que com a pandemia trabalhou mais por causa da profissão, que não parou e se sentiu sobrecarregada. Também relata algumas situações que vivenciou durante a pandemia pela sua profissão de técnica de enfermagem, trabalhando em uma UPA, diz que “é bem complicado e às vezes chego em casa no outro dia muito cansada e ainda tem

⁷ Os nomes de todas as entrevistadas foram trocados por nomes fictícios.

que fazer um monte de coisas”. Pontua também o fechamento das escolas durante a pandemia e fato de ter sua filha em casa por mais tempo acabou trazendo complicações, sendo assim contou com a ajuda das avós, para cuidar da criança enquanto ela não estava em casa. Sobre a divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres ela diz: “Sei que existe essa divisão [desigual], mas na minha casa é tudo dividido.”

2) Fernanda tem 26 anos, ensino médio completo, solteira, se declara como negra, uma filha de 4 anos e está no trabalho informal, revendendo lingerie. Sobre a sua rotina, ela diz que fica em casa, arruma a residência, cuida da filha e vai resolver as coisas das vendas de peças íntimas femininas. O trabalho doméstico é feito por ela, faz o almoço, cuida da limpeza e lava o que tem que lavar. É responsável pelos cuidados com a filha, considera-se mãe solo, o genitor não contribui com nada e não tem contato com a filha, apenas a registrou. Relata que na pandemia só obteve mais cuidados em relação ao vírus e à saúde, tentando se manter em isolamento, mas que não se sente sobrecarregada. Ela diz que existe sim uma divisão desigual do trabalho doméstico. Expõe que seus irmãos não fazem nada, “são todos mimadinhos, não lava uma louça e não sabem fazer nada direito”. Afirma que como sempre vivenciou isso, ela não liga mais, mas que às vezes é bem irritante. Todas as tarefas domésticas são divididas entre ela e a mãe, com quem ela mora juntamente aos irmãos. Fernanda diz que basicamente não tem tempo para cuidar dela mesma, e que os homens da casa não realizam nenhuma atividade doméstica, nem mesmo o que não trabalha fora.

3) Laura tem 26 anos, é estudante de Direito, mora no IPS, solteira, declara-se como parda, tem um filho e atualmente trabalha como estagiária no Tribunal de Justiça, anteriormente estava trabalhando como operadora de caixa em uma rede de supermercados. A entrevistada relata que sua rotina se divide entre momentos de trabalho e estudos, e está se dedicando a abrir um negócio de comida com sua mãe. Ela relata que é a responsável pelos cuidados com seu filho e que as tarefas domésticas são divididas entre ela e a mãe, porém como ela é a responsável por sustentar a casa, sua mãe se responsabiliza pela maior parte dos afazeres domésticos, assim como sua irmã mais nova, que auxilia nos cuidados com o seu filho. A rotina de seu filho é geralmente ficar em casa e agora tem pretensão de colocá-lo em uma creche, diz que quando trabalhava no supermercado anteriormente à pandemia, era mais cansativo, pois quase não tinha tempo para estar em casa. Ela argumenta que a pandemia alterou tudo em sua vida, já que tinha acabado de entrar na faculdade e o seu trabalho no supermercado não parou. Diz que houve a misturas do medo da doença com o cansaço:

Fiquei com medo de transmitir, chegando em casa e nem ia encostar em ninguém, acho que desenvolvi uma ansiedade na pandemia, com medo de tudo, com medo do futuro, de pegar a doença e levar para as pessoas que eu amava (Laura).

Em relação ao meu filho, eu queria que o pai dele buscasse ele mais vezes, sabe, eu acho poucos dias que ele pega, acabo me sentindo muito sobrecarregada, porque como fico mais em casa agora ele requer muita atenção, por essa fase dele (Laura).

As atividades domésticas, a gente divide bem aqui em casa, acaba que como eu trabalho, minha mãe fica com a maior parte, mas a gente sempre tira o dia da semana pra fazer a limpeza e tudo mais (Laura).

Eu não vivencio essa divisão [desigual] não, mas na minha família eu vejo que tem muito disso, minhas tias fazem tudo pros maridos delas, eles não fazem nada, mas aqui em casa são só eu, minha mãe, irmã e meu filho, então a gente divide as tarefas entre nós três (Laura).

4) Luciana tem 45 anos, é casada, tem ensino fundamental completo, mora no IPS, tem três filhos e trabalha informalmente vendendo doces. Todos os trabalhos domésticos são feitos por ela, os filhos mais velhos e o marido trabalham fora e a mais nova estuda em casa. Sua rotina diária é acordar cedo, fazer o café da manhã de seus filhos e marido, dedicando-se também aos afazeres de sua religião. Segundo a entrevistada: “É a mesma rotina de toda chefe de família né, cuidar da casa, cuidar da família”. Luciana pontua:

Na maioria das vezes é bem tranquilo, eu gosto do serviço doméstico, mas às vezes preciso de ajuda e tenho que pedir mesmo, porque se eu não pedir não tem alguém na casa que faça voluntariamente (...) quando eu me sinto cansada me dou o luxo de descansar, tento não ficar muito estressada com isso (Luciana).

As mulheres são sempre sobrecarregadas, eu trabalhei 11 anos no meu último emprego e me pergunto como eu conseguia, com meus filhos menores, roupa, comida, arrumação da casa, eu tinha que me virar. Agora eu vejo que o meu marido chega cansado do trabalho, toma um banho e descansa, a mulher não, precisa de adaptar nos dois, trabalhar fora e dentro de casa, então eu vivenciei isso muito nos últimos 11 anos que trabalhei na empresa e agora também. Acho que se a mulher pode trabalhar fora e ajudar nas despesas, o homem também pode fazer os afazeres domésticos e cuidar dos filhos (Luciana).

Na pandemia mudou bastante, todas as pessoas da família ficaram em casa então o trabalho doméstico dobrou, café da manhã, almoço, lanchando, no princípio fiquei muito sobrecarregada e tentei distribuir tarefas entre as pessoas da casa, no começo todo mundo colaborou, tinha que limpar bastante a casa, usar álcool em gel né, mas depois acabei me sentindo ainda mais sobrecarregada (Luciana).

5) Joana tem 43 anos, ensino fundamental completo, mora no Parque São Benedito, é casada, declara-se como parda, tem quatro filhos e está no mercado de trabalho informal. Ela descreve que acorda cedo, lava a louça, arruma a casa, de tarde lê bastante e assiste vídeos para tentar se profissionalizar. Sobre a rotina doméstica relata que tenta organizar os dias para lavar roupas e realizar as tarefas e tira um dia na semana para resolver “suas coisas”, como as contas. As tarefas são realizadas por ela e pelo marido, Joana pontua que divide com ele aos finais de semanas, quando ela “pede ajuda” e que os filhos não contribuem em nada nas tarefas. Antes da pandemia, trabalhava como pipoqueira, porém ficou desempregada e alega que teve que se reinventar, no caso trabalhando com bazar e fazendo trabalhos de freelancer como garçom em um buffet. Sentiu diferença na pandemia, visto que não tinha mais a renda, então teve impacto financeiro e assim ocorreu a ideia do bazar. Diz que a pandemia não mexeu com seu psicológico. Diz que dá conta de tudo. E relata que acha que não existe uma divisão desigual do trabalho doméstico, que ela não vive isso. Depois diz:

Tem homens que são machistas né? E que não fazem as coisas, mas meu marido me ajuda quando eu peço, então não acho que exista essa divisão [desigual] não, a mulher quem faz o homem, aqui em casa o meu marido me ajuda sim, então não vivencio não (Joana).

Durante a pandemia eu tive que me reinventar, como perdi meu emprego acabou faltando as coisas, comecei a buscar outras coisas para fazer, como montar um bazar e trabalhar em buffet, mesmo assim é difícil (Joana).

6) Nicole, 27 anos, é empreendedora e possui uma loja de bijuterias. É casada, parda e possui uma filha de 7 anos. A entrevistada relata que sua rotina se divide entre o trabalho de casa, cuidar de sua filha e das coisas de sua loja, onde ela fica grande parte do dia. Ela também está se formando em pedagogia, então as aulas online também fazem parte de sua rotina. Ela cita que é um pouco complicado manter os estudos com a filha em casa, pois durante a pandemia e ela não indo para a escola, o trabalho aumentou e se confundiu um pouco com os trabalhos de casa, criando assim uma certa confusão para ela e para a criança, com a mudança de rotina. Diz que também vivenciou dificuldades em auxiliar sua filha nas tarefas escolares. Ela é responsável por todos os trabalhos domésticos e de cuidados com a filha e cita que seu marido ajuda algumas vezes, mas a responsabilidade maior é dela. Nicole pontua:

Ah por exemplo, se saímos de casa para ir pra praia, quando a gente chega cansado, sou eu que tenho que dar banho, pôr ela pra dormir e pra sair é a mesma coisa, arrumar ela e tal. Ele não faz essa parte, assim como fazer a

comida e tudo mais, pra ele é mais fácil né, só chegar, tomar banho e dormir, é complicado e estressante as vezes (Nicole).

Descreve também que quando precisa de alguém para ajudá-la é sua mãe, avó de sua filha, a quem ela recorre, principalmente em relação à criança. Ela narra uma dificuldade financeira durante a pandemia, pois as vendas diminuiriam consideravelmente, mas diz também que o uso da internet para divulgação e a adaptação para delivery foi bem vantajoso. Quando questionada sobre a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres ela fala:

Percebo sim e vivencio isso, mesmo assim é complicado pois peço ajuda e para conseguir até o mínimo, como lavar a louça às vezes, tenho que ficar insistindo e isso é um pouco chato e desgastante (Nicole).

7) Tatiana, 27 anos, estudante de gestão hospitalar, mora no Parque São Benedito, está separada, é parda e tem um filho. Não está inserida no mercado de trabalho formal no momento, mas trabalha como cerimonialista de forma periódica. Mãe, dona de casa e estuda à distância. Todas as tarefas são realizadas por ela, acorda, arruma a casa, lava e cozinha. A rotina da criança consiste em: antes da pandemia, acordava e estudava em tempo integral, já durante a pandemia a criança costuma ficar um tempo na casa da avó. Todas as tarefas de cuidados são realizadas pela entrevistada. Não relata dificuldade, mas diz que o cotidiano é cansativo. Comunica que na pandemia sentiu diferença em se resguardar e mudou a rotina com a criança em casa o tempo todo “fazendo bagunça” e que o psicológico dela ficou abalado. Ela diz que existe uma diferença entre homens e mulheres, mas no caso dela ela não vivenciava e descreve: “eu pedia para que meu marido me ajudasse e ele me ajudava”, mas também relata que seu ex-marido “sempre estava no videogame e não fazia nada”. Ela expõe que vivencia momentos de lazer com o filho e que geralmente sai apenas com ele.

8) Vanessa, 25 anos, tem ensino médio completo, mora no Parque São Benedito, vive em união estável, é negra, está grávida e trabalha como manicure. É a responsável pelos trabalhos domésticos em sua casa. Cita que depois da gravidez o marido tem “ajudado” bastante, mas ainda sim é ela quem faz praticamente todos os serviços e ele ajuda em algumas coisas específicas. Não possui funcionários domésticos e sua rotina consiste em: trabalhar como manicure, pontuando a falta de tempo para almoço e descanso. A entrevistada cita que antes da gravidez sentia muito cansaço, pois chegava do trabalho e tinha que realizar todas as tarefas, pois o seu companheiro “não fazia nada” e se sentia sobrecarregada. Relata o cansaço mental. Traz a dificuldade e o impacto financeiro durante a pandemia, apontando que essas mudanças mexeram com o seu psicológico. Diz que existe “muito” uma divisão desigual do trabalho doméstico e que vivenciava, mas hoje não vivencia mais. Comenta em

relação à cobrança que sofria sobre os afazeres domésticos e sobre como seu companheiro, por exemplo, cobrava dela ao esquecer por algum motivo de lavar o uniforme de trabalho dele, causando discussões.

É como se fosse uma obrigação minha, como se a roupa fosse minha e eu não acho que seja assim, ele fala pra mim, isso é obrigação sua, mas na hora do, vamos colocar financeiramente, a obrigação não era só dele (Vanessa).

Eu não me importo de fazer as coisas para ele, como lavar cueca, tem mulher que fala que não lava cueca, mas eu não ligo, até porque é a máquina que lava, eu só estendo. Eu faço a comida e a marmita para ele levar pro trabalho, eu sempre faço mas se um dia eu não fizer ele reclama e acha ruim e eu não gosto dessa cobrança não, sabe? (Vanessa).

9) Verônica, 46 anos, mora no Parque São Benedito, tem ensino médio completo com formação de professora, é casada, branca e tem duas filhas. Trabalha na secretaria de uma escola privada. Ela narra suas atividades diárias:

Eu acordo bem cedinho, vou trabalhar, mas antes deixo todas as atividades de casa prontas pra eles, comida pro meu marido e pras minhas filhas, tudo prontinho, bem-feitinho, todos os dias (Verônica).

Ela relata que faz todos os afazeres domésticos e que nem as filhas e nem o marido realizam nenhuma das tarefas e que cuida das tarefas da filha mais nova também. Em nenhum momento do relato ela apresenta reclamações sobre realizar essas atividades. Sobre como ela se sente em relação às atividades diárias: “Olha é uma luta sim, tem que deixar alguma coisa de lado, senão você não aguenta não”. Com a pandemia, a carga horária na escola diminuiu e ela trabalhava apenas uma vez na semana, então pontua que ficou mais tranquilo realizar os trabalhos de casa, mas, por outro lado, o financeiro foi bem prejudicado: “a renda caiu muito”. Sobre a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres ela diz que percebe que existe sim uma desigualdade e que vive muito isso: “o meu marido apenas faz as compras, até a comida, sou eu quem coloca para ele, então vivencio isso sim”.

10) Walesca, 50 anos, empregada doméstica, negra, possui dois filhos e é casada. A entrevistada relata que trabalha bastante e que é a responsável pelos afazeres domésticos, assim como trabalha nas casas de famílias. Em sua rotina profissional, ela trabalha como empregada doméstica há mais de 20 anos, tanto em casas de famílias como em uma empresa terceirizada. No verão, quando geralmente tem carnaval, ela trabalha como camelô vendendo cerveja e bebidas na praia, pois é a principal fonte de renda em sua casa. Walesca fala:

Olha eu sinto uma dificuldade sim, depois de tantos anos e perto de me aposentar, estou bem cansada, mesmo assim não posso parar de trabalhar

agora, pois meu filho mais novo não trabalha e meu marido faz bicos, eles não fazem nada em casa, eu faço tudo, comida, limpo” (Walesca).

Com a pandemia, ela diz que o trabalho se tornou um pouco mais complicado, pois as exigências das patroas mudaram um pouco e ela não parou em nenhum momento, mas que também não podia parar de trabalhar. Em relação a existir uma divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres, ela fala que não sabe, que ela é quem faz tudo, mas que é “assim mesmo”. Ela retrata:

Eu não parei de trabalhar com a pandemia não, mudou um pouco sim, com o vírus né, mais coisa pra limpar e eu não fiquei em casa, não parei o trabalho nem na casa da minha patroa e não parei na empresa, fiquei com medo de ter que parar e perder o emprego, mas graças a Deus isso não aconteceu (Walesca).

Tá tudo caro né, então fica meio complicado, surgiram umas dificuldades financeiras sim, e aí é complicado porque preciso trabalhar, cuidar da casa, do meu marido e do meu filho, e aí o mais velho, que é casado, às vezes pede ajuda também, é difícil mesmo, eu mesma não compro nada pra mim, é tudo pra casa e pra eles (Walesca).

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas nos trazem pontos cruciais a serem analisados. É possível perceber nas respostas uma negação sobre a desigualdade da divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres, seja por não acreditarem que exista ou por discorrerem que não vivenciam essa situação. O que podemos interpretar, é que exista uma contradição entre as respostas e as experiências, pois mesmo que essas mulheres não percebam a desigualdade em suas vidas, demonstram que a vivenciam em seus cotidianos, seja de forma mais sutil ou bem exposta. Dessa forma, pode-se perguntar se elas realmente não percebem que vivenciam essa divisão desigual, por ser uma situação intrínseca em suas vidas, dada a construção social e a tradição de como vivem e foram ensinadas ou se percebem, mas não se sentem confortáveis de falar sobre isso na entrevista.

É muito visto durante os relatos, que mesmo entre as entrevistadas que não são as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas, estas são divididas com outras mulheres das famílias, ou seja, sempre é a outra presença feminina, seja a mãe, ou a filha mulher, que cuidam da casa e das tarefas domésticas (Sarti, 1994). Na maioria dos casos, os maridos e os filhos homens não são citados como participantes das tarefas reprodutivas, também é mencionado que quando participam, eles não realizam as tarefas de maneira eficiente, sendo assim as mulheres assumem as obrigações e responsabilidades. O que podemos pensar sobre essa não eficiência nas tarefas? Os homens realmente não sabem realizar essas tarefas porque

não são ensinados e socializados nessa responsabilidade desde a infância ou eles realizam as tarefas de maneiras propositalmente inadequadas para existir uma sensação de incapacidade e impotência de realizar essas funções?

Para Silvia Federici (2019), o capital criou essa atmosfera onde é natural o trabalho doméstico ser feminino e necessário, sendo assim os homens não são construídos socialmente e ensinados a “servirem”, assim como as mulheres e meninas. Logo, o questionamento revela que talvez não seja apenas uma falta de interesse em não saber e não aprender as atividades domésticas, mas uma questão de dependência vista como natural dentro da sociedade, onde cada um assume um papel. Assim, para que a distribuição de tarefas ocorra de forma igualitária, precisam ser ensinadas e construídas nos papéis sociais femininos e masculinos desde cedo e neste ponto, podemos compreender a importância de levantar esses questionamentos. Segundo a autora:

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem- -sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. De fato, nosso papel como mulher é sermos servas felizes e sobretudo amorosas da “classe trabalhadora”, isto é, daqueles estratos do proletariado aos quais o capital foi obrigado a conceder mais poder social. Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou (Federici, 2019, p. 44).

Dentro dessa questão abordada por Federici (2019) e Ortner (1979) de uma compreensão internalizada das mulheres onde o cuidado é natural e uma obrigação, durante as falas das entrevistas é visto esse sentimento de forma clara. De forma semelhante, também temos a percepção que aparece em uma das entrevistas de que “a mulher é quem muda o homem”, como se a responsabilidade até mesmo pelos erros do companheiro, fossem da esposa, ela é a responsável pelos erros dos maridos, dos filhos e de todos que estão em sua casa. É quem assume a responsabilidade e as consequências pelos atos dos outros, mesmo estes sendo adultos.

Os relatos das mulheres que foram entrevistadas demonstram como os cuidados dos filhos representam uma parte significativa do seu trabalho diário, principalmente durante a pandemia, sem apoio escolar ou da creche, já que elas são as responsáveis pelos cuidados das crianças sem quase nenhum auxílio, assim precisando conciliar as obrigações profissionais, com o cuidado e os afazeres domésticos. Devido à divisão sexual do trabalho, a forma de cuidar, segundo Hirata e Kergoat (2007) definiu a atribuição social dos filhos às mulheres como ideologia naturalista, na qual o sujeito é naturalmente inclinado para certas tarefas, com base no conceito de hábitos masculinos e femininos.

Certamente não haverá uma maior igualdade profissional entre homens e mulheres enquanto permanecer a assimetria na realização do trabalho doméstico e de cuidados, que continua sendo considerada responsabilidade exclusiva das mulheres. É inegável a importância da discussão teórica em torno de “desgenderizar” para pensar uma nova divisão sexual do trabalho de cuidado, em que homens e mulheres sejam responsáveis pela atenção às pessoas dependentes. O cuidado com os seres dependentes – crianças, idosos, deficientes físicos e mentais, doentes etc. – deve ser tarefa de todos os seres humanos, sem distinção de sexo, na medida em que todos são vulneráveis em algum momento de suas vidas (Hirata, 2016, p. 61).

Falando sobre a pandemia, as entrevistadas indicam que o contexto de sobrecarga se intensificou. Diversas pessoas perderam seus empregos, sendo a partir daí obrigados a se reinventarem e a buscarem meios para se manter durante todo o tempo em que a pandemia ainda perdura. Pensando que as mulheres entrevistadas possuem um recorte de classe social parecido, existem exposições nas entrevistas que demonstram essa crise no contexto profissional, sendo o trabalho informal uma saída para muitas dessas mulheres. Todas as entrevistadas, mesmo as que se denominam como “donas de casa”, tem alguma atribuição do mercado de trabalho e na contribuição da renda:

No Brasil, a pandemia expõe dados alarmantes de agudização da violência seletiva estatal e das vulnerabilidades sociais preexistentes, alto índice de trabalho informal decorrente também da política de austeridade e desregulamentação de leis trabalhistas, noticiando de forma muito evidente uma mórbida taxa de contaminados e de mortalidade como métrica de desigualdades de toda ordem, concentração de riqueza, racismo estrutural, e uma pobreza complexa, multidimensional e heterogênea (Borges, 2020, p. 275).

Essa análise se torna possível colocando em questão a classe social dessas mulheres: nenhuma dessas possuem funcionárias domésticas ou de cuidados, todas são as responsáveis pelos trabalhos de suas respectivas casas. No caso da entrevistada que atua como empregada doméstica, ela relata que não foi dispensada do trabalho durante a pandemia. Segundo Monticelli (2021), o trabalho doméstico remunerado dentro da classe média, foi um dos

primeiros a ser flexibilizado, causando vulnerabilidade às trabalhadoras desses ramos. O que ocorreu não foram novas percepções desse trabalho em si, mas sim as exigências feitas para essas trabalhadoras, o que também é visto no relato da entrevistada. No contexto histórico, as mulheres ainda representam a maior taxa nas ocupações precárias e o maior número de informalidade e mesmo esses não se restringindo apenas às mulheres, elas foram as pioneiras na ocupação desses postos de trabalhos produtivos tidos como precários, servindo como um teste de viabilidade na reestruturação capitalista para ambos os sexos (Segnini, 1998). Mesmo assim, o mercado de trabalho apresenta o menor rendimento para o sexo feminino, a desigualdade de gênero é presente, independente da ocupação, o que também se dá com uma “feminilização e generalização” de atividades acompanhadas de um processo de “rebaixamento” salarial e de desvalorização das atividades. Mesmo com as mudanças que ocorreram no processo produtivo, ainda existem as consequências da divisão sexual do trabalho e essas mudanças não contribuem de forma significativa para eliminá-la (Stancki, 2003).

Também constatamos que mesmo as mulheres que se denominam como “donas de casa”, ainda sim possuem alguma contribuição na fonte de renda, realizando tarefas em alguns casos, informais, que não entram nas estatísticas. Como a maior força feminina de trabalho é essencialmente engajada nas atividades domésticas, essas tarefas que diversas vezes são para auxiliar a renda familiar ou até mesmo a principal fonte de renda, fora dos censos, ficam invisíveis quanto às análises oficiais (Sardenberg, 2004). É necessário destacar também, que com a sobrecarga experimentada devido aos trabalhos domésticos, as mulheres são prejudicadas no desenvolvimento do trabalho produtivo, o que contribui para a manutenção da dependência financeira em relação aos homens. Como observa Federici: “[...] na falta de outros recursos e dependendo financeiramente dos homens, as mulheres sempre transformaram suas emoções em valores (ativos), dando-os aos homens em troca dos recursos materiais que elas não possuíam” (Federici, 2019, p. 342). Nesse sentido, fica evidente o quanto é estressante a realidade da pandemia para essas mulheres, porque além de uma sobrecarga de trabalho, vem também o desafio de administrar e gerenciar de forma interposta o trabalho reprodutivo e produtivo, em certos casos, simultaneamente. É muito importante lembrar ainda que os estudos feministas e de gênero têm se debruçado em desconstruir a dicotomia do “público e privado”, pois a casa não é apenas um lugar de sentimentos, simples e harmonioso, mas é sim um espaço de violência, trabalho e desigualdade (Monticelli, 2021).

Outro tópico a ser analisado é em como as mulheres têm a percepção de quando os companheiros, sejam maridos ou namorados compartilham as funções domésticas com elas, é compreendido como um favor, uma ajuda e não como uma divisão das obrigações e afazeres de uma casa compartilhada e usufruída igualmente. O ato de contribuir com as funções domésticas, a “ajuda” é relatada em tom de agradecimento e gratidão. O ato de “pedir” a colaboração dos outros na casa e de ser prioritariamente e sozinha a responsável por esses afazeres é visto como natural. Ortner (1979) traz uma perspectiva de análise sobre essa questão:

Voltando agora ao problema das mulheres, seu status pancultural secundário poderia ser considerado, simplesmente, postulando-se que as mulheres são identificadas ou simbolicamente associadas com a natureza, em oposição aos homens que são identificados com a cultura. Uma vez que o plano da cultura sempre é submeter e transcender a natureza, se as mulheres são consideradas parte dela, então a cultura achará “natural” subordiná-las, para não dizer oprimi-las (p. 101-102).

Essa naturalidade da atribuição dos afazeres, fez com que, durante a pandemia, as mulheres também ficassem responsáveis pelas tarefas escolares das crianças e adolescentes, ocorrendo o aumento da sobrecarga com essa mistura entre a escola e a casa. Em relação a este ponto, é muito citada a dificuldade de auxiliar nas tarefas escolares e podemos pensar em como a adaptação com o ensino remoto foi árduo, tanto para as crianças, professores e responsáveis, neste caso as mães, que acumularam atividades. Como pode ser observado no trecho a seguir:

Da perspectiva das relações de gênero a política pode ter como efeito indesejável o reforço da divisão sexual do trabalho de cuidado e educação infantil que, tradicionalmente, tem relegado essa responsabilidade exclusivamente às mulheres, ampliando nesse caso os deveres domésticos das mães de modo a incluir a instrução acadêmica (Carvalho, 2000, p. 150).

Para Monticelli (2021), é possível perceber que as desigualdades que estão sendo vivenciadas pelas mulheres durante a pandemia “não vão ter um caminho de possíveis soluções via políticas públicas” (Monticelli, 2021, p. 100). A autora afirma que essas mulheres continuarão sobrecarregadas entre as demandas reprodutivas e produtivas, do modelo tradicional de delegação de tarefas “que no Brasil se dá de forma individualizada, informal e precária” (Monticelli, 2021, p. 100). Portanto, é necessário entendermos a função e posição do Estado em relação a essas famílias e essas mulheres, neste caso, com ausência (Monticelli, 2021). Dado isso, é compreendido que a pandemia e o isolamento social modificaram as formas e os ritmos das atividades domésticas e de cuidados, mas a

designação das tarefas não foi alterada. Com os relatos das entrevistadas, é notável a diferença de intensidade entre a relação com as tarefas anteriormente à pandemia e durante esta, a sobrecarga de trabalho fica denunciada nos discursos das mulheres. Os dados revelam que a questão da divisão do trabalho doméstico para essas mulheres é internalizada, sentem como “obrigação” delas, o que, como sabemos, é uma construção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que foi apresentada teve como propósito compreender as percepções de mulheres sobre a realização e a divisão das atividades domésticas, dentro e fora do momento de pandemia e de isolamento social. Buscamos durante essa pesquisa trazer referências, especialmente feministas, que trabalhem o tema proposto, com artigos e textos considerados atuais e clássicos. Assim, buscamos um grupo de mulheres de uma mesma classe social, moradoras de uma mesma região do município de Campos dos Goytacazes para as entrevistas, a fim de compreender um pouco da realidade em que estão inseridas, com o trabalho reprodutivo e de cuidado e, frequentemente, a conciliação com a esfera produtiva. Além disso, a intenção de contribuir para o debate sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil também é buscada aqui.

Foi possível concluir que, mesmo antes da pandemia, as mulheres já tinham o sentimento de sobrecarga, o que foi ainda mais acentuado durante esta, visto que as mulheres demonstram certa dificuldade de conceituar essa divisão sexual do trabalho como um verdadeiro problema. As entrevistadas percebem como natural a obrigação do cuidado e ressaltam os afetos envolvidos na prática. Outro fator percebido é a contribuição da pandemia para um problema de renda, uma vez que as dificuldades financeiras e os números alarmantes de desemprego causaram um grande impacto nas vidas dessas famílias.

Desse modo, devemos compreender que as mudanças que ocorreram durante a pandemia estão relacionadas a questões emocionais e físicas, como o sentimento de sobrecarga. Contudo, a dinâmica familiar onde a mulher é a principal responsável pelo serviço doméstico continua a mesma dentro e fora do isolamento. Dentro do propósito de entender e evidenciar a rotina de tarefas domésticas e de cuidados por mulheres, recorreremos a autores que apontam a desqualificação do trabalho doméstico, que acarreta a dificuldade das que vivenciam este contexto em compreender sua posição subordinada dentro da sociedade. Foi apresentada a análise de que o sistema capitalista é responsável por impossibilitar recursos que acolham e auxiliem essas mulheres, além de colocar uma carga

de culpa para a obrigação de cuidar e manter. Isso faz com que os esforços diários executados sejam desqualificados e compreendidos como fruto da natureza e do amor feminino e não um trabalho responsável pela manutenção da vida em sociedade, posto que não é pago e nem valorizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel M. **Maternidade**: um destino inevitável?. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mito. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, M. J. R. O vírus e o invisível: a desigualdade de gênero e o trabalho de cuidado. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, Edição especial, t.1, p. 265-310, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2PZxF0u>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRITES, Jurema. **Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores**. Cadernos Pagu, n. 29, p. 91-109, 2007.

BRITO, F. S. Mulher chefe de família: Um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. **Revista 47 Urutagua-revista acadêmica multidisciplinar**. n° 15 – abr./maio/jun./jul. 2008 – Quadrimestral – Maringá. Disponível em: www.urutagua.uem.br/015/15brito.pdf. Acesso em: 06 set. 2020.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 2, n. 110, p. 143-155, São Paulo, 2000.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 1897.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Elefante: São Paulo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, [s.I]. 1984, p. 223-244.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **Revista SUR**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, on-line, São Paulo, n.132, set-dezembro, 2007.

Disponível:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 16 ago. 2021.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Oubbu2b>. Acesso em: 22 jan. 2022.

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In HIRATA, Helena. et al (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Progresso, 1987.
MONTICELLI, Thais. Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?. In: **Sociedade e Estado**, Rio de Janeiro, v.36, n. 1, p. 83-107, 2021.

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. O Patriarcado nos Estudos Feministas: um debate teórico. In: Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais**. 2014, p. 1-10.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?. In: ROSALDO, M. & LAMPHERE, L. (orgs.) **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 1, n.1. Porto Alegre, 1995.

SABINO, César; CARVALHO, Maria Cláudia da Veiga Soares. Estrutural-Funcionalismo Antropológico E Comensalidade: breves considerações sobre a mudança social.

DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, [S. l.], v. 8, p. 215–239, 2013. DOI: 10.12957/demetra.2013.8094. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/8094>. Acesso em: 09 set. 2021.

SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar. Trabalho Feminino no Brasil: Desigualdades de Gênero e contrastes regionais. In: SARDENBERG, Cecília Maria 157 Barcellar. (org). **A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no norte e nordeste**. Salvador, UFBA, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

SCHOUTEN, Maria Johanna. Gêneros e espaços, um percurso antropológico. Acta do Colóquio da ADM Estrela “**Fórum desigualdades de gênero**”. Guarda: ADM Estrela, 2002.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Educação, Trabalho e Desenvolvimento**: uma complexa relação - trabalho apresentado no I Workshop do projeto de pesquisa “Conceitos empregados na educação profissional” - NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação - UFMG, 1998.

SIQUEIRA, H. C. B.; SILVA, V. O. B.; PEREIRA, A. L. S.; FILHO, J. D. G.; SILVA, W. R. da. Pandemia de COVID-19 e Gênero: Uma Análise sob a Perspectiva do Princípio Constitucional da Isonomia. **Revista Psicologia & Saberes**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 216–226, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/1230>. Acesso em: 02 fev. 2022.

STANCKI, Nanci. Divisão Sexual do Trabalho: a sua constante reprodução. In: **I Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia**, PUC-SP, 2003. Disponível em: www.pucsp.br/sites/default/files/img/eitt2003_nancistancki.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

DAFLON, Verônica; SORJ, Bila (Orgs.). **Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

Por uma transformação feminista do cânone sociológico

Paulo Jackson Gomes de Souza¹

A imponente manifestação pela tríade Durkheim, Marx e Weber como clássicos da sociologia, reverbera profundamente na formação do cientista social. Essa composição tacitamente aceita e não questionada do cânone sociológico, impede um exame de sua construção ao longo da história do desenvolvimento da disciplina.

Dessa forma, naturalizado o panteão, é como se tudo se passasse por consequência da magnitude das obras destes autores e suas contribuições teóricas e metodológicas para a teoria social. Entretanto, ao nos deter sobre as condições institucionais e intelectuais (CUIN; GRESLE, 2017) da formação das Ciências Sociais, podemos notar um processo seletivo de autores, métodos e questões de interesse, com mudanças significativas - a depender do contexto nacional considerado e das transformações vigentes de determinado período histórico.

Sendo assim, no caso da sociologia, Giddens aponta para a importância do trabalho de Parsons e Robert K. Merton na difusão e consolidação da ideia de que existiriam pais fundadores, sugerindo que: “Todas as disciplinas têm seus fundadores porque eles são parte de seus mitos de origem” (GIDDENS, 1998, p.13).

É justamente esse processo seletivo, que remonta à fundação da sociologia e de seus mitos de origem, tal como posto por Giddens, que é questionado e contraposto em sua aparente naturalidade pelas sociólogas Verônica Toste Daflon e Bila Sorj no livro: “Clássicas do pensamento social: Mulheres e feminismos no século XIX”, cujas implicações epistêmicas e identitárias procuram criticamente examinar na introdução.

Segundo as autoras, o processo seletivo de construção do cânone sociológico moldou e definiu a identidade da comunidade de cientistas sociais com base na exclusão de autoras e de temas como gênero e outras questões consideradas “secundárias” dentro do campo. Desse modo, é possível constatar que “a categoria ‘clássico’, como qualquer outra, é

¹ Graduando de licenciatura em Ciências Sociais no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense.

socialmente construída e sustentada por uma comunidade e suas instituições” (DAFLON; SORJ, 2021, p.11).

Dentre os objetivos do livro está o questionamento do cânone - o próprio título, “Clássicas do pensamento social”, é utilizado, segundo as autoras, como ironia, provocação e contestação ao conceito de “clássicos” - e dos argumentos que buscam legitimar a ausência de mulheres em sua composição, apresentando um conjunto de pensadoras do século XIX que realizaram profícuas análises através de um prisma social e sociológico. Da mesma forma, as autoras propõem-se demonstrar como o gênero atravessa diferentes âmbitos do mundo social, criticando a segregação dos estudos de gênero e das teorias feministas dentro do campo da sociologia, defendendo sua qualidade como teoria social e política - e não apenas como movimento social.

À vista disso, Daflon e Sorj visam recuperar o vínculo entre os estudos feministas e as relações de gênero contemporâneas com produções em diferentes campos do saber ao longo da história, e que marca o desenvolvimento epistêmico que reverbera hoje nas análises de diferentes questões como a divisão sexual do trabalho, o serviço doméstico, a vida privada, maternidade, educação, direitos reprodutivos, condições das mulheres negras, entre outros.

Segundo as autoras, a seleção para esta coletânea foi realizada com base nos seguintes critérios: intelectuais cujas obras não receberam tradução em língua portuguesa ou tiveram uma restrita difusão no Brasil; originalidade das contribuições à sociologia e aos estudos das relações de gênero; diversidade geográfica, objetivando contemplar a diversidade de perspectivas sobre certas questões em diferentes contextos, assim como a escolha dos principais eixos e temas presente em suas obras.

No total, Daflon e Sorj apresentam oito pensadoras ao longo do livro, percorrendo suas biografias e trechos selecionados de algumas de suas obras - onde são comentados, contextualizados e interpretados. Assim, em sequência na coletânea, temos: Harriet Martineau (1802-1876), de Norwich, Inglaterra; Anna Julia Cooper (1858-1964) de Raleigh, Estados Unidos; Pandita Ramabai Sarasvati (1858-1922) de Kanara, Índia; Charlotte Perkins Gilman (1860-1935) de Hartford, Estados Unidos; Oliver Schreiner (1855-1920) da Colônia do Cabo, África do Sul; Alexandra Kollontai (1872-1952) de São Petersburgo, Rússia; Ercília Nogueira Cobra (1891-?) de São Paulo, Brasil, e por último, Alfonsina Storni (1892-1938), de Sala Capriasca, Suíça.

Alguns aspectos biográficos e posicionamentos políticos dessas mulheres se assemelham em alguns pontos, se diferenciam em outros e ainda, se opõem de forma

discrepante - a exemplo de Charlotte Perkins Gilman e Anna Julia Cooper, a primeira com posições xenófobas e racistas, a segunda, crítica do racismo, do paternalismo e da universalização de experiências impostas por parte dos grupos dominantes - como foi o caso das sufragistas brancas, da qual Gilman retratava e a elas se referia em seus trabalhos.

Entre algumas semelhanças de suas condições e vivências, as biografias destas intelectuais foram marcadas por transgressões e nisso se assemelham, seja por compartilharem a insígnia de “(...) ‘marginais’ ou ‘malditas’ em seu tempo” (DAFLON; SORJ, 2021, p.13), ou mesmo por terem tido algum reconhecimento e presença em importantes espaços. Da mesma forma, elas combinam em suas trajetórias deslocamentos, seja pela mobilidade de classes - e toda sorte de problemas acarretados e enfrentamentos gerados -, ou pela imigração ou viagens para outros países que as habilitaram e lhes proporcionaram perspectivas singulares, assim como lhes trouxeram importantes competências cognitivas e metodológicas.

É dentro dessa singularidade de competências que Harriet Martineau propõe em “Como observar a moral e os costumes” (1838) - quase 60 anos antes de Durkheim publicar “As regras do método sociológico” (1895) -, um método para o que denominou de “ciência da sociedade”. Em oposição às observações imediatistas e generalizantes dotadas de preconceito de cultura e moralismos, o estudo das “coisas”, e não dos sujeitos tomados individualmente como unidade de análise, tem como pressuposto o fato de que as instituições sociais, políticas e religiosas de uma nação manifestam mais precisamente evidências de sua moral e costumes.

Outros trabalhos de Martineau apresentados são: “Serviço doméstico” (1858) e “Sociedade na América” (1837) - fruto da estadia de dois anos da autora nos Estados Unidos. Suas obras abrangem análises sobre a religião, escravidão, classe, Estado, relações de trabalho, vida doméstica, método científico, entre outros temas sociologicamente dimensionados.

No outro lado do Atlântico, Anna Julia Cooper também apreende a vida e as relações sociais em sua complexidade e múltiplos atravessamentos. Em “Uma voz do Sul: de uma mulher negra do Sul” (1892), a autora analisa uma série de questões por ela experienciada e observada nos Estados Unidos, onde acompanhou a pungência do racismo enraizado na estrutura e em suas instituições - e nas diversas formas que se manifestou ao longo do tempo. Preconizou também o que na segunda metade do século XX seria conhecido, conceitual e

metodologicamente, como interseccionalidade, articulando raça, gênero e classe em suas análises.

A trajetória de Cooper é marcada pelo seu engajamento político-intelectual, e entre seus muitos feitos, defendeu no horizonte de possibilidades feminino a educação e o desenvolvimento intelectual, a independência financeira e o rompimento com a estreiteza do sentido vital atribuído ao “amor sexual” na vida das mulheres, assim como a necessidade de auto-representação das mulheres negras norte-americanas.

No capítulo seguinte, somos apresentados a Pandita Ramabai Sarasvati, que em sua obra “A mulher Hindu de casta alta” (1887) identifica a religião Hindu e o uso do sistema de castas como um dispositivo atuante na subordinação das mulheres e estruturação de uma cosmovisão de mundo masculina, desmistificando sua existência e (re)inserindo-a na ordem sócio-política.

Nascida na casta Brâmane, a mais alta da Índia, e tendo casado com um homem de casta inferior, Ramabai enfrentou desde cedo de diversas maneiras os imperativos religiosos que organizam a ordem social de seu país, transgredindo o sistema de castas. Em seu livro, a autora propõe medidas para solucionar a situação de opressão vivenciada pelas mulheres e crianças viúvas, expondo a violência psicológica, física e simbólica das quais as mulheres indianas são submetidas desde crianças.

Em seguida, as contribuições conceituais e teóricas do pioneirismo de Charlotte Perkins Gilman para o feminismo são apresentadas nos trechos de “Mulheres e Economia: um estudo da relação econômica entre homens e mulheres como fator da evolução social (1989)”, “O lar: seu funcionamento e influência” (1910) e “A beleza que as mulheres perderam” (1910). Autora de muitos temas e gêneros literários, Gilman dessacraliza o lar, o matrimônio, a vida doméstica e a noção de privacidade, e assim como Ramabai, procura historicizar e sociologizar instituições sociais “naturalizadas” e instrumentalizadas pelos homens, examinando os processos de construção, socialização e reprodução da hierarquia entre os sexos.

Se contrapondo ao determinismo biológico e a eugenia dos discursos científicos que viam como orgânico a inferioridade das mulheres e das “raças”, Oliver Schreiner nos trechos de “Mulher e trabalho” (1911) e “Pensamentos sobre a África do Sul” (1923), se debruça sobre os dilemas de sua época - como cidadania, direitos políticos, racismo, mestiçagem, as condições sociais dos mestiços, as contradições entre o almejado progresso da modernidade e as exclusões, restrições políticas e socioeconômica das mulheres. Mesmo que suas análises

tenham sido alicerçadas em categorias evolucionistas - Daflon e Sorj alertam para o cuidado de se descontextualizar as autoras - Schreiner, privilegia um prisma sociocultural, criticando abertamente as abordagens biologicistas de fenômenos sociais.

Representando o feminismo marxista na coletânea, Alexandra Kollontai, única mulher a ocupar cargos nos governos de Lenin e de Stalin, aborda em “As relações sexuais e a luta de classes” (1921) e “Comunismo e a família” (1920), questões referentes à luta de classes, sexualidade, afetos, trabalho doméstico, família e casamento. Refletiu sobre a impregnação dessas diferentes dimensões da vida social pelo individualismo e direito de propriedade, princípios da sociedade burguesa - não sendo a “crise sexual”, como ela denomina, uma questão privada, mas antes, social. Para Kollontai, a transformação das relações entre homens e mulheres não passava apenas pela transformação da esfera econômica, mas também, pela psicológica.

No Brasil, a questão da sexualidade pode ser dimensionada tanto na biografia como nos livros de Ercília Nogueira Cobra. O caráter subversivo de seus escritos se contrapunha à primeira onda feminista no Brasil, cuja base das reivindicações se assentava na defesa de uma moral feminina essencializada. Crítica do controle da sexualidade pela religião, o discurso médico e científico higienista, Ercília tratou de questões como: liberdade sexual, virgindade, prostituição, direito ao divórcio e violência doméstica, temas pertinentes hoje e ainda envoltos de tabus e concepções normativas moralistas.

Na seguinte passagem de “Virgindade anti-higiênica: preconceitos e convenções hipócritas” (1924), Ercília reflete sobre a estruturação de uma ordem de dominação masculina, e que está presente nas ideias de todas as autoras na coletânea: “(...) Aconselham que a mulher sacrifique toda a sua vida, todos os seus ideais para que não se desmanche o edifício social construído com o fim único de favorecer o comodismo, a depravação, as paixões baixas dos senhores homens!” (COBRA, 2021[1924], p.216).

O último capítulo traz a poeta Alfonsina Storni, com trechos de “Um livro queimado” (1919), “Um assunto antigo” (1919), “Direitos civis femininos” (1919), “O movimento pela emancipação da mulher na República Argentina” (1919) e “Uma simulação de voto” (1920). Segundo Daflon e Sorj, essas produções jornalísticas foram selecionadas por causa da unicidade das articulações entre o conceito de feminismo e a noção de modernidade feita por Storni.

A poeta criticava os pressupostos de modernidade e modernização de uma Argentina que vinha se construindo como branca desde metade do século XIX, onde as imigrantes

européias eram concebidas como fundamentais no projeto de modernidade e a pureza, a castidade, o confinamento na esfera doméstica e o trabalho de reprodução social eram indispensáveis para a constituição e progresso da nação.

Assim, desenvolvendo um sem-número de questões fundamentais para maturação de temas caros às teorias e aos movimentos feministas, e que estão no centro das discussões político-acadêmicas atuais, essas intelectuais foram precursoras em suas abordagens, seja dos estudos pós-coloniais, da interseccionalidade, do feminismo marxista e de tantas outras correntes e temas importantes.

Com isso, o livro contribui para uma crítica acerca da presença/ausência de autoras e dos estudos de gênero e de teóricas feministas no recorte da sociologia clássica e contemporânea - ou nas Ciências Sociais como um todo -, assim como dos objetivos práticos do feminismo, pois, não se trata, como em certos discursos, de inverter a afirmação da bell hooks - e, portanto, se perguntar: o feminismo é para todo mundo?

A inextricável transversalidade das relações de gênero e do gênero no mundo social - como categoria analítica e marcador social da diferença interseccionado a outras categorias classificatórias, tais como etnia classe, nacionalidade, sexualidade -, não deixa espaço para os questionamentos e críticas aos feminismos, assumidos por posturas políticas conservadoras e teorias morais fatalistas, incrédulas da possibilidade de transformação das relações de dominação impostas pelo sistema sexo/gênero. Ora, através das autoras aqui resenhadas, podemos exclamar junto de bell hooks que o feminismo é para todo mundo e ocupa um papel central e histórico nas reflexões sobre os temas aqui supracitados, fundamentais para a teoria social².

Ainda que a ordem sexista de organização da vida pública e privada tenha limitado o espaço de ação e atuação dessas autoras e o alcance de suas obras, elas não foram intelectualmente atrofiadas e tornadas improdutivas pela estrutura, como se esta exercesse um domínio que anulasse sua agência - pulsante desde a análise subversiva de seus múltiplos e profícuos trabalhos, como em suas ações políticas. De fato, essas autoras foram influentes

² Aqui estou me referindo ao fatalismo de certos discursos que, não vendo possibilidade de transformações nas relações de gênero, enxergam o feminismo como um movimento social limitado a reivindicações políticas apenas de mulheres - e isso referenciando não só uma postura de homens anti-feministas, como também a mulheres que, consciente ou inconscientemente sem refletir sobre tais argumentos, não vêem utilidade do feminismo para homens, contradizendo seus próprios objetivos teóricos e políticos. bell hooks (2019) visa justamente mostrar como poderia ser benéfico, para uma série de questões e para as transformações das relações de dominação, os homens se apropriarem também das discussões teóricas das feministas e começarem a tomar parte nessas questões objetivando uma mudança.

teóricas e ativistas, e não nos equivocariamos em denominá-las, como fizeram Daflon e Sorj, de “clássicas do pensamento social”.

REFERÊNCIAS

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da sociologia 1: Antes de 1918**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

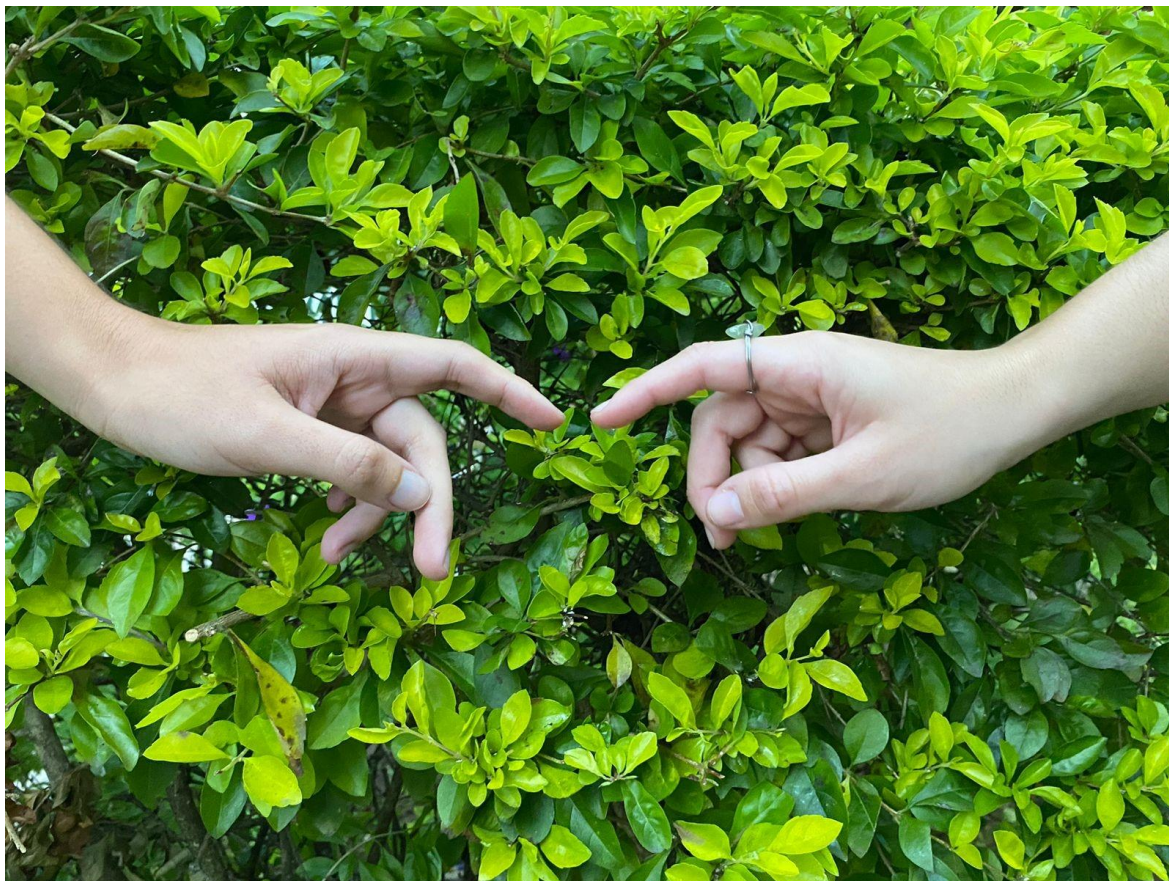
DAFLON, Verônica; SORJ, Bila (Orgs.). **Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 3º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

GIDDENS, Anthony. Introdução. In: _____ **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 09-23.

En(contra)r-se: normativas da sexualidade

Esperança Paes Ferreira¹

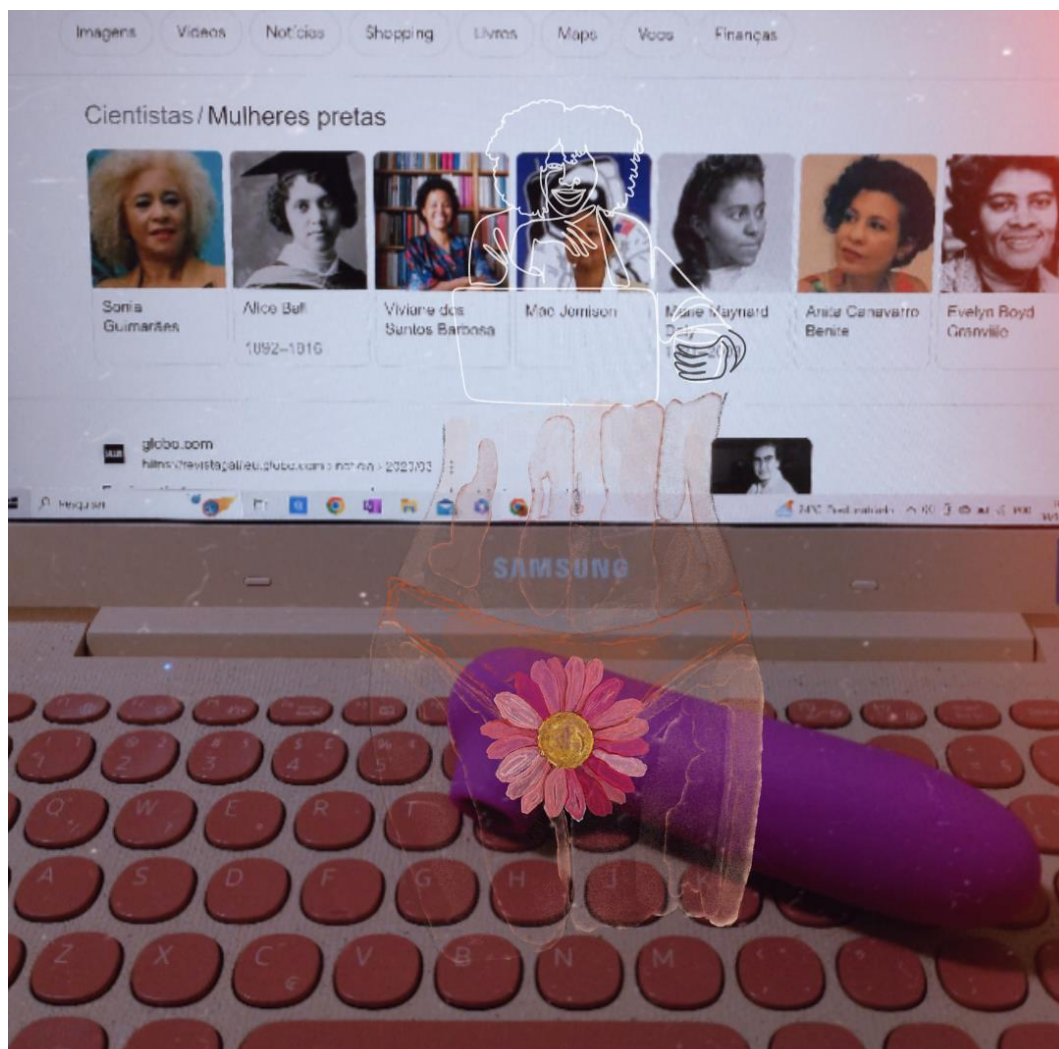


O início de uma revolução: a cisheteronormatividade em questão a partir do afeto entre mulheres.

Esta imagem foi inspirada no quadro de Michelangelo Buonarroti “A criação de Adão” que foi feito por volta de 1511. Ela foi produzida pela autora nos arbustos de sua querida Universidade (UFF-Campos) para a disciplina “Relações de Gênero” ministrada pela Profa. Dra. Gisele Almeida no 1º semestre de 2023 na UFF Campos.

¹ Graduanda em Psicologia pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes.

Autodefinição

Maria Heloisa de Souza Kort-Kamp¹

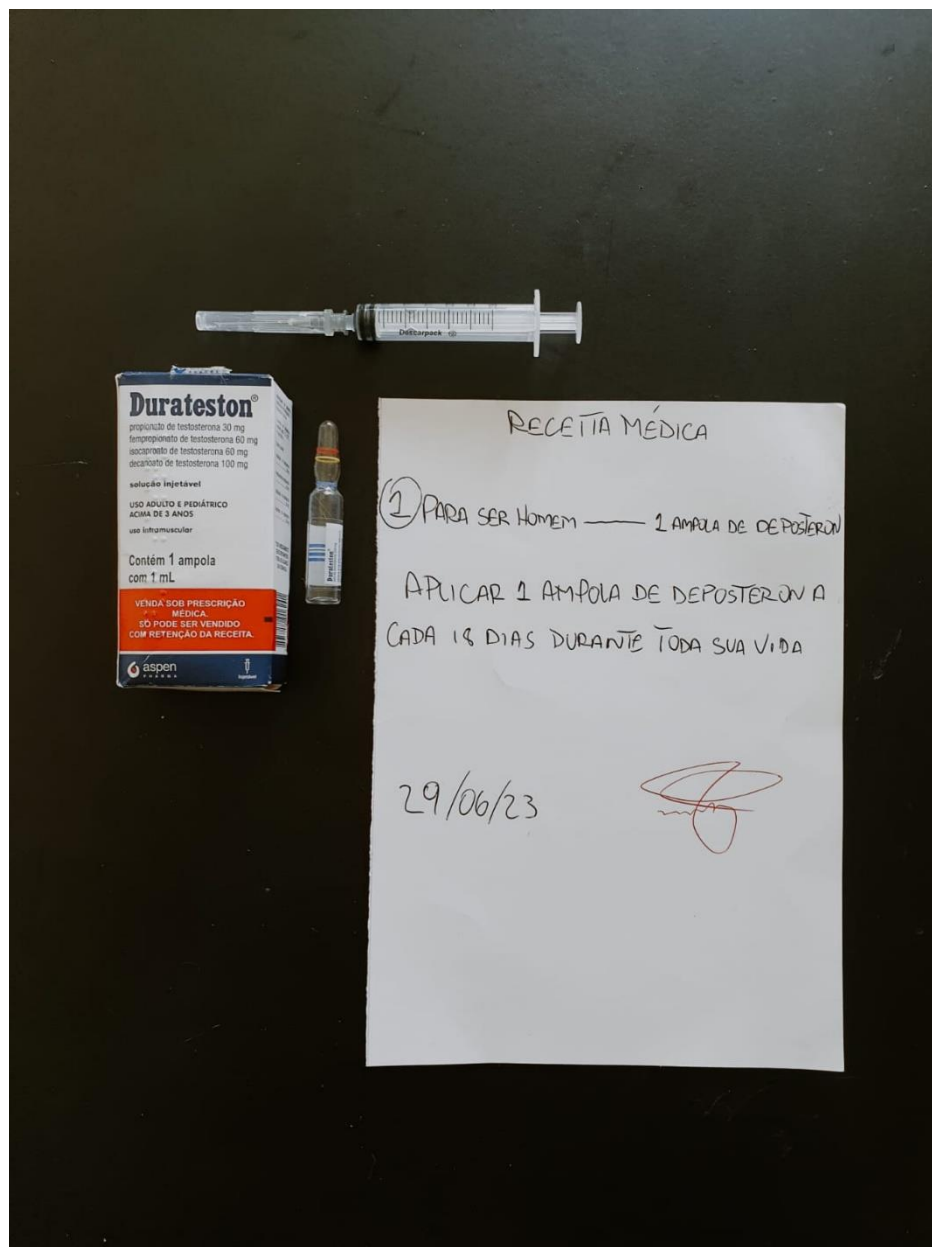
Coisa de menina: mulheres usam rosa para produzir ciência e prazer.

Esta imagem foi produzida pela autora para a disciplina “Relações de Gênero” ministrada pela Profa. Dra. Gisele Almeida no 1º semestre de 2023 na UFF Campos.

¹ Graduanda em Ciências Sociais (licenciatura) pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes.

Homens Trans e os Estereótipos de Masculinidades: a luta dos homens trans sobre os efeitos da virilidade cisgênera

Tarcísio Castro Magalhães¹



O tratamento hormonal e sua eterna busca pelo pertencimento ao “CIStema”.

Esta imagem foi produzida pelo autor para a disciplina “Relações de Gênero” ministrada pela Profa. Dra. Gisele Almeida no 1º semestre de 2023 na UFF Campos.

¹ Graduando em História pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes.

Estrela Dalva

Vitória Ribeiro de Azevedo Dias¹

Todas as noites eu olho pro céu na esperança de esbarrar com ela: Minha estrela Dalva
Que ao contrário do que eu pensava, os cientistas dizem que pela lógica não é uma estrela,
mas o planeta Vênus marcando presença ao amanhecer
Igualzinha a ela, que não passava despercebida em lugar nenhum
Chamam também de estrela matutina
Ficando cada vez mais parecida, porque é assim que eu lembro dela
Saia tão cedo pra trabalhar e voltava tão tarde que na minha inocência de criança achava
que ela nem existia
Sumia e aparecia tal qual magia
Eu até comparava com os filmes que passavam na televisão e achava que aquilo tudo era
de mentira
Por que a criança do lado de lá tem uma avó diferente da minha?
Por que ela limpava, passava e cuidava da neta de outra família?
E no seu tempo livre, arrumava sua casa que já estava limpa
Poucos anos de idade é claro que eu não entendia
Não entendia que toda mulher preta tem uma história triste pra contar, e essa é a dela
Mais de 30 anos trabalhando de doméstica
Tive que me acostumar com a sua ausência
Sua patroa até falava que você era como da família, mas sua individualidade não existia
Essa herança escravocrata nos rodeia até hoje
Mesmo eles tentando apagar nossa memória, nossa história
Eu via com meus próprios olhos a chibata batendo nas suas costas
Um sofrimento calado aceitando um lugar que, a vida toda, disseram que era seu
E enquanto isso acontecia, não sei se percebeu que sua neta cresceu
E como eu vou te culpar por isso?
Seria injusto demais
Seria ignorar todo amor, carinho e preparo dedicado mesmo com o cansaço acumulado
Seria diminuir sua dor
Seria não enxergar com cuidado tudo que você passou e todo legado que deixou

¹ Graduanda em Ciências Sociais (Licenciatura) pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes.

E essa homenagem não passaria de uma história mal contada
E eu não faria isso, pois devo muito a você
Nos criou em casa de bamba, onde todo mundo bebe e todo mundo samba
Enxergou minha conexão com a música, com a bossa e me deu meu primeiro violão
Final de semana era certo ouvir o som do pandeiro, cavaquinho e percussão
Devo minha musicalidade a você
Devo a arte, a força de vontade
E foi triste ver um coração que não cabia dentro do peito parar de bater
Ela nos deixou
Deixou livros de receitas disputados por toda família
Todo mundo queria o ingrediente secreto daquele bolo de limão que só ela sabia
Nos deixou coragem
Nos deixou saudade
É por isso que hoje eu faço essa homenagem
Obrigada por ter me ensinado a viver e não ter a vergonha de ser feliz
Tocar e cantar
Me ensinou a beleza de ser uma eterna aprendiz
Me ensinou que a vida devia ter sido bem melhor pra senhora, Vó
Mas pra mim será
Porque hoje nada impede que eu repita “É bonita, é bonita e é bonita”.

Amarelo

Helena da Conceição Silva Ferreira¹

Girassóis eu planto em volta dos seus pés, e faço-te da minha maior divindade.
Tenho total capacidade de regar-te todos os dias e jamais podar as suas folhas, observar-te de longe e ver-te florescer.
Por mais grandioso e arrebatador que o amor seja, ele é incapaz de domar alguém.
Desperdiçar todo o seu brilho, seu cheiro, sua luz que segue o sol, meu divino girassol...
Infelizmente o amor é inevitável, quando acontece não tem para onde fugir.
O amor é tão singelo e sublime, que nenhum ser humano teria a capacidade de evitar um sentimento tão sincero.
Liberdade são tuas pétalas se abrindo e indo em direção ao sol, e o que te faz livre e feliz deixa-me estonteantemente bem.
A alegria é os seus tons de amarelo, a cor de uma flor que, mais uma manhã, vai desabrochar com um lindo sorriso, me pedindo novamente, venha regar-me.

¹ Graduanda em Ciências Sociais (Licenciatura) pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes.

HISTÓRIA E USOS DA MEMÓRIA EM SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

HISTORY AND USES OF MEMORY IN SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

HISTORIA Y USOS DE LA MEMORIA EN SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

Daiana Junqueira Moreira¹

Resumo: Este artigo propõe uma investigação do processo de construção de uma Memória Social em São Francisco de Itabapoana – RJ, associado ao passado histórico do território e aos aspectos mais recentes ligados a emancipação e elevação da região à categoria de município entre 1995 e 1997. Utilizando como estudo de caso o livro “A Minha Terra também faz parte da História do Brasil” (2002), de Roberto Pinheiro Acruche, busca-se compreender a construção de narrativas que fomentaram a formação e transmissão de uma Memória no município. A obra apresenta pesquisas, relatos e fotografias, focalizando o processo de desbravamento e colonização do sertão Sanjoanense, a riqueza ambiental da região e o patrimônio material e imaterial. Esse trabalho é uma pesquisa exploratória, utilizando o método de Revisão Bibliográfica, com ênfase na análise de livros como fonte histórica. A abordagem visa proporcionar uma compreensão mais aprofundada do processo de construção de memórias e da identidade da população sanfranciscana.

Palavras-chave: História. Memória Social. Usos da Memória.

Abstract: This article proposes an investigation into the process of constructing a Social Memory in São Francisco de Itabapoana – RJ, associated with the historical past of the territory and recent aspects related to the region's emancipation and elevation to the status of a municipality between 1995 and 1997. Using the book “A Minha Terra também faz parte da História do Brasil” (2002) by Roberto Pinheiro Acruche as a case study, the aim is to understand the construction of narratives that fostered the formation and transmission of a Memory in the municipality. The work presents research, accounts, and photographs, focusing on the process of exploration and colonization of the Sanjoanense hinterland, the environmental richness of the region, and the material and immaterial heritage. This study is an exploratory research employing the method of Bibliographic Review, with an emphasis on the analysis of books as historical sources. The approach aims to provide a more in-depth understanding of the process of memory construction and the identity of the Sanfranciscan population.

Keywords: History. Social Memory. Uses of Memory.

Resumen: Este artículo propone una investigación sobre el proceso de construcción de una Memoria Social en São Francisco de Itabapoana – RJ, asociado al pasado histórico del territorio y a los aspectos más recientes vinculados a la emancipación y elevación de la región a la categoría de municipio entre 1995 y 1997. Utilizando como estudio de caso el libro “A Minha Terra também faz parte da História do Brasil” (2002), de Roberto Pinheiro

¹Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense. Email: daiana.moreira.209@gmail.com

Acruche, se busca comprender la construcción de narrativas que fomentaron la formación y transmisión de una Memoria en el municipio. La obra presenta investigaciones, relatos y fotografías, enfocándose en el proceso de desbravamento y colonización del sertão Sanjoanense, la riqueza ambiental de la región y el patrimonio material e inmaterial. Este trabajo es una investigación exploratoria, utilizando el método de Revisión Bibliográfica, con énfasis en el análisis de libros como fuente histórica. El enfoque busca proporcionar una comprensión más profunda del proceso de construcción de memorias y de la identidad de la población sanfranciscana.

Palabras clave: Historia. Memoria Social. Usos de la Memoria.

INTRODUÇÃO

A construção deste artigo partiu de uma análise de caso centrada no livro *A Minha Terra também faz parte da História do Brasil* (2002), de Roberto Pinheiro Acruche. O livro examinado está inserido no contexto de disputas pela memória no município de São Francisco de Itabapoana – RJ, abrangendo tanto as memórias de longo prazo quanto aquelas mais recentes relacionadas ao período em que o livro foi escrito. Ao realizar uma análise crítica da fonte, é perceptível que a narrativa construída destaca, em muitas passagens, os mitos fundadores e os desbravadores da região onde atualmente se localiza o município. Nesse sentido, a História oficial, elaborada por um seleto grupo de indivíduos, também desempenha o papel de construir e transmitir uma dada Memória Social. Essa memória busca promover a coesão social e fortalecer os sentimentos de pertencimento, contribuindo, portanto, para a preservação da ordem estabelecida.

Por conseguinte, este artigo propõe uma investigação do processo de construção de uma Memória Social em São Francisco de Itabapoana, sobretudo após sua emancipação em 1995 e instalação do município em 1997. A concepção de Memória Social adotada nesse estudo baseia-se nas reflexões de Michael Pollak, que a compreende como uma construção social utilizada para legitimar poderes instituídos, preservando a coesão social e construção de identidades (Pollak, 1989, p. 9). O objetivo é problematizar a história construída para São Francisco, identificando personagens e eventos eleitos para protagonizar essa Memória Social.

Além disso, este artigo busca evidenciar que a narrativa oficial não é única e nem absoluta na representação da História de São Francisco, mas sim uma perspectiva dentre várias. A pesquisa utiliza como fonte principal um exemplar do livro *A Minha Terra também faz parte da História do Brasil* (2002), de Roberto Pinheiro Acruche, que reúne escritos históricos e poéticos do autor, publicados em 2002 pela editora Grafimar e doado pelo autor

ao setor de obras raras da Biblioteca Municipal de São Francisco de Itabapoana. Assim, com a pretensão de “resgatar” a História da cidade, os escritos desse autor são considerados referência para a preservação e difusão da História e Memória sanfranciscana. O artigo destaca a necessidade de uma análise crítica e problematizadora da fonte de estudo, considerando o contexto histórico de produção, os sujeitos envolvidos e os objetivos pretendidos com a criação da obra (Bloch, 2002). Consoante a Silva (2016), memória, narrativa e História se interligam na tessitura das obras de caráter memorialista. Em suma, adquirem entonação contemplativa e de exaltação de personalidades locais de destaque, geralmente associados ao processo de povoamento e desenvolvimento territoriais. À vista disso, o processo de formação política de São Francisco de Itabapoana acompanha a trajetória de determinadas famílias locais, cujas Histórias são enaltecidas e revelam os grandes feitos dos primeiros exploradores, fazendeiros e políticos eminentes.

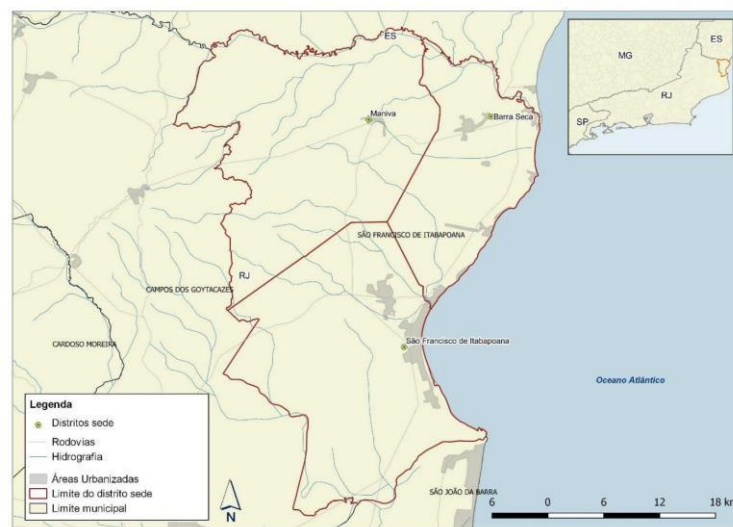
O artigo subdivide-se em duas partes essenciais, a primeira visa discutir duas fontes centrais para o desenvolvimento do livro *A Minha Terra também faz parte da História do Brasil* (2002), do escritor e pesquisador local Roberto Pinheiro Acruche. Assim, faremos uma análise dos relatos de viajantes e naturalistas do século XIX utilizados como fonte pelo autor. No mais, a segunda parte desse artigo tem como objetivo apresentar o referencial teórico para a discussão das relações entre História, Memória e formação de identidades através da revisão bibliográfica de artigos e dissertações. Por fim, buscamos evidenciar os aspectos conflitivos e as relações de poder que permeiam a construção de uma Memória Social sanfranciscana, tendo como referência a análise crítica de trechos do livro de Roberto Pinheiro Acruche.

SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA: DOS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

Desmembrado de São João da Barra – RJ em 1995, São Francisco de Itabapoana se torna um dos 9 municípios da região Norte Fluminense. Grande parte de sua economia é baseada na pesca artesanal e na produção agropecuária em pequenas e médias propriedades, com especial destaque para as lavouras de mandioca, abacaxi e cana-de-açúcar. A oeste faz divisa com Campos dos Goytacazes; em seu limite setentrional, conta com o rio Itabapoana, marco fronteiro com o Estado do Espírito Santo e, no limite meridional, é margeado pelo rio Paraíba do Sul, marco divisório com o município de São João da Barra. Segundo dados

do IBGE² (2020) e do *Estudo Socioeconômico dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro* (2020, p. 8)³, São Francisco de Itabapoana possui área de 1.122,4 km², o que corresponde a 11,5% da área total da Região Norte Fluminense, integrando a lista dos maiores municípios, em extensão territorial, do Estado do Rio de Janeiro. Ademais, possui uma população estimada em 42.205 habitantes e, com base no Estudo Socioeconômico (2020, p. 35), dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, acaba por ocupar a penúltima posição em índices de desenvolvimento humano (IDHM). No mais, conforme figura 1, São Francisco de Itabapoana é composto por 3 distritos, sendo estes, respectivamente: São Francisco de Itabapoana (sede), Barra Seca e Maniva.

Figura 1 – Limites do Município de São Francisco de Itabapoana e sua localização geográfica no estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Estudos técnicos e planejamento para a universalização do abastecimento de água e esgoto sanitário. São Francisco de Itabapoana, p. 9.⁴

Em proporção aproximada, entre finais do século XIX, cerca de 90% das áreas de mata em São Francisco foram gradualmente substituídas por lavouras de cana-de-açúcar e pastos para o gado bovino⁵. De acordo com o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados disponíveis em: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sao-francisco-de-itabapoana.html. Acesso em: 24 de abril de 2023.

³ Disponível em: www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 24 de abril de 2023.

⁴ Disponível em: www.rj.gov.br/consultapublica/documentos/Planejamento_Municipios_do_Interior/PU_Sao_Francisco_de_Itabapoana.pdf. Acesso em: 24 de abril de 2023.

⁵ Criada em São Francisco de Itabapoana pelo Decreto Estadual nº 32.576 de 30 de dezembro de 2002, a Estação Ecológica de Guaxindiba tem viabilizado a recuperação e conservação da popularmente conhecida “Mata do Carvão”. Disponível em: www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/estacao-ecologica-estadual-de-guaxindiba. Acesso em: 24 de abril de 2023.

Atlântica (2013/2014)⁶, a cobertura de mata nativa abrange cerca de 5% do território do município, porcentagem que dimensiona o desmatamento descomunal ocorrido entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Ademais, o PróÁlcool⁷ viabilizou a expansão das lavouras de cana-de-açúcar na década de 1970 que, mesmo indiretamente, colaborou para o processo de desmatamento da flora nativa, sobretudo ao estimular a drenagem de diversos córregos e lagoas em função da expansão das terras férteis para a agricultura. Além da cana-de-açúcar, a mandioca também teve grande relevância econômica para o município na primeira metade do século XX, sobretudo após a instalação da fábrica de farinha de Tipity, no sertão de Cacimbas, pelo Barão Ludwig Kummer (GANTOS, 2014, p. 113). As décadas de 1940 e 1950 marcaram o apogeu da lavoura mandiocqueira no município, sobretudo em pequenas e médias propriedades através do sistema de *meação* entre colonos e fazendeiros locais. Segundo Gantos (2014), a produção da mandioca e de seus respectivos derivados esteve atrelada à formação de uma identidade produtiva do sertão sanjoanense que persiste até os dias atuais, a saber:

Nessas bolandeiras, além da farinha – o principal produto extraído da mandioca – outros derivados como tapiocas, beijus, bolos, doces, etc., foram e ainda são atualmente em menor escala, importante fonte de sobrevivência, e em alguns casos, de renda, para as famílias da região, constituindo uma tradição cultural de culinária vinculada fortemente à formação da identidade produtiva do sertão sanjoanense. (Gantos, 2014, p. 120).

Mesmo após o desmantelamento desta indústria local na década de 1970, a atividade de moagem da mandioca persiste, ainda que em menor escala, até a atualidade. Nesse sentido, infere-se que o cultivo da mandioca e a produção de farinha permitem o sustento de inúmeras famílias rurais no município, além de compor uma memória social que aproxima o homem à terra. As fábricas, ora desejadas mediante os empregos gerados que movimentam a economia local; são também condenadas em função dos resíduos e contaminações que degradam o meio ambiente (Chisté; Cohen, 2006). Somadas às atividades agrícolas anteriormente citadas, o município conta atualmente com um alto índice de propriedades voltadas para a abacaxicultura que, de acordo com pesquisas atuais, demandam alta dependência em relação ao uso de substâncias químicas (Pedlowski et. al., 2006, p. 188). No

⁶ Disponível em: <http://mapas.sosma.org.br/>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

⁷ PróÁlcool (Programa Nacional do Álcool): criado em 1975 para superar a carência energética provocada pela crise mundial do petróleo de 1973. As consequências deste programa são impactantes no cenário do Norte Fluminense e, em especial, na paisagem de São Francisco de Itabapoana, visto que as fazendas de gado e lavouras de mandioca são gradativamente substituídas pela monocultura da cana-de-açúcar. Sobre o PróÁlcool, ver: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D80762.htm Acesso em: 24 de abril de 2023.

mais, em meio a tantas contradições, com base nos *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro* (2008), o setor agropecuário correspondia a 15,7% do PIB sanfranciscano, em contrapartida, o estudo de 2011 demonstra que esse percentual beirou aos 14,8% do PIB local. Desta forma, São Francisco figura como importante fornecedor de gêneros alimentícios no cenário regional⁸, além de ser um dos grandes produtores de abacaxi, mandioca, maracujá e cana-de-açúcar no Estado do Rio de Janeiro (Santos; Lima, 2015, p. 2833). Nesse ínterim, o livro de Roberto Pinheiro Acruche, objeto de análise desse artigo, retrata em diversas passagens a importância do município como polo agropecuário no Norte Fluminense, ressaltando, também, a relevância desse reconhecimento para a formação de uma identidade local. Nesse contexto, é relevante salientar que diversas festividades locais, representadas na obra, refletem tradições transmitidas entre gerações e que integram a identidade do povo sanfranciscano. Assim, o Festival do Maracujá, o Festival do Abacaxi e a Exposição Agropecuária de São Francisco são exemplos da importância dada pelo município ao seu passado histórico, além de refletir a formação de uma identidade ligada à produtividade agrícola na região. Então, é possível depreender, a partir dos escritos desse autor, a relevância e as potencialidades de São Francisco de Itabapoana no cenário estadual. Para tanto, o autor reconstrói um passado glorioso associado à região, moldado pela trajetória de personagens que lutaram, trabalharam e pereceram para estabelecer os fundamentos para o desenvolvimento do sertão de Cacimbas.

Vale ressaltar que, para a construção argumentativa do autor, são utilizados os escritos de viajantes e naturalistas que percorreram os limites entre Campos dos Goytacazes e Espírito Santo na primeira metade do século XIX, cujos registros refletem suas percepções sobre a paisagem, fauna e flora do território onde atualmente se localiza São Francisco de Itabapoana. A seleção e utilização dessas fontes para a construção do livro revela um esforço investigativo do autor, sobretudo porque a utilização de relatos de viagem como fonte histórica favorecem o entendimento de questões históricas, político-econômicas, ambientais, culturais e sociais da região estudada. Dessa forma, do ponto de vista teórico-metodológico, os relatos são essenciais para o entendimento de elementos do cotidiano, costumes, hábitos, objetos, relações sociais e a relação homem-natureza (Minuzzi; Tomazi, 2016).

Acerca dessas fontes, no longínquo ano de 1818, o explorador Augusto de Saint-Hilaire percorreu a extensão territorial situada entre Campos dos Goytacazes e Espírito

⁸ Para maiores informações sobre os índices econômicos, consultar “Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro”. TCE/RJ, 2008, p. 56-57.

Santo. Os detalhes desta viagem podem ser consultados no livro *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil* (1941, p. 407-429). A leitura detida desta fonte nos permite entender um pouco mais sobre o sertão sanjoanense no século XIX, pois fornece informações sobre as construções existentes, desde os casébres até as grandes casas de fazenda, além de relatar a potencialidade fértil do território em questão. De fato, o capítulo VI introduz aspectos referentes a fauna e flora do litoral norte do Rio de Janeiro, revelando a multiplicidade de espécies nativas e a flora estrangeira aclimatada à região. Ademais, a descrição pedológica desenvolvida pelo autor permite identificar algumas das principais características do tabuleiro e da restinga das áreas do sertão sanjoanense⁹.

A medida que segue o curso do Rio Paraíba e percorre as terras situadas entre Campos dos Goytacazes e a Vila de São João da Praia (atual São João da Barra), o autor registra a gradativa diminuição das áreas habitadas e cultivadas com cana-de-açúcar, sendo possível notar, ao longo de todo o trajeto empreendido pelo sertão sanjoanense, o predomínio de grandes áreas de mata virgem. Conforme se dirige à província do Espírito Santo, objetivo final da viagem, os relatos ora adquirem entonação contemplativa perante a natureza intocada, ora expõe a melancolia e o medo dos viajantes, sobretudo nos trechos em que relata a ausência de alimentos, a incerteza do trajeto e o temor perante os grupos de indígenas que viviam próximos à região.

Torna-se necessário ressaltar que, no período da viagem de Saint-Hilaire, o território atualmente conhecido como São Francisco de Itabapoana, à época pertencente a São João da Barra, havia sido palco de incontáveis conflitos entre fazendeiros e povos indígenas da etnia Puri. Ao longo da viagem, a comitiva perpassou a fazenda de Manguinhos e a fazenda Muribéca, propriedades com longo histórico de mudança de proprietários e conflitos com grupos nativos da região. No mais, no caminho percorrido entre as duas fazendas, o autor registra a existência de brejais, lagoas de água salobra e lagos pantanosos, além de identificar pequenas plantações de banana, mandioca e mamão (Saint-Hilaire, 1941, p. 424-428). Diante disso, é possível observar o processo gradual de formação de fazendas, a instalação dos trabalhadores rurais, a criação de roçados, hortas e a domesticação de animais. Importante ressaltar que os relatos de Saint-Hilaire evidenciam a realidade conflituosa entre os povos nativos e os fazendeiros da região. Esses últimos, pela sua persistência em

⁹ Com sertões, referimo-nos a áreas pouco habitadas no século XIX. No caso do sertão sanjoanense, o termo faz referência ao território do atual município de São Francisco de Itabapoana que, à época da Proclamação da República do Brasil, passou a fazer parte de São João da Barra.

reconstruir mesmo após os inúmeros ataques dos grupos indígenas, são rememorados em um processo de glorificação ao passado dos desbravadores da região.

De forma complementar, a viagem empreendida pelo príncipe e naturalista alemão Maximiliano de Wied-Neuwied, em 1815, também nos fornece informações extremamente descritivas do sertão de São João da Barra (hoje São Francisco de Itabapoana). Com conhecimento em botânica, o príncipe identifica e descreve a multiplicidade de espécies estrangeiras aclimatadas à região, bem como as espécies nativas que consegue identificar. Assim como Saint-Hilaire, a comitiva do príncipe parte da Vila de São Salvador com destino à Vila de São João da Barra, a qual descreve da seguinte maneira:

S. João da Barra é uma localidade que se não compara a S. Salvador, pois que só tem uma igreja, ruas sem calçamento, casas de um só andar, construídas de madeira e barro. Mas, por outro lado o rio é navegável por navios de regular tamanho, brigues e sumacas, e tem comunicação imediata com o oceano. (Wied-Newied, 1941, p. 120).

Assim, conforme adentra nas terras do sertão de Cacimbas, o autor descreve as principais características da fauna e flora locais, das rochas e lagoas encontradas pelo percurso e, por fim, do rio Itabapoana (Wied-Newied, 1941, p. 117-128).

Depois de atravessada a floresta, encontrámo-nos em extensas plantações recentes; de uma elevação, onde se viam troncos por terra em todas as direções, divisámos um quadro encantador da majestosa solidão, às margens do Itabapoana, que, como uma fita de prata, vai coleando entre as selvas umbrosas, e corta uma planície verdejante, em cujo meio se localiza a grande “fazenda” de Muribeca. (Wied-Newied, 1941, p. 123).

Por meio da leitura das fontes supracitadas, foi possível depreender que, na primeira metade do século XIX, a paisagem natural do sertão de São João da Barra se manteve relativamente estável, realidade que será gradativamente alterada em meados do século XIX, predominando o desmatamento para aquisição de madeira de lei, lenha e como método para a expansão das áreas de pastoreio para o gado *vacum*. Essas informações são essenciais para compreender a construção da memória em São Francisco de Itabapoana, vinculada ao processo de ocupação, exploração e desenvolvimento da agricultura e pecuária na região. Em síntese, percebe-se que os relatos de viagem são fontes cruciais para entender aspectos relacionados ao processo de ocupação do território em estudo. As fontes utilizadas por Acruche (2002) possibilitam uma compreensão mais abrangente das percepções desses viajantes acerca do território e sobre a população emergente que se estabeleceu nas terras do sertão de Cacimbas, evocando um passado de lutas pela terra e resistência na região.

A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Tomemos, a título de introdução, o papel desempenhado pela Memória como agente de coesão social apresentado na obra de Michael Pollack (1989), na qual são discutidas as formas pelas quais a construção das Memórias sofrem influência dos ditos poderes instituídos. Assim, se evidenciam as diversas utilizações e conflitos da Memória como, por exemplo, a relação entre as Memórias oficiais que sofrem influência do grupo politicamente dominante, e as subterrâneas, Memórias de uma minoria que se silencia, mas que, em eventuais situações de crise social, emergem reivindicando reconhecimento. Para melhor esclarecer esse debate, alude-se ao artigo da professora Claudia Cristina Azeredo Atallah, que, com expertise, melhor define o pensamento presente na obra de Pollak, a saber:

[...] as constantes referências ao passado sugerem interpretações e ressignificações do que se deseja salvaguardar, em nome de um dado sentimento de pertencimento que servirá, política e socialmente, como definidor de identidades coletivas e mantenedor da coesão dos diversos nichos e instituições que compõem dada sociedade. (Atallah, 2019, p. 247).

Neste sentido, citamos o trabalho de Helenice Rodrigues da Silva (2002), no qual a autora tece críticas a desconfiança dos historiadores em relação a Memória e admite aproximações possíveis entre as duas áreas. Para Silva, apesar de a Memória ser passível de manipulações, pode e deve integrar a análise do Historiador do tempo presente. Fala-se, assim, de uma História Social da Memória que, por ser construção e fenômeno coletivo, é modelada pelo contato com a família e as mais diversas instituições sociais. Nesta lógica, a separação entre História e Memória não seria viável, uma vez que a última compõe o imaginário popular e atua na composição das identidades coletivas, manifestando-se como fator de coesão para dada sociedade (Silva, 2002). Por vezes, opera como fator de aglutinação ao consolidar elementos característicos de pertencimento entre o grupo e, em outras situações, influencia a diferenciação em relação aos demais indivíduos (externos ao grupo).

A Memória é compreendida como um fenômeno construído socialmente, caracterizado por uma seleção cuidadosa de elementos do passado de uma comunidade que precisam ser preservados. Esse processo envolve tanto a manutenção quanto a eliminação seletiva de eventos históricos, emergindo através das narrativas que se constroem no presente. Ao examinar a obra *A Minha Terra Também Faz Parte da História do Brasil* (2002), torna-se perceptível que a tentativa de elaborar uma narrativa histórica para São Francisco de Itabapoana buscou sintetizar os aspectos mais relevantes do desenvolvimento da região. Além disso, a opção por privilegiar uma narrativa em detrimento de outra está

sujeita à subjetividade do autor, cujos critérios estabelecem o que deve ser contado e o que permanece silenciado.

Nesse sentido, a Memória pode ser caracterizada como um *processo* permanente de construção e reconstrução de significados, pois reorganiza simbolicamente o universo dos grupos sociais. Haja vista, os esforços empreendidos pela coletividade para assegurar-lhe estabilidade é, em síntese, evidência de seu caráter fluído e volúvel. Dessa forma, a Memória passa por diversos mecanismos de retenção, manipulações, ocultações e inversões para ser consagrada no âmbito da coletividade, mas também é condicionada a sistemas de seleção, descarte e esquecimento (Halbwachs, 1990). Para melhor exemplificar esta discussão, recorreremos a caracterização de Coro Rubio Pobes (2016) sobre o fenômeno da Memória Coletiva, a saber:

La memoria colectiva pertenece al terreno de lo político, responde a sus inquietudes y sirve a sus fines, sean estos contribuir a restablecer la convivencia ciudadana anteriormente rota o tratar de evitar la repetición de una tragedia colectiva; u otros bien distintos y menos explícitos como actuar de instrumento de legitimación del poder, alimentar o enardecer el patriotismo, o definir y socializar identidades colectivas. (Pobes, 2016, p. 365).

Neste sentido, as comemorações e rememorações nos revelam as fragilidades inerentes aos excessos da Memória, ao mesmo tempo em que seus usos políticos apontam sua insuficiência (Silva, 2002; Vasconcelos, 2011). Desta forma, conservação e apagamento são, necessariamente, codependentes e indissociáveis à manutenção do equilíbrio social. Nota-se que a Memória Social oficial adquire usos políticos na medida em que acentua a formação de uma identidade regional que impele as Memórias veladas a permanecerem subterrâneas e apartadas das narrativas oficializantes (Todorov, 2000; Silva, 2002; Atallah, 2019). Desse modo, a construção de uma Memória Social sanfranciscana remete à formação identitária que se liga a um passado de resistência e luta pela terra, principalmente ao pensarmos o papel do município como um dos maiores produtores de gêneros agrícolas da região Norte Fluminense.

A emergência de uma História de São Francisco se reflete na necessidade de elaboração de uma literatura local que se divide em assuntos distintos, porém entrelaçados. Entre os quais, podemos citar os eventos ocorridos no início do processo de colonização, o surgimento dos primeiros povoados, a religiosidade sanfranciscana, as primeiras igrejas e os conflitos que permeiam a História política do município. Então, o livro de Roberto Pinheiro Acruche (2002) serve de referência para a construção de uma literatura local que objetiva resgatar e registrar aspectos da História e cultura do município. A obra em questão se baseia

em documentos oficiais, relatos de viajantes do século XIX, cartas de colonizadores dos séculos XVI e XVII, bem como de fontes escritas, entrevistas e fotografias fornecidas por descendentes de importantes famílias locais. Produções literárias de natureza memorialista, em sua maioria, inclinam-se a reproduzir a narrativa delineada pela História Oficial, conferindo uma margem limitada para a contemplação da história de outros grupos. Esse viés acarreta desafios ao pleno entendimento das vivências e contribuições desses grupos na esfera política, social, econômica e cultural da região. Sendo necessário, portanto, questionar a História oficial e explorar o não-dito a fim de dar visibilidade a uma História das minorias.

No livro de Acruche (2002), a História do município começa com a História da Capitania de São Tomé. Visando interligar a História local ao contexto geral de colonização da América portuguesa¹⁰, o autor afirma que:

Apesar de haver divergências entre os historiadores quanto a localização exata da Vila da Rainha, e certamente elas continuarão a existir, conclui-se, no entanto que o mais provável é que tenha sido exatamente nas proximidades do Rio Managé (hoje Itabapoana), o exato local de sua edificação; pois os únicos documentos autênticos da época que fazem referência a Vila da Rainha, dão por assim entender [...]. (ACRUCHE, 2002, p. 35).

Para chegar a esta conclusão, o escritor recorre a argumentos de autoridade referenciados em duas cartas de autoria de Pero de Góis, datadas, respectivamente, dos anos de 1545 e 1546. Dessa forma, para complementar sua tese, o autor alude a pesquisadores que em algum momento citaram a Vila da Rainha em seus trabalhos. Apesar das inúmeras divergências historiográficas quanto a localização exata da Vila, estudiosos como Aberto Ribeiro Lamago (1945); João Oscar (1976) e Fernando José Martins (1868), fornecem indícios que afirmam ter sido a vila, em definitivo, o primeiro núcleo de colonização empreendido por Pero de Góis na capitania de São Tomé (Acruche, 2002, p. 35-45).

Dando continuidade a esse debate, a obra de Todorov (1999) nos permite aprofundar a discussão sobre a visão eurocêntrica e conflituosa inerente ao processo de colonização das Américas. Logo, em um primeiro momento, a estranheza e encantamento fascinavam os colonizadores, que enxergavam os nativos como “bons selvagens”. Entretanto, na medida em que as tentativas de dominação esbarram na resistência cultural dos povos indígenas, tal visão idealizada transforma-se em estranhamento, desconfiança e incerteza perante os

¹⁰ O território em que atualmente se localiza São Francisco de Itabapoana, quando da divisão da América portuguesa em capitanias hereditárias em 1534, passou a integrar a Capitania de São Tomé, posteriormente Paraíba do Sul, concedida ao donatário Pero de Góis pelo Rei D. João III em Carta de Doação datada de 29 de fevereiro de 1536 (Martins, 2019, p. 47-54).

aspectos ritualísticos e culturais do “outro”. Dessa forma, o livro de Acruche (2002) descreve a hostilidade das relações entre os colonizadores e os grupos indígenas da etnia Puri que, à época, habitavam o território do atual município de São Francisco de Itabapoana. Então, além de relatar os embates que acabam por ocasionar a completa destruição da Vila da Rainha, também nos permite entender a construção idealizada e estereotipada da figura do indígena que, por ventura, tem sua História silenciada e submetida à visão eurocêntrica da História.

“A História normalmente contempla aqueles que a fazem. Falar de Pero de Góis é resgatar a Memória de quem deu início a toda uma obra que nos permite hoje esta narrativa” (Acruche, 2002, p. 53). A citação adquire entonação contemplativa e de glorificação ao passado dos primeiros e “corajosos” desbravadores, cujas ações teriam supostamente criado os meios para a conquista e posterior desenvolvimento do território. Em síntese, o autor evidencia a preservação da Memória de alguns atores sociais importantes para a História do município, cujos feitos suscitaram a admiração pública e sua elevação a categoria de “vultos históricos” (Atallah, 2019, P. 250; Enders, 2015, p. 16).

Assim ficam identificados aqueles que deram origem a população do atual território sanfranciscano, excluídos, no entanto os que descendem dos escravos e dos nativos e da possível relação entre estes das quais não encontrou este autor qualquer registro. (Acruche, 2002, p. 225).

Haja vista, dentre os inúmeros personagens citados na obra de Acruche, Pero de Góis figura como um dos principais vultos heroicos de São Francisco, cujos feitos são rememorados em função das tentativas de implantação e desenvolvimento da Vila da Rainha. Outrossim, para além desse personagem, diversas unidades de ensino, bairros e ruas são atualmente homenageados com os nomes de alguns desbravadores do sertão de Cacimbas, tornando-os, além de vultos históricos, gente que é nome de rua (Acruche, 2002, p. 54; p. 229).

Em específico, ao analisarmos o livro de Acruche (2002), é possível perceber uma tentativa de contar a História de São Francisco de Itabapoana inserida em um contexto mais amplo, que é a História do Norte Fluminense e até mesmo do Brasil, o próprio título da obra revela essa pretensão, pois ao escrever *A Minha terra também faz parte da História do Brasil*, o autor evidencia que à História do município merece ser dada a devida atenção. A construção narrativa regional é centrada nas realizações de alguns indivíduos, tais como os desbravadores do território, políticos eminentes envolvidos no processo de emancipação político-administrativa e fazendeiros. A história da região é, assim, sintetizada em ações e

decisões desses homens, predominantemente pertencentes a famílias tradicionais, descritos como desbravadores e pioneiros. São limitadas as informações sobre a população comum durante a colonização e posterior ocupação do sertão de Cacimbas, sendo mencionada em algumas passagens do texto, mas sem maiores aprofundamentos sobre a trajetória de trabalhadores, indígenas, negros e mulheres, os quais afirma o autor não ter encontrado muitos registros. Na história recente, o livro revela que alguns homens, muitos dos quais faziam parte de uma elite local¹¹, conduziram suas ações com base em interesses próprios, buscando alcançar prestígio social e cargos político-administrativos. Suas lutas políticas, como a emancipação de 1995, não refletiram, necessariamente, um desejo pelo bem-estar social, mas, em grande medida, buscavam consolidar e ampliar seu próprio poder. A Memória, fator essencial para a construção de um sentimento de identidade regional, busca suprimir as tensões e divisões existentes entre grupos sociais, delineando o que significa ser um sanfranciscano ao enfatizar a construção de uma identidade regional com base em um passado que privilegia a narrativa de certos grupos em detrimento de outros.

Partindo do pressuposto de que a construção de uma Memória Social sanfranciscana também esteve diretamente ligada a uma religiosidade inerente ao processo de desenvolvimento da região, o autor realiza um trabalho de identificação dos centros religiosos e datas comemorativas que, até os dias atuais, integram-se ao imaginário social da população local. Dentre a diversidade religiosa presente no município, torna-se necessário destacar a forte influência moral e simbólica da Igreja Católica na formação cultural, social e política das comunidades locais. Logo, as principais comemorações e festividades são de origem religiosa, sobretudo no que diz respeito aos festejos em homenagem aos santos católicos. Assim, é possível entender que a religião marcou e ainda exerce influência sobre as dinâmicas locais do município. À título de exemplo, Acruche (2002, p. 73-79) relata que o processo de povoamento e posterior desenvolvimento do sertão de Cacimbas ocorreu de maneira concomitante à construção das primeiras capelas e oratórios católicos, muitas vezes construídas com financiamento dos fazendeiros e mão de obra dos moradores locais. Assim, é perceptível que a Memória e a identidade que se almejam construir demandam uma constante evocação e celebração, constantemente rememoradas por meio de comemorações públicas e fundação de lugares de Memória. Esses locais representam vestígios do passado

¹¹De maneira conceitual, elite local é um conjunto de indivíduos que detêm autoridade política, recursos econômicos e prestígio social, exercendo influência nas decisões tomadas em nível local e, por fim, assumindo posições de poder no jogo político.

que buscam assegurar a fixação de uma dada memória e sua transmissão, impedindo, portanto, o esquecimento (Silva, 2002).

Ademais, valendo-se dos *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis – 1785: Descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacazes*, registros familiares e documentos cartoriais, o autor contabiliza as propriedades e bens daqueles que passaram a ocupar o território após o longo período de abandono decorrente do fracasso colonizador do século XVI. Por este meio, a obra nos permite entender, em longa duração, as origens de diversas famílias locais e como se deu o processo de ocupação das terras da região. Logo, depreende-se que a construção dessa História remete a representações do passado que por vezes privilegiam as trajetórias e ações de certos personagens em detrimento de outros.

Conforme discussão anterior, o resgate da Memória se dá no presente e para acatar solicitações desse mesmo presente. A Memória, como construção social, reorganiza simbolicamente as relações dentro dos grupos sociais, no imaginário das pessoas, imagens e objetos, justamente em função da seletividade e legitimidade que produz sobre o passado. Por conseguinte, conforme demonstrado anteriormente, o escritor Roberto Pinheiro Acruche dedica parte de sua obra ao resgate das festividades e a materialidade das mais antigas construções e lugares de Memória de São Francisco. Vale ressaltar que o simbolismo das ruínas de antigos moinhos, engenhos, casas e casarões nos revela que “a escravização dos nativos e dos negros africanos nesta região, em cujo litoral o tráfico foi intenso, serviu para alguns fazendeiros constituírem verdadeiras fortunas.” (Acruche, 2002, p. 165). Em síntese, o apelo identitário presente na obra desse autor nos permite entender as complexas e intrincadas relações que, por vezes, revelam a instrumentalização política da Memória. (Silva, 2002, p. 432).

Conforme informações extraídas do livro de Acruche (2002), o processo de emancipação político-administrativa de São Francisco, antes pertencente a São João da Barra, foi notadamente marcado pela articulação dos poderes locais em um jogo político que visava elevar o novo município na hierarquia urbana do Norte Fluminense. Diversas justificativas podem ser extraídas dos relatos, como exemplo, o discurso que sobressai das fontes demonstra que a população sanfranciscana seria diretamente beneficiada pela emancipação, sobretudo devido a criação de um novo polo administrativo no município e uma estrutura urbana que beneficiaria diretamente os cidadãos, com a expansão de escolas, criação de hospitais, saneamento urbano, geração de empregos, etc. Não temos a pretensão

de minimizar essas demandas, entretanto, é válido salientar que a criação do município seria favorável aos interesses da elite local, a qual estaria diretamente envolvida no processo de separação do município, ocupando cargos político-administrativos e gerenciando os novos empreendimentos e investimentos provenientes do governo estadual e federal. É relevante enfatizar que o fenômeno de emancipação e estabelecimento de novos municípios, notadamente ocorrido no final do século XIX e XX, é crucial para evidenciar a influência das elites locais. Esse processo ganha significância, principalmente porque a ascensão a município simbolizava a conquista de status social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as apropriações e usos do passado para referenciar ações no presente e legitimar uma dada Memória Social. Grosso modo, as discussões tecidas ao longo deste trabalho nos permitem compreender as complexas relações entre História e Memória como instrumento de legitimação de uma identidade sanfranciscana que, por meio da rememoração do passado, cria e recria “vultos históricos” de destaque para o processo de dominação do território e emancipação político-administrativa do sertão de Cacimbas, alçado à categoria de município no final do século XX. Para isso, valemo-nos da obra do escritor local Roberto Pinheiro Acruche, cujos escritos fornecem informações essenciais para o entendimento da História e tradições características de São Francisco e que, como o próprio título do livro esclarece, busca evidenciar que *A minha terra também faz parte da História do Brasil*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRUCHE, R.P. **A minha terra também faz parte da História do Brasil**. Rio de Janeiro: EdG, Editora Grafimar, 2002.

ATALLAH, C. C. A. . Ensino de História, Memória e regionalismo: uma análise do currículo de Campos dos Goytacazes. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 18, n. 35, 2019, p. 245-265.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CHISTÉ, R. C.; COHEN, K. O. **Estudo do processo de fabricação da farinha de mandioca**. EMBRAPA: Amazônia Oriental, Editorial, 2006, ed. 1. 75.p. Disponível em: www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/903120/estudo-do-processo-de-fabricacao-da-farinha-de-mandioca. Acesso em: 24 de abril de 2023.

COUTO REIS, Manoel Martins do. **Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis – 1785**: descrição geográfica, política e cronológica do Distrito dos Campos Goitacazes.

Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

GANTOS, Marcelo Carlos. Tipity, arqueologia de um sonho tropical. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.43, n.3, p.110-127, set./dez. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. SP: Vértice, 1990.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o Brejo**. Editora Lidador, 1945.

MARTINS, Fernando José. **História do Descobrimento e Povoação da cidade de São João da Barra e dos Campos dos Goytacazes**: Antiga capitania da Parahyba do Sul e da causa e origem do levante denominado _dos fidalgos_ acontecido no meado do século passado. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, ed.23, 2019. Disponível em: https://arquivosbrasil.blob.core.windows.net/insulas/anexos/memorias_fluminenses_4_mio_lo_versao-inferior_final-25-07_site.pdf. Acesso em: : 24 de abril de 2023.

MINUZZI, João Davi de Oliveira; TOMAZI, Taís Giacomini. Limites e possibilidades no uso de fontes históricas: Batismos, Inventários e Relatos de Viagem. **História Unicap**, v. 3, n. 6, jul./dez. De 2016.

OSCAR, João. **Apontamentos para a história de São João da Barra**. Mini-Gráfica editora, 1976.

PEDLOWSKI, M. A.; AQUINO, S. L. de; CANELA, M. C.; SILVA, I. L. A.. Um estudo sobre a utilização de agrotóxicos e os riscos de contaminação num assentamento de Reforma Agrária no Norte Fluminense. **Journal of the Brazilian Society of Ecotoxicology**, v. 1, n. 2, 2006.

POBES, C. Rubio. Los Rostros de la Memoria: El fenómeno memorialista en el mundo actual y sus usos políticos. **Historia y Política**. n. 35, enero-junio, 2016, p. 343-368.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SAINT-HILAIRE, Augusto. **Viagem pelo distrito dos Diamantes e pelo litoral do Brasil**. Companhia editora nacional, São Paulo, 1941.

SANTOS, Erika Vanessa Moreira; LIMA, Maria do Socorro. O rural no Norte Fluminense. **XI Encontro nacional da ANPEGE**, p. 2828-2839, 2015.

São Francisco de Itabapoana. In: **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. TCE/RJ, 2008. Disponível em: www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos Acesso em: : 24 de abril de 2023.

São Francisco de Itabapoana. In: **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. TCE/RJ, 2011. Disponível em: www.cedca.rj.gov.br/pdf/SaoFranciscoDeItabapoana.pdf Acesso em: 24 de abril de 2023.

São Francisco de Itabapoana. In: **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. TCE/RJ, 2020. Disponível em: www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos Acesso em: : 24 de abril de 2023.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da Memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 425-438.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2 ed., 1999.

_____. **Los abusos de la Memoria.** Barcelona, Editorial: Ediciones Paidós, 2000.

VASCONCELOS, Jose Antonio. História, Ética e Discurso memorialista. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

WIED-NEUWIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil.** Companhia editora nacional, São Paulo, 1940.

A rede agroecológica de Campos dos Goytacazes: uma experiência colaborativa entre a UENF, os assentamentos e a feira agroecológica

The Campos dos Goytacazes agroecological network: a collaborative experience between UENF, the settlements and the agroecological fair

La red agroecológica Campos dos Goytacazes: una experiencia de colaboración entre la UENF, los asentamientos y la feria agroecológica

Mayara Gama Machado¹

Resumo: O presente trabalho é um relato da experiência da rede agroecológica de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. O principal objetivo é investigar as formatações que as redes agroecológicas tomam em Campos dos Goytacazes, focando na experiência da feira agroecológica da UENF/ITEP (Universidade Estadual do Norte Fluminense/Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares) e os atores envolvidos nas dinâmicas dessa feira. Além de explorar a relação da feira e dos assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na região, caracterizando essa experiência como economia popular, pela relação com o território, com a população vulnerável e paralelo às forças governamentais. A metodologia, de caráter qualitativo descritivo, se baseou em revisão bibliográfica e entrevistas semi estruturadas com os trabalhadores na feira da UENF.

Palavras-chave: Economia Popular. Feira Agroecológica. Organização Sociopolítica.

Abstract: This paper is an account of the experience of the agroecological network in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brazil. The main objective is to investigate the formats that agroecological networks take in Campos dos Goytacazes, focusing on the experience of the agroecological fair at UENF/ITEP (Universidade Estadual do Norte Fluminense/Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares) and the actors involved in the dynamics of this fair. It also explores the relationship between the fair and the MST (Landless Rural Workers' Movement) settlements in the region, characterizing this experience as a popular economy, due to its relationship with the territory, with the vulnerable population and parallel to government forces. The methodology, of a descriptive qualitative nature, was based on a bibliographical review and semi-structured interviews with the workers at the UENF fair.

Keywords: People's Economy. Agroecology Fair. Sociopolitical Organization.

Resumen: Este trabajo es un relato de la experiencia de la red agroecológica de Campos dos Goytacazes, Río de Janeiro, Brasil. El objetivo principal es investigar los formatos que adoptan las redes agroecológicas en Campos dos Goytacazes, centrándose en la experiencia de la feria agroecológica de la UENF/ITEP (Universidade Estadual do Norte Fluminense/Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares) y en los actores

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes.

implicados en la dinámica de esta feria. También explora la relación entre la feria y los asentamientos del MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra) en la región, caracterizando esta experiencia como economía popular, por su relación con el territorio, con la población vulnerable y paralela a las fuerzas gubernamentales. La metodología, de carácter cualitativo descriptivo, se basó en una revisión bibliográfica y entrevistas semiestructuradas a los trabajadores de la feria de la UENF.

Palabras clave: Economía Popular. Feria Agroecológica. Organización sociopolítica.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, recupero as pulsões que me levaram à investigação das redes agroecológicas de Campos dos Goytacazes. Os esgotamentos psicológicos gerados pelo neoliberalismo se intensificaram pela pandemia. Focada nos estudos sobre as expressões da lógica neoliberal, descrita por Foucault, como um processo de subjetivação da auto empresarialidade e produtividade constante, me vi em uma sensação de desamparo constante, uma sensação de estar lendo sobre uma teoria conspiratória que rodeava tudo, estava em todos os lugares, inclusive dentro da minha mente. O isolamento social facilitou muito esse ciclo de pensamentos, além da própria falta de perspectiva sobre o então governo Bolsonaro e cada vez menos perspectivas de um futuro. Nesse contexto, em 2021, houve manifestações contra o governo vigente. Durante uma dessas manifestações, na praça de São Salvador (praça central do município campista) conheci manifestantes que possibilitaram a aproximação do acampamento Cícero Guedes, localizado no município de Campos dos Goytacazes. Na prática, pude compreender a pulsão e transformação pelo coletivo, entender de corpo e mente o texto “Convertirse en comunero” e a relação do afeto:

El renacimiento de los comunes, entonces, se vuelve crítico no solo para restaurar el acceso y el control de los recursos físicos, sino también para contrarrestar esta alienación y encontrar una manera de producir subjetividades y mundos alternativos (Singh, 2018, p.11).

A partir desse contexto, de encontros e criação de significados pessoais, pude compreender a extensão do efeito das redes agroecológicas, que são essas relações que proporcionam redes de afetos, rede de apoio e espaço de criação de significados para além dos econômicos, levando em conta as relações sociais e ambientais. As redes agroecológicas são de grande importância para o desenvolvimento social em diversas áreas, desde a educação e conscientização, preservação ambiental, até a relação saudável e cíclica com os processos da terra e fortificação da população camponesa. Por essa razão, irei explorar as formatações que essas redes tomam em Campos dos Goytacazes, focando na experiência da feira agroecológica da UENF/ITEP (Universidade Estadual do Norte Fluminense/Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares) e os atores envolvidos

nas dinâmicas dessa feira. Desde o processo de produção, que envolve o assentamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) Oziel Alves, o acampamento Cícero Guedes (sendo esses dois os que terão suas dinâmicas internas mais exploradas), Comunidade Quilombola do Imbé, e outros assentamentos da região sul do estado do Rio de Janeiro. Além das instituições públicas, como a UENF (Universidade Estadual Norte Fluminense) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). As informações específicas foram colhidas a partir de bibliografia produzida pelo ITEP, entrevistas semiestruturadas com os produtores presentes na feira, matérias jornalísticas e visitação ao acampamento Cícero Guedes².

Ao analisar os embates declarados pelos entrevistados, destaca-se a dificuldade da organização política interna, com centralizações e bloqueios no envolvimento político. Levantando-se a hipótese de que a participação política demanda um retorno da ação e reação à interferência, como um processo cíclico, em que um gera o outro. Segundo Bachrach e Baratz (2011) a participação política demanda a reação coletiva, nem que seja antitética, e a construção política coletiva depende da participação horizontalizada e com possibilidade de êxito. Quando essa participação se torna “figurativa”, inócua, gera-se uma cultura da não participação, já que ela não apresenta retorno. Podemos observar esse efeito nos movimentos políticos-sociais brasileiros em contraste com outros países da América Latina. Em que se construiu, no Brasil, uma cultura institucional de sociedade política, como abordado em Gramsci, de afastamento da participação direta da população, tornando-a consultiva e não deliberativa. Gerando um afastamento duplo da população, pela coerção e pela ineficácia/não efetivação de suas interferências. Uso desse exemplo para demonstrar o quanto a estrutura organizacional de receptividade das demandas populares, no poder institucional, influencia na cultura participativa, não de maneira determinista, mas com um poder de influência contra a organicidade dessas relações nas bases populares.

Devemos ressaltar que ambos os processos, tanto da sociedade civil quanto da sociedade política, como grupos que compõem hábitos e capitais culturais e sociais distintos, se influenciam mutuamente, mas não com o mesmo regime de forças. Esse processo de desvalorização ou diminuição dos mecanismos de participação possibilita a geração de duas reações que poderemos observar com mais cuidado nas análises de casos específicos. Em

² Cícero Guedes foi um importante líder do MST, assassinado em 2013, em Campos do Goytacazes. Cícero era alagoano, veio para o sudeste em busca de melhores condições de trabalho, fugindo de condições análogas a escravidão. Em Campos, completou os estudos e participou ativamente do movimento, inclusive fazendo parte do Comitê Popular de Combate e Erradicação do Trabalho Escravo.

primeiro lugar, a ação paralela à sociedade política, ou seja, onde se entende a necessidade de contato político determinado para a participação, podemos enxergar o afastamento da participação popular e ação paralela. E, segundo, a dificuldade organizacional interna pela reprodução da cultura política individualista. O que não pode ser ignorado, é que ambos os campos de atuação, tanto da organização da sociedade civil, quanto das decisões da sociedade política, são intimamente influenciados, de maneira que uma se adapta aos limites traçados pela outra. A resistência popular organizada gera resultados e enfrentamentos que obrigam adaptação do poder público e as coerções causadas pelo poder público geram fortalecimento obrigatório dos movimentos para enfrentamento dos limites impostos.

ECONOMIA POPULAR

No contexto apresentado, pretende-se expor a economia popular através do conceito apresentado por Alvaréz (2018) “una categoría reivindicativa que busca unificar una población heterogénea(...) compuesta por aquellos que habitualmente son definidos como ‘informales’ ‘precarios’ ‘externalizados’ o ‘de subsistencia’(p. 26)”. Ou seja, trabalhadores com diversas atuações, externos ao mercado formal e com uma proposta de organização horizontal, em prol de garantia coletiva de renda. Não é um mercado à parte, mas formado por e para o contexto periférico ao mercado global, que ainda se utiliza de redes e formações criadas através desse contexto. A economia popular é, portanto, uma organização mercadológica heterogênea e capaz de gerar redes econômicas colaborativas, com objetivo de buscar autonomia e outras redes de comercialização e produção não alienadas. No contexto apresentado, o foco se estabelece em redes colaborativas agroecológicas, por tanto, que partem do processo de comercialização, produção e conscientização da alimentação sem agrotóxicos e produzida pela agricultura familiar. De maneira que se desenvolve uma rede colaborativa através das organizações dos assentados, da relação com a UENF e, conseqüentemente, conscientização dos consumidores.

ATORES ENVOLVIDOS

Primeiramente, devemos compreender quem faz parte dessa rede, para visualizar quais são as forças envolvidas. No contexto temos três principais atores envolvidos: o Assentamento Oziel Alvez, o então Acampamento Cícero Guedes e a ITEP/UENF (Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares). Separei esses três atores por entender que cada um exerce uma função diferente nessa dinâmica apresentada, os

assentados com essa luta constante por direito à alimentação, moradia, etc. A ITEP/UENF como mediadora e representante de políticas de Estado. E as relações com instâncias governamentais (desde municipais até o federal) exercendo políticas de governo, representando seus interesses específicos, como o INCRA.

ITEP/UENF

A incubadora, ITEP/UENF, é um programa de incentivo aos empreendimentos populares. No apoio aos produtores rurais têm grande importância antes, durante e depois do processo produtivo. Prestando assistência direta para os agricultores, com a presença de agrônomos no projeto, desde o início do plantio, até a intermediação com a universidade, apoio na administração financeira e gerenciamento da distribuição de cestas semanais. A ITEP atua como apoiador das redes agroecológicas para garantir sua continuidade e conexão com a cidade, com enfoque educacional duplo, tanto para com os agricultores, quanto para a comunidade universitária que participa do projeto. O papel central da incubadora também foi citado por um dos entrevistados relatando que “guarda com muito carinho as apostilas fornecidas pela ITEP durante a visita de técnicos ao assentamento”, numa referência às pontes possibilitadas a partir da incubadora, entre a comunidade acadêmica e os agricultores.

ASSENTAMENTO OZIEL ALVEZ

Estabelecido em 2001, Assentamento Oziel Alves Pereira, na baixada campista. Localizado nas terras que pertenciam à antiga usina açucareira da Cambahyba³ e que foram redistribuídas a partir da ocupação pelo MST e, em 1998, destinadas para políticas da Reforma Agrária, pelo INCRA.

O caso do Assentamento Oziel ilustra as diversas interferências que esses coletivos podem sofrer, como foi relatado em alguns momentos das entrevistas realizadas com os produtores. Principalmente sobre esse último ponto, temos diversos hábitos participativos herdados de dinâmicas partidárias e da própria relação da democracia brasileira com os métodos participativos. No assentamento, existe uma limitação nos processos decisórios, a presidente da associação não tem a produção agrícola como atividade primária e a estrutura da associação é a própria casa dela, o que gera diversos limites práticos de autonomia

³ A história da Usina Cambahyba ganhou holofotes recentes pelo avanço de investigações, partindo da Comissão da Verdade, que investiga crimes da ditadura empresarial-militar no Brasil. A partir da investigação, consta que corpos de militantes contra o governo militar foram incinerados nos fornos da usina. O resultado da investigação, que durou 8 anos, permanece em sigilo. (Mesquita, 2019)

política, além, da centralização organizacional e decisória do movimento. Por essa centralização e personalização da liderança, conflitos são gerados e demandas não atendidas, como, por exemplo, o acesso a um trator, sendo dificultado pela presidente, acaba se tornando um motivo para o afastamento e desmobilização de alguns integrantes. Enfraquecendo assim as dinâmicas da cultura política que o próprio MST segue e a relação com a produção agroecológica. Além de ter sido relatado que qualquer ação de mobilização que não passe pelo crivo da presidência é considerada uma tentativa de tomada da posição da presidente. Mas isso não significa o fim da organização política, apenas que certas maneiras de organização estão enfraquecendo alguns laços. Entretanto, o objetivo em comum pela terra e a busca pela constante mobilização do movimento continuam fortes. Principalmente, após a instalação do Acampamento Cícero Guedes, que ocupou outras terras de propriedade da mesma usina.

ACAMPAMENTO CÍCERO GUEDES

Em junho de 2021, ocorreu a ocupação de parte do complexo de terra da usina Cambahyba, após a decisão de desapropriação para servir à Reforma Agrária, em maio. Foi instalado ali o Acampamento Cícero Guedes, em homenagem ao líder do MST assassinado em uma emboscada na mesma região, em 2013. O acampamento começou com 300 famílias ocupantes. A partir da presença do acampamento, com o MST muito ativo nos processos de construção e diversos eventos/atos políticos públicos, no próprio espaço comum do acampamento, algumas aproximações ocorreram. Como a comunidade vizinha, militantes de movimentos urbanos de Campos e apoiadores do atual presidente também, inclusive entre os acampados.

Cito estes últimos com ênfase porque, em agosto, foram figuras centrais na primeira grande cisão do acampamento. Essa cisão aconteceu após a presença do INCRA no acampamento, com a Polícia Federal, reivindicando a desocupação das terras, alegando que a desapropriação das terras da usina não gera a posse automática dos ocupantes, mas sim, a posse do INCRA sobre as terras para posterior distribuição, sob edital. De forma extraoficial, foram apresentadas as possibilidades de preferência na seleção dos futuros proprietários, para quem aceitasse se retirar das terras, e foram utilizados métodos de coerção, direta e indireta. Nesse embate, o grupo de ocupantes mais afastados do MST, apoiadores do atual presidente Bolsonaro, aceitou o acordo. A ação do INCRA foi denunciada pelo MST nacional como uma tentativa de desestruturar o movimento e a organização presentes ali.

Como cita a Deputada Renata Souza, do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), que estava presente em defesa do acampamento no dia da visita: "O Incra só obteve a posse dessas terras por causa da luta do MST e não pode desrespeitar mais de duas décadas de luta. O superintendente tentou convencer as famílias a abandonar o local à base de coação. Precisamos avançar para outra lógica de atuação do poder público. Ainda mais nestes tempos de pandemia e miséria acirradas". (Superintendente do Incra...⁴)

Para além dos embates internos, que geraram a cisão e distanciamento de quase metade dos acampados, a organização restante, por outro lado, foi fortalecida, com alinhamento maior entre os ocupantes que permaneceram e um sentimento de construção positiva se alastrou um pouco mais, frente ao embate constante com o governo federal. Além disso, têm-se feito um esforço de aproximação do acampamento e da Ocupação Urbana Novo Horizonte, a maior ocupação urbana da história do Rio de Janeiro. Tal ocupação começou em abril de 2021, com foco em habitar casas do programa nacional de financiamento habitacional "Minha Casa, Minha Vida" que estavam prontas, mas sem previsão de distribuição, desde 2018. Me refiro à relação com a ocupação urbana pelo caráter de reunião de movimentos diversos, que podem gerar apoio mútuo, com a dinâmica campocidade, focada nas mobilizações populares. Garantindo desta forma, um circuito que pode gerar diversos debates promissores e construções de cultura política autônoma e horizontal.

A FEIRA DA UENF

A feira agroecológica na UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense) existe desde 2005, sempre sendo realizada nos espaços da universidade, com apoio da ITEP, projeto da própria universidade. Essa feira surgiu como uma alternativa ao escoamento da produção oriunda do assentamento estabelecido em 2001, Assentamento Oziel Alves Pereira, na baixada campista. Localizado nas terras que pertenciam à antiga usina açucareira da Cambahyba e foram redistribuídas a partir da ocupação pelo MST e, posteriormente, loteadas sob políticas da Reforma Agrária, pelo INCRA. Além do assentamento, também tem produtores parceiros da feira oriundos da comunidade Quilombola do Imbé, do Assentamento Zumbi dos Palmares e, mais recentemente, do acampamento Cícero Guedes, que também é fruto da ocupação de terras da mesma usina Cambahyba.

⁴ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/movimentos/2021/8/23/superintendente-do-incra-ameaa-familias-de-sem-terra-em-campos-rj-102353.html>

A feira na universidade surgiu como uma alternativa à dificuldade de inserção nas feiras já estabelecidas na cidade, principalmente, na “Feira da Roça”, uma feira que acontece na região central da cidade. Pela centralidade e circulação de consumidores que acontece nesta feira central, a influência de atores político-partidários é forte, gerando a necessidade de contatos próximos e de influências pessoais. Além disso, a organização da feira não tem uma política de garantia da relação produtor-consumidor, tendo a presença de diversos atravessadores comerciais, ou seja, sujeitos que recolhem mercadorias de diversos produtores para vender na feira. A presença desses sujeitos dificulta a arrecadação por parte dos produtores que eles interferem, por cobrarem sua margem de lucro, gerando um baixo retorno para o produtor. Ainda sobre essas dificuldades geradas pela presença dos atravessadores, temos a impossibilidade de garantir que a produção daqueles alimentos tenha sido feita sem agrotóxicos, possibilitando que seus produtos sejam considerados mais “atraentes” ou “duráveis” à vista do consumidor médio dessa feira central, que é um consumidor de grandes mercados e alienado do processo de produção daquela mercadoria. Ou seja, há um hábito nesses consumidores de adquirir os produtos baseando-se em sua aparência, sem garantia de qualidade, já que produtos com agrotóxicos tendem a ser maiores e com menos interferência de outros seres vivos. Reforço isso a partir de relatos dos produtores da feira agroecológica, para demonstrar as dificuldades enfrentadas nos espaços de venda já garantidos na cidade. Dificuldades essas que levaram a criação da feira agroecológica por iniciativa dos produtores assentados e viabilizada pela relação com a ITEP/UENF.

A necessidade de se criar um espaço que garantisse a relação direta produtor-consumidor e a produção agroecológica, reuniu os interesses dos produtores assentados na época e até hoje aumentou sua rede de colaboradores. Além de organicamente se tornar um espaço de trocas ativas e podendo ser considerado um espaço de educação informal. Onde a troca de informações sobre a produção, colheita e preparo daqueles produtos, além de seus processados, é enriquecedora tanto para o produtor quanto para o consumidor

Percebo como um fator importante desse processo educacional também a reconexão com os ciclos da própria natureza, que tem um processo de produção específica em cada época do ano e do território específico. É um potencializador da ligação com uma percepção dos produtos, diferente da implicada pelo processo capitalista globalizado e da indústria agrícola, que mantém a disponibilidade de certos produtos o ano todo, como batata, milho, soja e arroz, por exemplo. Produtos que têm adesão e hábito social de consumo contínuo.

Diferente dos produtos agroecológicos, que seguem os ciclos naturais, que se adaptam a capacidade de produção do solo, a região, quantidade de chuvas e relação com as plantas vizinhas. Dessa maneira, se transforma a relação do campo e da cidade, a partir da troca de conhecimentos e produtos, ressignificando a relação com a alimentação e com os impactos sócio-ambientais da mesma. “Para a gente, esta feira, além do escoamento, é um aprendizado. Nós ensinamos aos nossos consumidores sobre agroecologia, ou seja, cultivo sem produto químico, e isto aqui se torna uma sala de aula porque também aprendemos muito com eles. Tem a questão financeira, mas a troca de conhecimento com os consumidores é a melhor parte”, relatou um dos produtores da feira para o portal de notícias da UENF, em 2019⁵.

A partir dessas construções dinâmicas, em 2020, com a feira estabelecida na cidade, já caracterizada como um evento semanal da cidade e da universidade. Com a pandemia do coronavírus, foi decretado isolamento social. Fechamento das universidades, falta de circulação nas ruas, impossibilidade de realizar eventos. Nos primeiros meses, a incerteza paralisou a feira e as perdas produtivas foram se acumulando. Duas alternativas foram encontradas. A primeira foi a montagem e venda de cestas, em que os produtores apresentam uma lista dos produtos disponíveis na semana, para o ITEP, que repassa aos consumidores e estes selecionam o que é de seu interesse. O que possibilitou uma solução para o escoamento emergencial de produtos e garantiu uma frequência de consumidores e alcance maior que antes da pandemia. A segunda alternativa foi reorganizar a feira, que antes acontecia no interior do *campus*, passou a ser organizada na área externa da universidade, nos moldes de “feira de beira de estrada”, modelo comum na região. Nesse modelo a feira fica na calçada e os carros param para realizar suas compras, podendo ser acessada por pedestres também.

Em ambos os casos há perdas do caráter educacional, não totalmente, mas o contato e tempo disponível para os consumidores é menor. No entanto, foram soluções adotadas e que cumpriram com êxito suas intenções, mantendo o fluxo de venda e possibilidade de constância na produção. Porém, mesmo com essas alternativas, alguns integrantes do assentamento deixaram de produzir e foram para outras áreas de atuação, pelas necessidades econômicas enfrentadas.

⁵ Disponível em: <https://uenf.br/portal/noticias/feira-agroecologica-da-itep-uenf-agora-no-ru/>

CONCLUSÃO

A discussão central deste trabalho foi nos atores que compõem as redes agroecológicas, desde seu desenvolvimento enquanto assentamento e debates internos, até a ponta da relação com o consumidor e com a cidade. Dessa maneira, explorou-se as dinâmicas em constante movimento dentro dessas redes. Elas não se formam como instituições burocráticas, rígidas e definidas. As influências exercidas pelo poder público podem gerar tanto um processo de desmobilização, quanto de reunião, sendo essa interferência parte do processo constitutivo da heterogeneidade da realidade social. Tais fatores desenvolvem uma dinâmica de forças específicas de retroalimentação das decisões e uma indefinição do que se torna a prática do poder de maneira estrita.

A economia popular se apresenta como uma maneira de reagir coletivamente à constante individualização da vida na cidade e no neoliberalismo, de forma que desalienar os processos de alimentação, reforçar a cadeia produtiva e humanizar os agentes envolvidos. Pode gerar um processo de construção de identidades e conscientização socioambiental que em poucos momentos são valorizados em nossas organizações urbanas. Sendo assim, essas redes de economia popular são formas de resistência ao capitalismo, e principalmente, à lógica neoliberal alastrada culturalmente em nossa sociedade, ressignificando as relações e a substância delas, para além da lógica bancária e individualista. Favorecendo as relações comunitárias e perspectivas para além do lucro, tendo como foco a reprodutibilidade da vida cultural, social e ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, M. I. F. Más allá de la precariedad: prácticas colectivas y subjetividades políticas desde la economía popular argentina. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], n. 62, p. 21–38, 2018. Disponível em: <https://iconos.flacsoandes.edu.ec/index.php/iconos/article/view/3243> . Acesso em: 6 out. 2021

BACHRACH, Peter e Baratz, Morton S. Duas faces do poder. **Revista de Sociologia e Política**. 2011, v. 19, n. 40. , pp. 149-157. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300011> Acesso em: 29 Set. 2021

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica** Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. Disponível em: <https://gambiarre.files.wordpress.com/2011/01/foucault-nascimento-da-biopolc3adtical1.pdf> . Acesso em: 06 out. 2021

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937 **Cadernos do cárcere**, volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política / Antonio Gramsci; tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6891743/mod_resource/content/1/Quaderni-del-carcere-3_-Antonio-Gramsci-Cadernos-do-C%C3%A1rcere-v.pdf Acesso em: 05 out. 2021

SINGH, N. (2018) “Convertirse en un comunero: los comunes como lugares de encuentro y co-existencia socionatural y afectiva”. **Ecología Política**, 55: 8-12. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6501756> . Acesso em: 10 out. 2021

MESQUITA, Clívia. Cícero Guedes: da trajetória marcada por escravidão à militância no MST. **MST**, Campos dos Goytacazes, 25 out. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/10/25/cicero-guedes-da-trajetoria-marcada-por-escravidao-a-militancia-no-mst/> Acesso em: 09 out. 2021

MACHADO, Wesley. Feira Agroecológica da ITEP/UENF agora no RU. **Portal de Notícias UENF**, Campos dos Goytacazes, 10 out. 2019. Disponível em: <https://uenf.br/portal/noticias/feira-agroecologica-da-itep-uenf-agora-no-ru/>. Acesso em: 06 out. 2021

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: O PRIMEIRO OLHAR DO ALUNO EM DIREÇÃO À DOCÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

SUPERVISED INTERNSHIP: STUDENTS' FIRST LOOK TOWARDS TEACHING DURING THE COVID-19 PANDEMIC

PRÁCTICAS SUPERVISADAS: LA PRIMERA MIRADA DE LOS ESTUDIANTES HACIA LA ENSEÑANZA DURANTE LA PANDEMIA COVID-19

Jullyana Souza Rodrigues¹

Resumo: Este relato de pesquisa objetivou refletir sobre a experiência de estágio em contexto pandêmico do coronavírus no ano de 2021. Para tanto, utilizou-se referências bibliográficas referentes à metodologia, ao ensino aprendizagem e os caminhos para se chegar até o conhecimento. Ainda, traz uma abordagem do primeiro olhar do estagiário enquanto aprendiz que está se transformando em professor, refletindo as inseguranças e expectativas com a docência através da observação em um ambiente online.

Palavras-chave: Educação; Estágio; Pandemia; Aprendizagem.

Abstract: This research report reflects on the supervised internship experience in the coronavirus pandemic context in 2021. To this end, bibliographic references are used relating to methodology and teaching-learning, encouraging questions around the use of technologies and paths to reach knowledge. Even so, it presents an approach from the first look of the intern as an apprentice who is becoming a teacher, reflecting the insecurities and expectations regarding in an online classroom.

Keywords: Education; Internship; Pandemic; Learning.

Resumen: Este informe objetivo de investigación reflexiona sobre la experiencia de las prácticas supervisadas en el contexto de la pandemia de coronavirus en 2021. Para ello, se utilizan referencias bibliográficas relacionadas con la metodología y la enseñanza-aprendizaje, incentivando preguntas en torno al uso de las tecnologías y los caminos para alcanzar el conocimiento. Aun así, presenta un abordaje desde la primera mirada del pasante como aprendiz que se va convirtiendo en docente, reflejando las inseguridades y expectativas respecto la clase online.

Palabras claves: Educación; Pasantía Docente; Pandemia; Aprendizaje.

INTRODUÇÃO

No ano de 2020, a segurança pública e sanitária viu-se ameaçada com o surgimento da Covid-19 globalmente, um vírus transmissível capaz de infectar através do contato ou

¹ Graduada em Ciências Sociais em Licenciatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF)/Campos dos Goytacazes.

proximidade, afetando todos os setores da educação e iniciando um período de aulas remotas. Com as medidas de segurança no contexto pandêmico, foi necessário que os estágios presenciais se tornassem remotos, permitindo o acompanhamento das aulas online nas escolas da rede pública de Campos dos Goytacazes/RJ². Diante dos problemas enfrentados neste período, tanto a burocracia institucional quanto o acompanhamento supervisionado foram adaptados de acordo com as dificuldades dos graduandos sobre o acesso às plataformas digitais e todo o contexto remoto.

No semestre, foi permitido que os alunos participassem de uma aula no estágio remoto em turmas de ensino médio, que dado o estresse e abalo emocional causados pela vivência no isolamento, pôde ser suficiente para a exigência do momento. Com isso, trago observações de uma aula remota que ocorreu no dia 29 de abril de 2021 através da plataforma online de videoconferência *Google Meet*, um meio digital que se tornou o principal recurso da pandemia de Covid-19 de aulas e acompanhamento de disciplinas.

Neste trabalho, trago autores indicados pela disciplina para compor reflexões sobre a área da educação que foram necessários para desenvolver o conhecimento sobre a docência durante a crise sanitária, que dado o contexto, obteve maior carga teórica que prática. Procurei pontuar alguns conhecimentos que obtive durante a participação na disciplina de pesquisa e prática de ensino até o presente momento. Além disso, minha proposta foi trazer observações e pensamentos sinceros sobre minha futura profissão. Trago como relevante a noção de pensamento crítico na própria educação, o poder de criticar e ser honesto com o que se vive, sem limitar-se a uma falsa percepção de neutralidade.

Abordarei os seguintes autores: Rubem Alves (1980), com o texto *Conversas com quem gosta de ensinar*; Bell hooks (2013), com *Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade*; Moacir Gadotti (2018), com *A escola dos meus sonhos*; Tim Ingold (2015), com “O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção” e Verissimo Santos Junior e Jean Monteiro (2020) com “Educação e covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia”. Relaciono os autores abordando desde a metodologia de ensino para o pesquisador de educação, trazendo questões sobre o exercício crítico de pensar a desigualdade social na escola, a fuga da idealização do ambiente escolar e as formas de trazer conhecimento ao aluno.

² O município está localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, o estágio remoto foi acompanhado de uma aula remota em uma escola da rede pública municipal com uma professora supervisora.

A AUTONOMIA DO PENSAMENTO CRÍTICO NA EDUCAÇÃO

A obra de Rubem Alves (1980) *Conversas com quem gosta de ensinar* traz uma reflexão sobre as questões metodológicas que vão além de dados quantitativos para tratar de temas da realidade cotidiana. Tais dados podem nos levar a analisar inúmeros fatores que não se encontram em números como, por exemplo, o estudo da educação, que exige atenção em categorias biológicas, sociais, psicológicas, econômicas, entre outras.

Para Alves (1980), as condições investigativas de uma pesquisa provêm de um ato político que, inclusive, pode ser usado para a reprodução de poder. O conteúdo investigado e produzido está sujeito ao fortalecimento de relações de controle e dominação, no qual a obra de pesquisa está passível de manipulação. No entanto, o autor compreendeu que no momento que identificamos e reconhecemos que existe essa manipulação, acabamos por nos tornar livres como pesquisadores. Com tais reflexões, trago meu relato de pesquisa buscando equilibrar os bastidores do estágio supervisionado e o conhecimento resultante da pesquisa.

Desde o primeiro período da minha faculdade, busco refletir sobre o modo de ensino aprendizagem que caracteriza uma autonomia de pensamento crítico para os próprios alunos e como utilizar a ferramenta transformadora a partir da educação. Ser educador é um processo que exige paciência, mas também força de vontade para querer mudar, aprimorando a metodologia e o processo de ensino aprendizagem no meio escolar.

Com o estágio em ambiente online, pude explorar o momento como pesquisadora, aluna e futura professora. Enquanto pesquisadora, me desafiei a analisar a aula remota dentro de uma conjuntura inesperada de aprendizagem, analisando todos os pontos de uma aula, as reações dos alunos, o processo de conhecimento incitado pela professora e o ambiente como um todo. Como aluna, senti todas as adversidades de um contexto socioeconômico acentuado no isolamento da pandemia, ao mesmo tempo que tentei manter ativa uma participação na universidade. Por outro lado, minhas expectativas como futura professora se viram abaladas em virtude da situação que se encontravam as condições de adaptação ao novo “normal” educacional pós pandemia de Covid-19.

EXPECTATIVAS: EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

bell hooks (2013) é uma ativista estadunidense que escreveu a obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trata-se de um trabalho interessante que nos propõe uma reflexão sobre a construção do conhecimento como ato íntimo, mútuo e libertador para o professor e o aluno, partindo de um trabalho coletivo a partir de uma

pedagogia engajada³. Durante seus anos de estudante, a autora encontrou em sua frustração e agonia com sua realidade social a sede por respostas sobre suas experiências na teoria. O desejo de se encontrar no universo estudantil, lidar com as diferenças sociais e raciais entre os colegas e a origem de classe perceptivelmente limitante comparada aos outros estudantes de sua escola, foram umas das preocupações que bell hooks relatou honestamente em seu texto.

A autora caracterizou a comunidade pedagógica como espaço de intervenção, o diálogo entre os professores, os alunos e comunidade, como um dispositivo essencial para mudança e a prática transformadora. O ponto em comum em nossas trajetórias enquanto alunas refere-se às questões frustrantes do mundo acadêmico que trata das diferenças de classes sociais na sala de aula. Para hooks (2013, p. 237), os alunos enxergam suas posições na pirâmide de classes como vergonhosa, logo não sentem o espaço da sala de aula como um ambiente democrático e de pertencimento que esteja aberto para eles, a autora define este acontecimento como o início de uma censura dos valores burgueses, impedindo o aluno de relatar sobre sua realidade social, suas ideias e opiniões, resultando no silenciamento de sua própria origem, situação social e econômica.

Após a leitura sobre a confrontação de classes sociais na educação, refleti por alguns dias sobre o tópico e compreendi uma angústia que me cercou por anos: o constrangimento por saber menos. Durante anos adentrada na vida escolar, enquanto uma aluna desprovida de recursos de acesso à informação devido a minha classe socioeconômica, fui constrangida na escola por causa dos meus colegas que possuíam uma condição de vida melhor. Enquanto aluna, havia liberdade para esclarecer dúvidas em sala de aula, mas também havia sujeição a uma coação da turma e professores que me impedia de buscar respostas.

A questão é, as minhas dúvidas pareciam insignificantes ao lado destes alunos mais preparados, e esses mesmos alunos sentiam necessidade em fazer comentários maldosos sobre minhas perguntas. O silêncio é proveitoso para os outros alunos, mas para a aluna de classe social baixa em si, é um desrespeito com sua vivência e origem social. Se não fosse por essa leitura de hooks, como preparação para o estágio, talvez nunca pudesse nomear esses acontecimentos. Penso que a “escola dos sonhos” seria um ambiente mais democrático e crítico que não deixasse brechas para a desigualdade social mostrar-se tão intensa na sala

³ A autora utiliza Paulo Freire como aliado na pedagogia de libertação ao longo da obra, promovendo uma educação libertadora e crítica, para que a sala de aula se apresente como espaço de crescimento pessoal, social e reflexivo.

de aula como mostrado na experiência de bell hooks. Moacir Gadotti em “A escola dos meus sonhos” (2018) argumenta sobre a transformação da sala de aula num ambiente de prazer e entendimento, um espaço de construção do conhecimento mútuo entre aluno e professor, considerando as distinções socioeconômicas dos alunos.

Gadotti (2018) demonstra que o papel do educador é transformar pessoas, mostrar para os alunos a liberdade e consciência crítica. Na sociedade contemporânea, o conhecimento é a chave para tudo, para entender as estruturas vigentes, para compreender o que acontece no dia a dia, é a autonomia que o saber proporciona ao indivíduo, que vai torná-lo soberano de si próprio. Através da educação e do espaço de aprendizagem, o indivíduo torna-se capaz de pensar por si próprio.

Ao longo dos anos na faculdade, desenvolvendo os conceitos acadêmicos e aprendendo sobre a prática educativa, torna-se inevitável criar expectativas com a educação libertadora, na qual sonhamos com escolas preparadas e alunos interessados. Acreditamos na capacidade de trazer elementos educativos que mudarão o pensar social do aluno, e que ele passará adiante seus conhecimentos como agente transformador. Gadotti (2018) expressa que na “escola dos sonhos” todos os participantes são atuantes nas transformações sociais e democráticas, é uma escola livre, popular e palco de luta.

No momento em que a educação se encontra, é preciso uma reinvenção através de um levante coletivo e planejado, para criar um projeto político que seja significativo para os planos políticos voltados para a educação. É encantador a forma que Moacir Gadotti (2018) posiciona a escola dos sonhos como a escola que aborda a humildade, a abertura para o diálogo, a liberdade do opressor e do oprimido, a autonomia intelectual, social, econômica e política, a conscientização e a ideia democrática, o confronto aos desafios, o trabalho de afeto e escuta. A “escola dos sonhos” busca um espaço que seja capaz de deixar o mundo melhor e promover a esperança para alcançá-la.

ACOMPANHAMENTO DA AULA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O acompanhamento de estágio supervisionado é um dos requisitos obrigatórios para a conclusão da graduação em licenciatura. No contexto da pandemia de Covid-19, este processo foi adaptado ao ambiente online remoto para que pudéssemos participar da experiência educativa. A plataforma de software *Google Classroom* foi utilizada tanto pelos professores quanto pelos alunos para dar prosseguimento às aulas, vinculado aos recursos do Gmail, Google Documentos, Planilhas, Apresentações, Google Drive, Google Meet e

muitos outros, possibilitando ferramentas tecnológicas para uso escolar (Junior; Monteiro, 2020).

Para os alunos, a plataforma permite a postagem de recados, acesso a textos postados pelos professores e o anexo de atividades. Já para os professores, é utilizado para associar notas de atividades, correções de trabalhos, postagens de conteúdos e muitas outras possibilidades. A performance do meio digital durante a pandemia gera discussões sobre o acesso à internet, a facilidade de uso tecnológico, adaptação e processos de aprendizagem. Acontece que, de fato, a desigualdade social e o acesso à internet, computador e smartphones são limitados a uma classe social, dificultando a permanência desses estudantes durante a pandemia de Covid-19 (Junior; Monteiro, 2020).

É necessário a integração das tecnologias digitais em todos os meios para garantir a participação igualitária de todos os estudantes no ambiente escolar e acadêmico (Junior; Monteiro, 2020). Pude ter acesso às plataformas e uma internet de baixa qualidade, diante destes desafios. Além de trabalhar para o próprio sustento, tive dificuldades em proceder com a faculdade e principalmente o estágio remoto. Com as limitações aqui mencionadas e a liberdade da professora em não exigir participação integral, acompanhei uma aula de estágio, no dia 29 de abril de 2021, às 10 horas e 40 minutos, a qual será relatada logo abaixo.

A aula foi de Sociologia para o primeiro ano do ensino médio, haviam cerca de 22 alunos na chamada de aula na plataforma *Google Meet*. Informo que não tive qualquer contato com a professora do ensino médio a qual assisti a aula, portanto, não trocamos informações sobre atividades avaliativas ou quaisquer outras. A relação entre estagiária e professor supervisor precisou ser mais indireta e quase inexistente por vários fatores sociais e emocionais que se ligam ao contexto da pandemia de Covid-19.

A síntese da aula foi tratar sobre a cultura, o etnocentrismo e o relativismo cultural, através do recurso didático slide e do livro digital didático. A professora deu início falando sobre as dificuldades do ensino remoto, explicando que os conteúdos foram minimizados devido ao atraso no calendário escolar e, portanto, começaria o segundo bimestre com uma última aula do primeiro bimestre que não coube na programação. Os fatores que podem levar a este acontecimento são: andamento da turma em aprender o assunto, cargas horárias mínimas de 1 hora de aula e calendário escolar com curtos e corridos dias letivos.

Durante a aula, foi possível refletir sobre as condições escolares na pandemia e o uso tecnológico de meios que possibilitam o estudo. Logo no início, a professora incentivou os alunos a utilizarem o meio de comunicação *WhatsApp* para tirar dúvidas sobre matéria. Pude

fazer uma breve relação entre a educação do passado e do futuro, no qual, atualmente, os alunos estão inseridos no contexto tecnológico mais avançado e pandêmico que limita o contato físico e presencial. Gadotti (2018) diz que precisamos do contato e da presencialidade parcial no ensino. Podemos aprender com as tecnologias, mas não somente desta forma.

Gadotti (2018, p. 23) ainda traz complementos de Paulo Freire sobre a participação da tecnologia no processo educador, com instrumentos capazes de auxiliar na emancipação e no diálogo do processo de ensino aprendizagem. A compreensão da obra me lembra as dificuldades do ensino remoto que impedem o contato entre a escola, os alunos e os professores, a situação de ensino remoto não promove um ambiente agradável para a educação neste momento, visto que a falta da socialização escolar dificulta ainda mais o processo de aprendizagem das juventudes. Além disso, a tecnologia não está ao alcance de toda a sociedade, mas somente daqueles que possuem condições socioeconômicas para uso de tal.

Com o uso tecnológico do livro didático digital, a professora pôde explicar visualmente os elementos da cultura, reiterando que o uso da cultura é muito utilizado no senso comum e quais são os aspectos que definem a formação cultural da sociedade. A professora introduziu alguns conceitos da Antropologia e explicou que o estudo faz parte da área de Ciências Sociais, através de assuntos como o relativismo cultural e etnocentrismo, capital cultural e globalização.

A professora falou sobre a alteridade da Antropologia, que funciona pelo olhar do outro, trazendo exemplos de xenofobia com a região do Norte e Nordeste, desenvolvendo o conceito de etnocentrismo. Em outro momento, a professora abriu espaço para conversar, questionando aos alunos se é possível pensar a cultura no singular, onde apenas um aluno respondeu dizendo que não. Em outros momentos da aula, a professora fez uma série de questionamentos para os alunos referentes ao conceito de “exótico”, desconstruindo a forma de enxergar o diferente como exótico, utilizando exemplos como: vestimentas, culturas, padrões simbólicos e outros. Com estes questionamentos, a professora instigou os alunos em diversos momentos a falar sobre seus pensamentos, porém, sem sucesso na resposta dos alunos.

Empregando elementos da realidade, a professora trouxe exemplos como pintura rupestre, restos de fogueiras, instrumentos de ossos e fósseis, para relatar elementos que remontam esse período histórico que compreende a origem do processo cultural. Não

somente, a professora se propôs a desmistificar a ideia de que os gêneros musicais do Funk e o Sertanejo não são culturas, explorando elementos do dia a dia para que os alunos possam identificar em suas realidades a presença da cultura.

Como referência desta observação, a obra “O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção” de Tim Ingold (2015) nos propõe uma reflexão criativa sobre a construção do conhecimento de forma interativa para o aluno. Com a representação do dédalo e o labirinto de maneiras distintas, com propósitos diferentes, o autor sugere diversas considerações sobre quais caminhos trilhados levam ao conhecimento, no qual o dédalo é a indução que traz o conhecimento para dentro, e o labirinto é ex-dução que traz o conhecimento para fora (Ingold, 2015, p. 27).

Para Ingold (2015, p. 25), a diferença entre o dédalo e o labirinto é que o dédalo oferece vários caminhos e opções que levam até o destino final, mas a distração e o vislumbre impedem de perceber o que é real de fato, tal como vivemos sujeitos às influências nos dias de hoje. No labirinto, somos convidados a explorar e aprimorar nosso olhar atencioso para as questões que estão nos rodeando, o labirinto nos abre para o mundo e suas possibilidades, seus impasses e aprendizados, representando uma porta para a liberdade de percepção do real. É uma comparação fascinante sobre a educação e o senso comum, propondo a assimilação do real com o labirinto, tal como a professora fez ao instigar o crítico reflexivo dos alunos.

Outro momento importante que Ingold (2019, p. 27) discorre, é sobre a desconstrução das representações através da educação, cada meio cultural encarna seu próprio contexto sobre os conhecimentos, se assimilando com o conceito de cultura que a professora se propôs a tratar. O ato de caminhar pelo labirinto nos retira qualquer ponto de vista pré-criado e, olhando atentamente a jornada, nos tornamos precisos aos objetos do nosso ambiente cultural. Nesta reflexão, pude compreender que a tarefa educacional é destravar a imaginação e fornecer uma liberdade de vagar sem destino, fornecendo começos e não fins, pois o conhecimento nasce no caminho percorrido, e não no destino final.

No momento final da aula, a professora conversou com os alunos para perguntar por que passaram boa parte da aula quietos, então uma aluna respondeu que três tempos diretos de aulas são cansativos. A professora mostrou-se compreensiva, afirmando que entende o cansaço, e ainda comentou sobre a dificuldade de ter muito conteúdo para dar, mas que ia tentar dinamizar a aula para que eles não ficassem entediados. Foi o momento mais importante durante toda a aula, o poder de escuta da professora trouxe uma abordagem da

educação que valoriza a opinião dos alunos sobre as aulas, principalmente no contexto pandêmico no qual se tornou ainda mais necessário prestar apoio aos estudantes.

REFLEXÕES FINAIS

Minha experiência com o estágio não pôde ser mais proveitosa em virtude da pandemia de Covid-19, mas foi enriquecedor descobrir novos lados da prática educativa nas quais não estava familiarizada, não somente com as leituras bibliográficas, mas compreendendo as dificuldades do ensino remoto e a posição do educador neste momento. Me propus a refletir sobre o momento atual, se é possível ensinar com todas os obstáculos estabelecidos pelo cenário político e do coronavírus, e penso como é difícil adaptar toda uma escola que é presencial para o modelo remoto sem uma preparação correta e falta de acessibilidade.

Fiquei emocionada por acompanhar uma aula de ensino médio. Os estudos acadêmicos de faculdade são brutos e por muitas vezes não satisfatórios com toda a carga teórica exaustiva, entretanto, assistir uma aula de ensino médio com uma linguagem didática, com exemplos interessantes e um ensinamento mais prático, foi um momento de alívio enquanto aluna e futura docente. Durante esta aula que acompanhei de Sociologia do ensino médio, me propus a pensar criticamente como aluna e futura professora. Por muitas vezes durante a aula online percebi que os alunos não respondiam as perguntas e nem abriram as câmeras, a professora precisava constantemente perguntar se eles estavam entendendo para saber se realmente estavam assistindo a aula.

Do meu interesse como aluna, entendo que é muito difícil para nós, enquanto estudantes, ter uma interação via aula remota, pois estamos com a mente afetada, sofrendo com diversas situações. Nossa criatividade está limitada, é um momento caótico em que estamos sendo obrigados a colocar nosso corpo para funcionar de qualquer maneira pelo ambiente educacional. Do meu interesse como futura professora, a situação prossegue igual, todos nós estamos enfrentando batalhas internas, pessoais e sociais. Portanto, entendo que seja mais difícil ainda para os professores não terem nenhuma participação de aluno na aula, não há retorno vindo dos estudantes, por isso há uma frustração dentro do contexto da sala de aula virtual vinda tanto dos alunos quanto dos professores.

No relatório de estágio I, relatei minhas preocupações com a transposição da linguagem acadêmica para a linguagem didática dentro do ensino de Sociologia. Neste período assistindo a aula da professora, consegui perceber como se utiliza o conhecimento

acadêmico dentro de sala de aula, conforme a docente utilizou inúmeros exemplos fáceis para que os alunos vissem sentido no que estava sendo explicado. Com o auxílio do material didático, acredito que seja mais fácil filtrar as matérias acumuladas para o currículo escolar, além disso, auxilia o professor nos tópicos a serem trabalhados em aula e como mostrá-los em formas de figuras visuais.

Gostaria de ter tido a chance de presenciar o afeto de um aluno e professor em sala de aula, de conversar e acompanhar os processos educacionais do olhar de um estagiário em mais aulas, de construir confiança com a docência, aprender questões básicas que não são possíveis aprender no ensino acadêmico ou no ensino remoto. Apesar disso, encaro o estágio remoto como um momento de aprendizado para a docência no meu próprio futuro profissional.

Outra reflexão foi em relação à minha referência pessoal de uma boa prática educativa. Escolhi seguir licenciatura devido a boa experiência que tive no ensino médio, pude estudar numa escola pública federal de turno integral numa cidade com pouco mais de 20 mil habitantes. Por isso criei uma certa ligação de aprendizado com os professores, afinal, era mais fácil ajudar cada aluno isoladamente, visto que não tinha muitos estudantes na escola. A atenção que recebíamos era diferente das escolas de uma cidade grande, por isto, gostaria de levar para meus futuros alunos a boa experiência que tive e que mudou quem sou, adaptando sempre para as limitações de cada instituição escolar.

Penso também que minha formação no ensino médio tenha criado uma idealização da educação e, agora com a experiência da disciplina, percebi como é mais difícil ensinar, observando que a professora tinha sua própria metodologia e os alunos em sua maioria não pareciam interessados. Compreendo que não encontrarei uma escola com as mesmas referências que tive e que há chances de não conseguir me dedicar para cada aluno. Diante dessas reflexões, pretendo melhorar ainda mais minhas percepções sobre o que significa a escola, o que é a realidade social, como promover uma prática educativa que beneficie os alunos e, principalmente, propiciar uma base de conhecimento que seja criado mutuamente, através da educação transformadora, o afeto, o sentido do conteúdo, e introduzi-los à caminhada dentro do labirinto para descobrir suas próprias experiências.

A educação não é uma prática libertadora somente para alunos, mas também para professores que estão se desenvolvendo na docência, buscando melhorar e ajudar os alunos. Trouxe a educação como prática libertadora porque também pude me libertar das amarras de aluna durante o estágio. A pesquisa de estágio partiu mais da observação, pensamentos,

leitura bibliográfica e menos do acesso aos alunos e a professora supervisora. Ainda assim, acato como relevante descrever as dificuldades enfrentadas durante os estágios realizados em contexto escolar pandêmico e as expectativas de um futuro melhor para minha prática docente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Editora Cortez, 1980.

GADOTTI, Moacir. **A escola dos meus sonhos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2018.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: Caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez.

SANTOS JUNIOR, V. B. dos; MONTEIRO, J. C. da S. Educação e covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar**, [S. l.], v. 2, p. 01–15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8583>.

MEMÓRIAS DISCENTES DE UM GRÊMIO ESTUDANTIL: GESTÃO, DEMOCRACIA E JUVENTUDES

Larissa Martins Fernandes Amaral¹

O presente resumo expandido apresenta a discussão desenvolvida no trabalho de conclusão de curso intitulado “Memórias discentes de um grêmio estudantil: gestão, democracia e juventudes”. O trabalho abordou a relação entre o grêmio estudantil e a gestão escolar em um colégio público estadual do Rio de Janeiro. O objetivo foi compreender e descrever a relação entre o grêmio estudantil e a gestão escolar. Buscou-se refletir sobre o modo como a gestão escolar, entendida como o conjunto de diretores e coordenadores pode influenciar, positiva ou negativamente, a atuação ativa e autônoma do grêmio estudantil. Para atingir esse objetivo foram propostas reflexões a partir de experiências discentes de antigos membros do grêmio estudantil, atuantes entre os anos de 2017 e 2018. Os dados sobre as experiências gremistas foram obtidos por meio de grupo focal realizado via *Google Meet*, plataforma *online* de videoconferência. A escolha metodológica do grupo focal como meio de obtenção de dados partiu do pressuposto apresentado por Trad (2009) em que o grupo focal permite reunir informações a respeito de um tópico específico definido pelo pesquisador a priori e se baseia na comunicação e interação de um grupo. Visto a escolha metodológica, utilizamo-nos do conceito de memória coletiva de Halbwachs (2003) para analisar os relatos dos ex gremistas. Para o autor, as lembranças pessoais também são coletivas porque podem ser lembradas por outros, de modo que nunca estamos sós nos eventos que nos envolvemos e vimos. Segundo o autor, sempre levamos conosco uma quantidade de pessoas, por essa razão é importante retornar a essas pessoas para recordar com maior exatidão as lembranças em comum (HALBWACHS, 2003). Dessa forma, ao considerar as memórias dos ex-membros do grêmio estudantil, entendemos a posição de subjetividade da autora que compunha o grêmio foco de pesquisa como fator de motivação para escolha e interesse pelo tema, tal como um ponto de vista sobre a relação entre o grêmio estudantil e a gestão escolar. Na mesma direção de Halbwachs (2003), concordamos que “de bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2003, p. 69). O

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes.

trabalho, então, buscou compreender como cada sujeito a partir de sua memória individual auxilia na elaboração do quadro de memória coletiva sobre o tema pesquisado. Ademais, foi realizada uma revisão de literatura sobre o contexto histórico e social dos movimentos juvenis e estudantis brasileiros e sobre a legislação brasileira concernente à juventude que demonstrou ser preciso pensar a juventude em seu caráter plural, diversificado e heterogêneo, tal como defendido por Dayrell (2003) em que as juventudes são atravessadas por marcadores sociais de diferenças como raça/etnia, classe social, sexo e gênero que caracterizam as diferentes relações dos jovens com a juventude e com a sociedade. As juventudes também carregam, historicamente, estigmas e preconceitos, principalmente associando essa fase biológica à apatia, irresponsabilidade e incapacidade, de forma a destiná-la à desvalorização, no entanto, a literatura demonstra que a relação entre as juventudes, os movimentos estudantis e a democracia é perceptível em momentos de crise do sistema democrático brasileiro, como em ocasião da ditadura cívico militar, o que contrapõe a noção de apatia juvenil. Os grupos jovens brasileiros perseguidos durante o período ditatorial, especialmente os estudantes, se uniram de diversas maneiras para assegurar sua participação social na tomada de decisões em relação às suas vidas e ao rumo da sociedade. Após pouco mais de duas décadas de repressão, violência e criminalização, as juventudes brasileiras conquistaram e institucionalizaram sua participação política e social. Essa seguridade legal está presente na Constituição Federal (BRASIL, 1988), em documentos como o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), e no concerne à participação nas esferas decisórias da educação básica, na Lei do Grêmio (BRASIL, 1985). A partir disso, o grêmio estudantil foi reconhecido legalmente como entidade representativa do corpo estudantil dentro da escola, com possibilidade de atuação nas esferas decisórias. Contudo, a literatura envolta do tema demonstrou que, na prática, um dos principais desafios à autonomia garantida pela legislação ao grêmio se dá na relação com a gestão escolar como um obstáculo à autonomia dos estudantes. Na fala dos ex-gremistas durante o grupo focal em que expuseram suas memórias sobre a atuação no movimento estudantil, esse desafio se apresentou na centralidade de informações por parte da gestão, o que acarretou em falta de informações necessárias à participação por parte do grêmio. Concluímos que a centralização de informações por parte da gestão escolar, que não disponibilizou importantes documentos para atuação do grêmio estudantil como o estatuto do grêmio estudantil e o projeto político pedagógico da escola, conforme relatam os ex-gremistas, ocasionou uma participação tutelada (FERREIRA; PEREIRA, 2017) em que o poder era distribuído de forma desigual

nas esferas decisórias, nas quais o grêmio estudantil era submetido ao aval da gestão escolar para realização de suas atividades, na contramão da autonomia garantida por lei ao movimento estudantil. Devido à ausência de informações de como atuar no grêmio estudantil, os ex-gremistas afirmaram a falta de representatividade do corpo discente no grêmio que compunham, principalmente pela inexistência de um canal de transparência e prestação de contas e pelo distanciamento com relação às demandas dos demais alunos. Os ex-gremistas afirmaram que poderiam ter exercido um grêmio democrático conforme assegurado por lei e conquistado pelos movimentos juvenis e estudantis por meio de resistência durante o período ditatorial se na época estivessem cientes das informações e documentos necessários para atuação no grêmio estudantil. Defende-se que para concretização de um grêmio estudantil ativo e autônomo que possua uma relação instituída em bases democráticas com a gestão escolar é interessante a realização de oficinas preparatórias para exercer a função de gremista, como sugere o Caderno Grêmio em Forma (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2001). Neste documento são descritas oficinas sobre o que é o grêmio estudantil, qual sua finalidade e objetivos, seu contexto histórico e social de institucionalização, quais os cargos que o compõem e suas atribuições e as legislações pertinentes à atuação do grêmio estudantil, de forma que o grêmio estudantil estará preparado para representar o corpo estudantil e defender suas demandas.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 16 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas de 1º e 2º grau e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm Acesso em 16 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm Acesso em 11 nov. 2022.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004> Acesso em 27 mai. 2022.

FERREIRA, Mileidi Formaeski Tereza; PEREIRA, Antonio Serafim. Gestão escolar e participação; a percepção dos alunos. **Revista de Iniciação Científica**, Criciúma, v. 15, n. 2, 2017. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/iniciacaocientifica/article/viewFile/2405/3512> Acesso em 11 nov. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro, 2003.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Guia Grêmio em Forma**. 2 ed. Disponível em <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/desenvolver/prevencao-da-violencia/violencia-nas-escolas/gremio-em-forma/?show=documentos> Acesso em 11 nov. 2022.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/gGZ7wXtGXqDHNCHv7gm3srw/abstract/?lang=pt> Acesso